



FUNBIO

RELATÓRIO ANUAL

2023



SUMÁRIO

3	CARTA DO PRESIDENTE
4	PERSPECTIVAS
5	MISSÃO, VISÃO E VALORES
6	NOSSOS PROJETOS
7	EM NÚMEROS
9	NOSSAS CONEXÕES
10	LINHAS TEMÁTICAS
11	OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES
13	EM 2023
15	O FUNBIO
15	COMO TRABALHAMOS
16	DOADORES 2023
17	ORGANOGRAMA
18	GOVERNANÇA
19	TRANSPARÊNCIA
20	COMITÊ DE ÉTICA
21	POLÍTICAS DE SALVAGUARDA
22	AGÊNCIAS NACIONAIS FUNBIO
23	QUEM SOMOS
25	DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO
29	BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO
37	FUNBIO NA COP28

NOVO

39	PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES
40	FLORESTA VIVA
43	ARPA PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA
46	COPAÍBAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS AMAZÔNIA E CERRADO
49	TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)
54	FUNDO KAYAPÓ
56	REM MT PROGRAMA GLOBAL REDD EARLY MOVERS (REM) – MATO GROSSO
59	GEF MAR PROJETO ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS PROTEGIDAS
61	REDE OCEANO LIMPO
63	FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR
65	FUNDO GLOBAL PARA RECIFES DE CORAIS
66	GEF TERRESTRE ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL
71	MATA ATLÂNTICA III BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA MATA ATLÂNTICA
73	PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE IV E FASE V) PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO
76	PROBIO II FUNDO DE OPORTUNIDADES DO PROJETO NACIONAL DE AÇÕES INTEGRADAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA BIODIVERSIDADE
78	FUNDO AMAPÁ
80	RRF AMAZÔNIA ESTRATÉGIA ARTICULADA PARA O APOIO A EMERGÊNCIAS ETNOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
82	CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
84	GCF TASK FORCE
NOVO 85	AMAZÔNIA VIVA
NOVO 87	POP ICMBio
NOVO 88	POP SÍTIOS RAMSAR
NOVO 89	POP CLUA IBAMA
NOVO 90	CITINOVA II

NOVO

92	PROJETOS COM RECURSOS DE OBRIGAÇÕES LEGAIS
93	EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE RENDA VOLTADOS PARA A QUALIDADE AMBIENTAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
95	PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA PROJETO DE APOIO À PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
97	APOIO A UCS CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS COSTEIRAS E ESTUARINAS DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO
NOVO 99	BIODIVERSIDADE RIO DOCE
101	BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ
103	TAC ALSUB TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ALMOXARIFADOS SUBMARINOS
105	TAC CORAL-SOL
107	TCSA PORTO SUL TERMO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL PORTO SUL

NOVO

109	PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
110	FUNDO DA MATA ATLÂNTICA (FMA-RJ) MECANISMO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
112	FUNDO AMAZÔNIA ORIENTAL
114	AGÊNCIA GEF FUNBIO
115	PRÓ-ESPÉCIES PROJETO ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO
NOVO 118	BARU DA CHAPADA CERRADO EM PÉ COM GERAÇÃO DE RENDA: A CADEIA PRODUTIVA DO BARU COMO ALIADA DA BIODIVERSIDADE E DOS POVOS TRADICIONAIS

120 CRÉDITOS

CARTA DO PRESIDENTE

UM PERCURSO DE ENCONTROS E NOVAS IDEIAS

Na logomarca do FUNBIO, linhas retas se encontram e geram um conjunto harmonioso com formas curvas que simbolizam a biodiversidade. Esses trajetos, encontros, ideias e ações que deles derivam sempre estiveram no centro do trabalho do FUNBIO. Identificar objetivos comuns entre diferentes parceiros, construir os caminhos mais efetivos para que sejam alcançados e transformar potencial em realidade é a nossa vocação.

Em 2023, uma iniciativa voltada para o futuro reforçou ainda mais nossa parceria com o GEF, Fundo Global para o Meio Ambiente, que está em nossa origem e de quem nos tornamos agência implementadora em 2015.



JOSÉ BERENGUER

Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

O FUNBIO foi o primeiro parceiro do programa global Fonseca Leadership, que homenageia o líder conservacionista Gustavo Fonseca, prematuramente morto em 2022. O programa do GEF se tornou parceiro do Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro e disponibilizou recursos para o apoio a pesquisas de campo de doutorandos e mestrandos no Brasil.

Ainda em 2023, lançamos os primeiros Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), na fase piloto do mecanismo de *blended finance* que tem Natura e Vert como parceiros iniciais e cooperativas e associações agroextrativistas da Amazônia como público. Esse passo reforça e fortalece a parceria com o segmento empresarial, que demonstra, em diferentes escalas, crescente engajamento com questões socioambientais.

2023 foi ainda o ano em que promovemos

um encontro histórico: a visita dos Kayapó a uma aldeia Ashaninka. Os indígenas, separados pelos dois mil quilômetros que distanciam a aldeia Kayapó no Pará da Ashaninka no Acre, se encontraram com apoio de um projeto sob gestão do FUNBIO, o Tradição e Futuro na Amazônia, financiado pela Petrobras Socioambiental. A mesma iniciativa promoveu um segundo evento histórico: uma inédita exposição com curadoria dos próprios Kayapó, no Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói. Esses deslocamentos e encontros, ansiados pelas partes, geraram um intercâmbio incommum e profícuo de conhecimento e práticas.

Novas parcerias com Ministérios Públicos também indicam a capilaridade alcançada pelo trabalho do FUNBIO em suas quase três décadas de atuação. Parceiros de longa data, os MP têm notável atuação na discussão, no avanço e nas buscas de soluções

para questões socioambientais. Em 2023, foi firmado um acordo com o Ministério Público Estadual do Pará que fomentará debates entre profissionais do Sistema de Justiça e a sociedade civil. No ano anterior, acordo semelhante foi assinado com o MPE do Maranhão.

2023 marcou o último ano em que estive à frente do Conselho Deliberativo do FUNBIO. Fica aqui meu agradecimento ao incondicional apoio e à dedicação dos membros do Conselho, dos gestores e da equipe do FUNBIO durante a minha gestão.

É com satisfação que vejo a trajetória do FUNBIO, em seus quase 30 anos de existência, se consolidar pela geração de conexões. Que, com o tempo, se transformam em sólidas alianças voltadas para a conservação e o desenvolvimento sustentável. Que venham as próximas.

PERSPECTIVAS

NO CENTRO
DA ATENÇÃO

2025 será o ano em que a Amazônia brasileira, um bioma de superlativos, sedia em Belém do Pará a COP30 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês). Um evento que, anualmente, mobiliza e centraliza a atenção de governos, da sociedade civil e, num número crescente, também de empresas, em torno de discussões para mitigar as mudanças climáticas. Na mais recente das COP, em Dubai, a participação estimada foi de aproximadamente cem mil pessoas, o que dá ideia da dimensão do encontro.

**ROSA LEMOS DE SÁ**

Secretária-geral do FUNBIO

2025 pode parecer ainda distante. Mas planejamento é uma das chaves para o sucesso de negociações, e 2024 é o tempo para que seja feito de modo colaborativo. Para a Amazônia e para o Brasil, é ao mesmo tempo uma grande oportunidade e um considerável desafio: diz um ditado popular que “o que os olhos não veem o coração não sente”. Negociações globais são movidas por uma diversidade de motivações.

Mas proporcionar uma experiência direta com a maior floresta tropical do planeta é também um meio de tornar tangível o que muitas vezes orbita a esfera do imaginário. É reiterar a grandiosidade socioambiental da Amazônia, sua relevância para o planeta e também sua fragilidade.

Desde o início das atividades, o bioma está no centro do trabalho do FUNBIO. Somos

gestores do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com a participação dos nove estados da Amazônia, a maior iniciativa de conservação de florestas tropicais do planeta. O trabalho permitiu acumular extensa experiência em finanças da conservação e projetos de longa duração envolvendo múltiplos parceiros (PFPs, na sigla em inglês), um modelo para o desenho de programas em outras partes do planeta.

Esse conhecimento se estende à articulação mais recente do FUNBIO com o setor empresarial e financeiro em projetos de *blended finance*, cujos recursos se somam aos da filantropia para dar ainda mais robustez às ações de conservação e desenvolvimento sustentável. Tais projetos envolvem um trabalho de educação financeira e capacitação que proporciona

maior autonomia a associações locais, um passo vital para a manutenção dos recursos e dos conhecimentos locais.

A agenda rumo à COP30 será movimentada. Será necessário articular o maior número possível de mentes e corações para que o conhecimento, os dados e os números da Amazônia real alicercem soluções e compromissos efetivos. Muito se fala sobre o ponto de não retorno e sobre a urgência da adoção e do cumprimento de medidas globais. O tempo, como sabemos, tem um sentido único, nunca retroativo. Por isso, é justamente com conhecimento, dados e números que o FUNBIO espera contribuir para que a histórica COP30 deixe um legado que permita à Amazônia e ao mundo ter um futuro mais tranquilo, menos marcado por extremos climáticos, conflitos e crises deles decorrentes.

MISSÃO



Aportar **recursos estratégicos** para a **conservação da biodiversidade**

VISÃO



Ser referência na **viabilização de recursos estratégicos** e **soluções para a conservação da biodiversidade**

VALORES

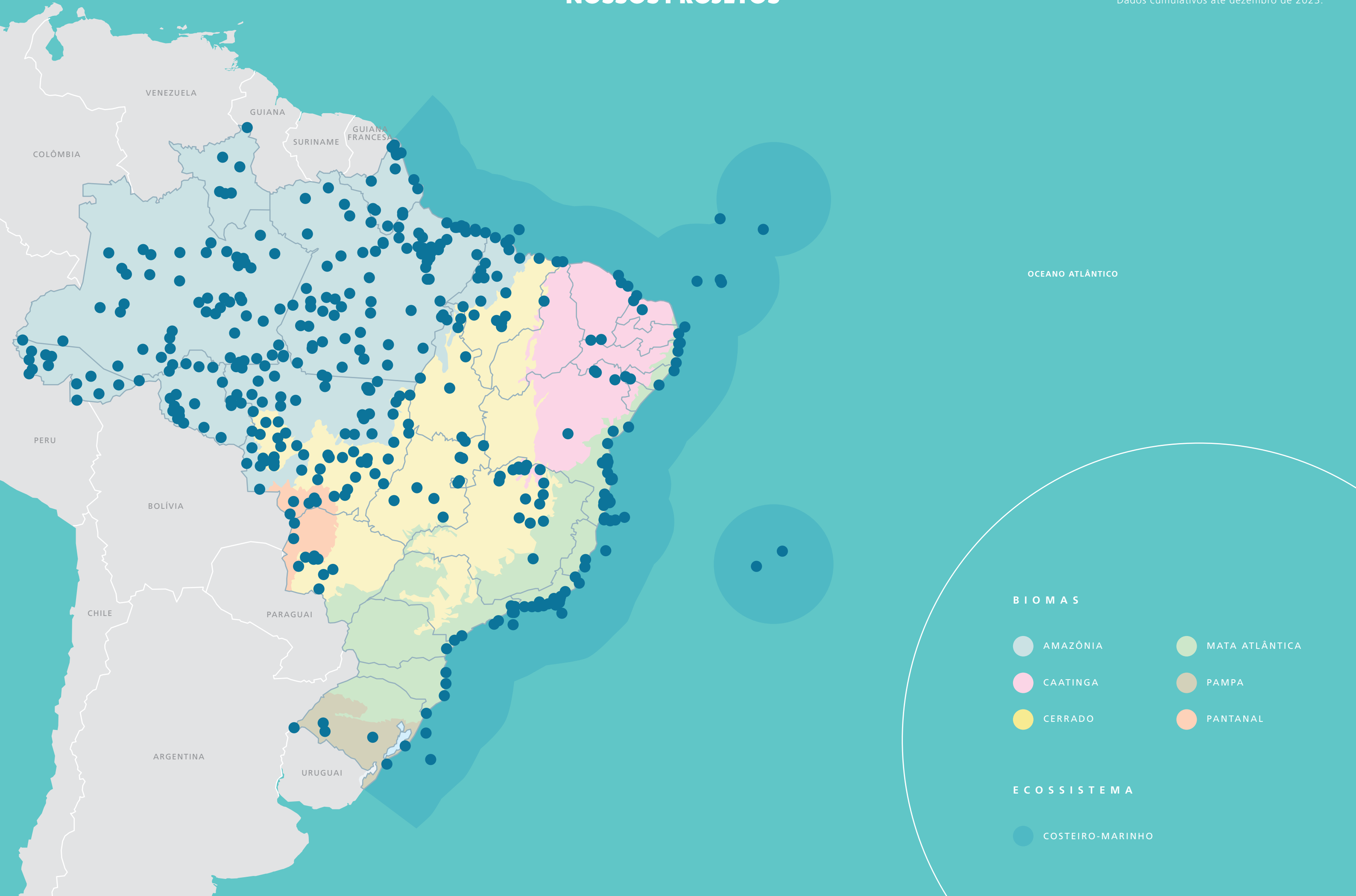


O **FUNBIO** é guiado pelos **seguintes valores**:

- › **Transparência**
- › **Ética**
- › **Efetividade**
- › **Receptividade**
- › **Independência intelectual**
- › **Inovação**

NOSSOS PROJETOS*

*Dados cumulativos até dezembro de 2023.



EM NÚMEROS

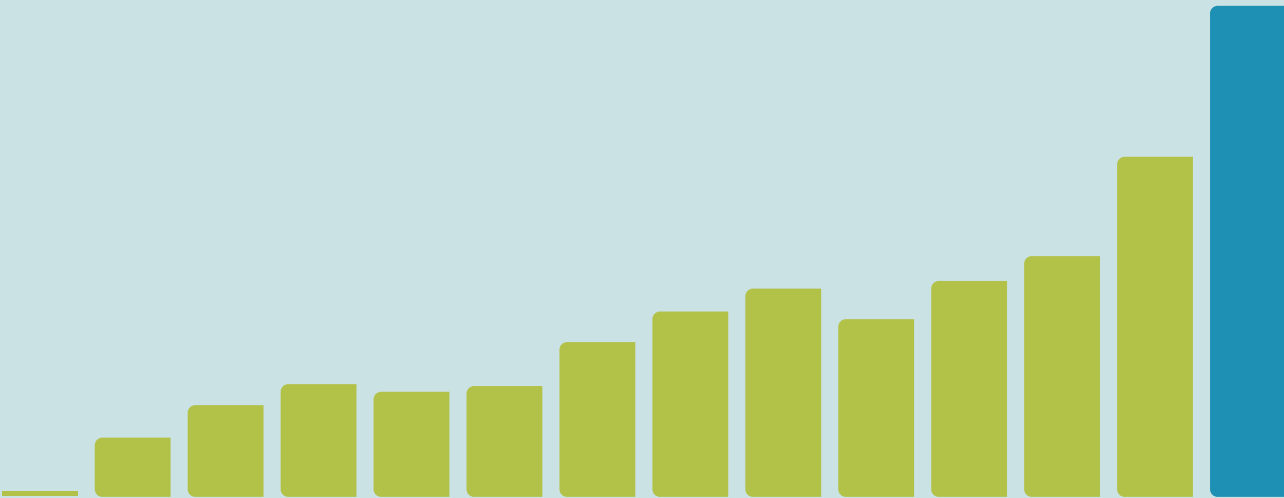
*Dados cumulativos desde o início das atividades do FUNBIO

433UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO
APOIADASMAIS DE
166
MILHÕES
DE HECTARES DE
UCS APOIADAS**410**INSTITUIÇÕES
APOIADAS**579**PROJETOS
APOIADOS**85**CHAMADAS
DE PROJETOS**91**TERRAS INDÍGENAS
APOIADASMAIS DE
30
MILHÕESDE HECTARES DE
TERRAS INDÍGENAS
APOIADASMAIS DE
60
ETNIAS
APOIADAS

EM NÚMEROS

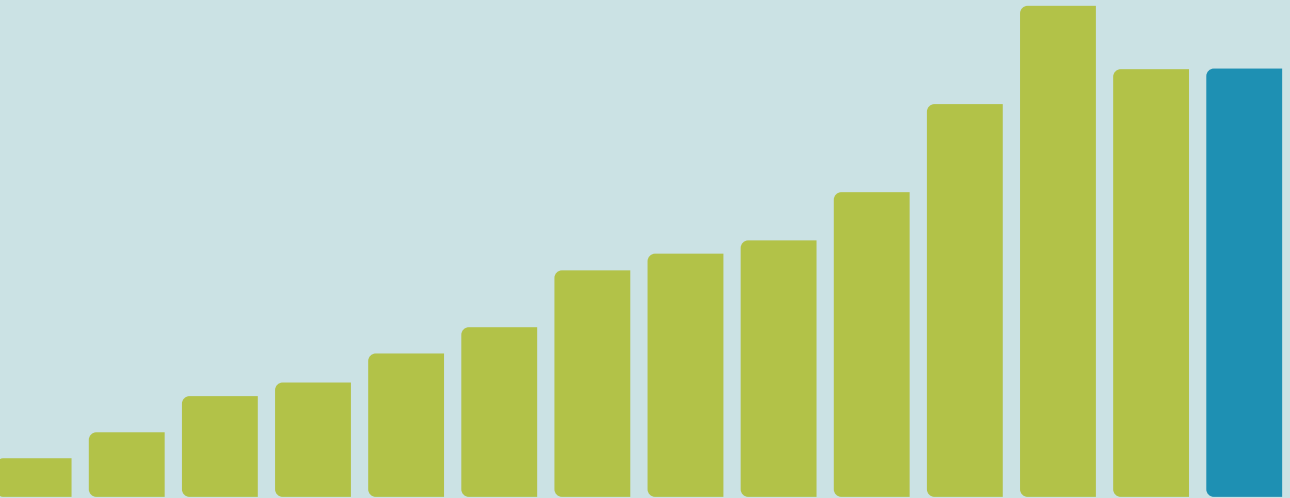
*Dados cumulativos desde o início das atividades do FUNBIO

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
13	31	48	59	55	58	81	97	109	93	113	126	178	257



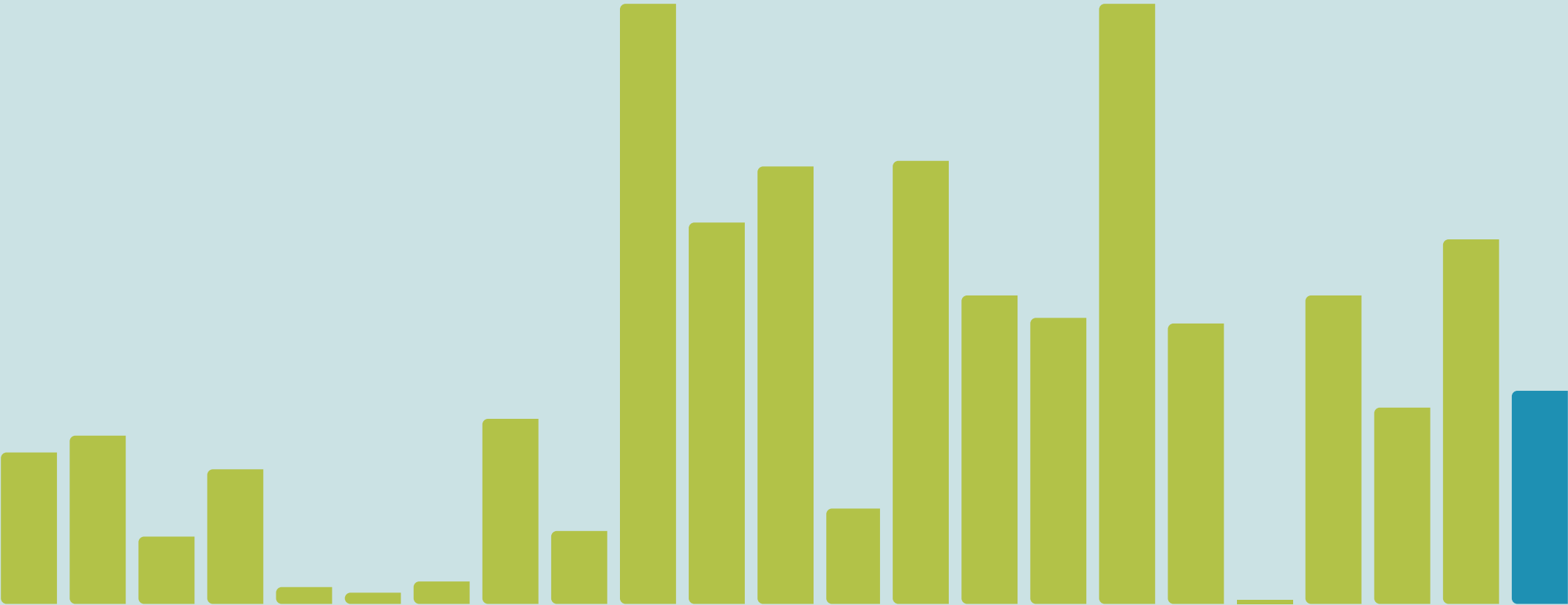
TOTAL EXECUTADO — EM MILHÕES DE R\$

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
125	209	326	370	464	549	733	787	830	986	1271	1589	1384	1386



TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO — EM MILHÕES DE R\$

1996-2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
27	30	12	24	3	2	4	33	13	107	68	78	17	79	55	51	107	50	0,6	55	35	65	38



VALOR CONTRATADO POR ANO* — EM MILHÕES DE USD

*Valor do projeto convertido para dólar (último dia do mês do contrato). A partir de 2019, valores convertidos na data de assinatura do contrato



CLIQUE PARA VER
O MAPA NO SITE
DO FUNBIO

NOSSAS CONEXÕES

FINANCIADORES

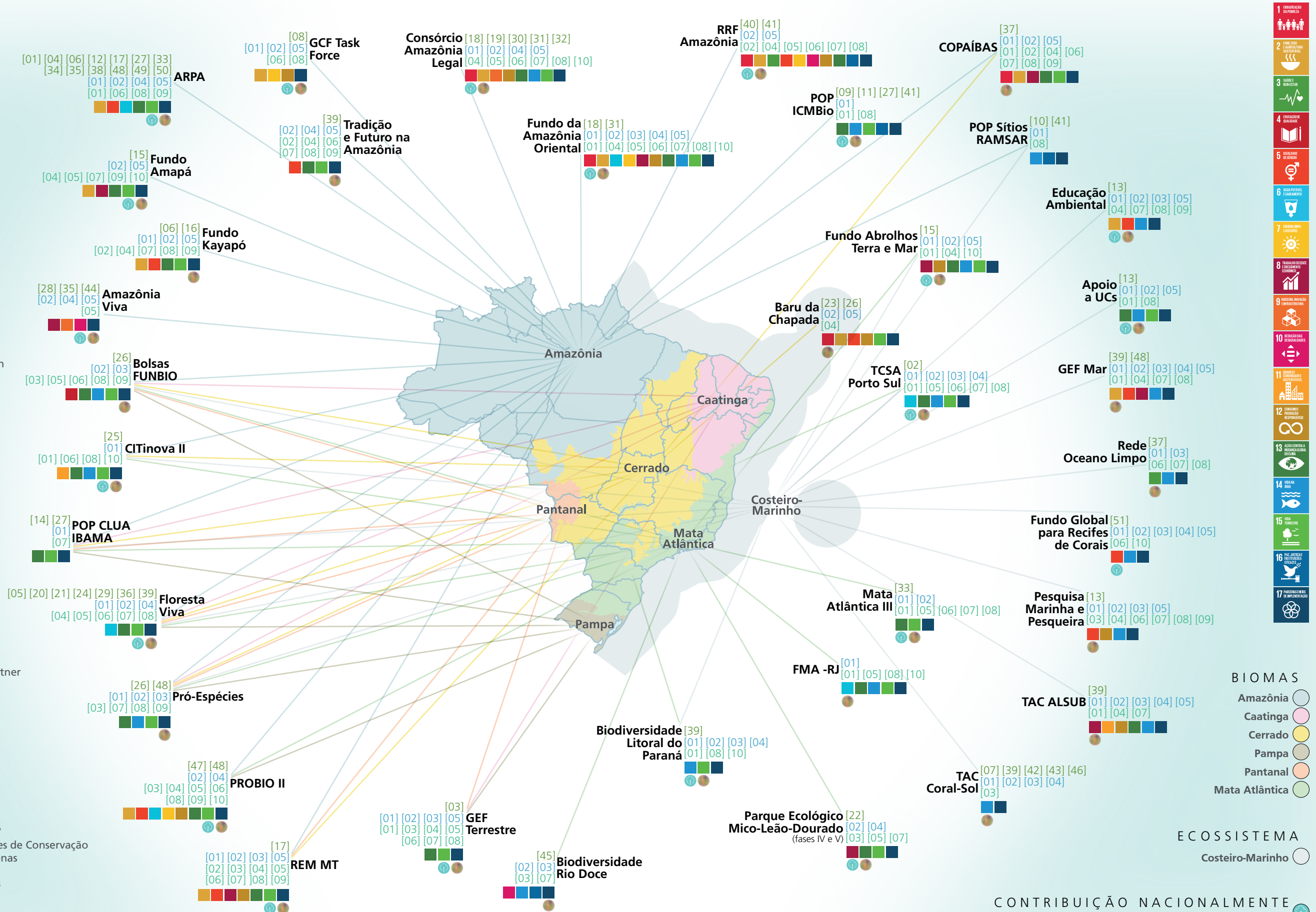
- [01] Anglo American
- [02] Bahia Mineração S/A
- [03] BID/GEF
- [04] BID
- [05] BNDES
- [06] BNDES/FA
- [07] Estaleiro Brasfels Ltda.
- [08] Universidade do Colorado
- [09] Bezos Earth Fund
- [10] Bloomberg Philanthropies
- [11] Bobolink Foundation
- [12] KfW/BMU
- [13] Chevron e PRIO
- [14] CLUA
- [15] CI/GCF
- [16] CI
- [17] KfW/BMZ
- [18] Diversas empresas
- [19] Embaixada da França
- [20] Energisa
- [21] Eneva
- [22] ExxonMobil Ltda
- [23] IEB
- [24] Fundo Vale
- [25] GEF via PNUMA
- [26] GEF
- [27] Gordon & Betty Moore Foundation
- [28] GoodEnergies
- [29] Heineken
- [30] Instituto Arapyau
- [31] Instituto Clima e Sociedade
- [32] Instituto Humanize
- [33] KfW
- [34] Cargill Foundation
- [35] Natura S.A.
- [36] Norte Energia
- [37] Embaixada da Noruega
- [38] Boticário Ltda.
- [39] Petrobras S.A.
- [40] União Europeia
- [41] Re:Wild
- [42] TPAR Operadora Portuária
- [43] Transpetro
- [44] Vert
- [45] Fundação Renova
- [46] Vale S.A.
- [47] Votorantim
- [48] Banco Mundial/GEF
- [49] WWF - Brasil
- [50] WWF - US
- [51] GFCR via United Nations Multi-Partner Trust Fund Office

PARCEIROS

- [01] Governo
- [02] Sociedade Civil
- [03] Academia
- [04] Empresas
- [05] Populações indígenas e comunidades tradicionais

LINHAS TEMÁTICAS

- [01] Criação e consolidação de Unidades de Conservação
- [02] Gestão ambiental de Terras Indígenas
- [03] Manejo de espécies
- [04] Atividades produtivas sustentáveis
- [05] Restauração florestal
- [06] Mudanças climáticas
- [07] Fortalecimento institucional de parceiros
- [08] Capacitação de equipes e parceiros
- [09] Equidade de gênero
- [10] Mecanismos financeiros



BIOMAS

- Amazônia
- Caatinga
- Cerrado
- Pampa
- Pantanal
- Mata Atlântica

ECOSSISTEMA

- Costeiro-Marinho

CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC)

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO NACIONAIS PARA A BIODIVERSIDADE (EPANB)

LINHAS TEMÁTICAS

	 ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	 CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS	 criação e consolidação de unidades de conservação	 EQUIDADE DE GÊNERO	 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS	 GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS	 MANEJO DE ESPÉCIES	 MECANISMOS FINANCEIROS	 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	 RESTAURAÇÃO FLORESTAL	
AMAZÔNIA VIVA											
APOIO A UCs											
ARPA											
BARU DA CHAPADA											
BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ											
BIODIVERSIDADE RIO DOCE											
BOLSAS FUNBIO											
CITINOVA II											
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL											
COPAÍBAS											
EDUCAÇÃO AMBIENTAL											
FLORESTA VIVA											
FMA-RJ											
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR											
FUNDO AMAPÁ											
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL											
FUNDO GLOBAL PARA RECIFES DE CORAIS											
FUNDO KAYAPÓ											
GCF TASK FORCE											
GEF MAR											
GEF TERRESTRE											
MATA ATLÂNTICA III											
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE IV)											
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE V)											
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA											
POP CLUA IBAMA											
POP ICMBio											
POP SÍTIOS RAMSAR											
PRÓ-ESPÉCIES											
PROBIO II											
REDE OCEANO LIMPO											
REM MT											
RRF AMAZÔNIA											
TAC ALSUB											
TAC CORAL-SOL											
TCSA PORTO SUL											
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)											

OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

Os projetos do FUNBIO apoiam iniciativas de conservação da biodiversidade que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e também para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). Neste relatório, as páginas dos projetos trazem os ícones que sinalizam as relações com os ODS, a NDC do Brasil e da EPANB.

▶ OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



Para proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir a prosperidade para todos, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou, em 2015, a adoção por países membros de 17 ODS. São os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que dão continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e contribuem para o alcance dos que não foram ainda atingidos. O conjunto de medidas vai orientar o Brasil e outros 192 estados membros da ONU nas políticas nacionais e nas atividades de cooperação internacional até 2030.

▶ CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC)



A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) foi apresentada pelo Brasil, em 2015, como o compromisso do país com o Acordo de Paris. Esse compromisso é de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025 e em 53% até 2030, tendo como ano base 2005, de acordo com o Terceiro Inventário Nacional.

▶ ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO NACIONAIS PARA A BIODIVERSIDADE (EPANB)



Criada pelo governo federal em conjunto com governos estaduais, os setores empresarial e acadêmico e a sociedade civil, a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) promove a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. A repartição equitativa de benefícios do uso genético também é uma das metas da estratégia. Os projetos do FUNBIO contribuem para a EPANB.

OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

																				
AMAZÔNIA VIVA								✓	✓	✓							✓	✓	✓	
APOIO A UCs													✓	✓	✓		✓	✓	✓	
ARPA		✓			✓	✓							✓		✓		✓	✓	✓	
BARU DA CHAPADA	✓	✓			✓							✓			✓		✓		✓	
BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ														✓	✓		✓	✓	✓	
BIODIVERSIDADE RIO DOCE										✓				✓		✓			✓	
BOLSAS FUNBIO				✓									✓	✓	✓		✓		✓	
CITINOVA II											✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL	✓	✓							✓			✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	
COPAÍBAS	✓	✓						✓					✓		✓		✓		✓	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL		✓			✓									✓			✓	✓	✓	
FLORESTA VIVA						✓							✓		✓		✓	✓	✓	
FMA-RJ						✓							✓	✓	✓		✓		✓	
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR								✓				✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	
FUNDO AMAPÁ		✓						✓					✓		✓		✓	✓	✓	
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	✓	✓				✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	
FUNDO GLOBAL PARA RECIFES DE CORAIS					✓									✓			✓	✓		
FUNDO KAYAPÓ		✓			✓								✓		✓		✓		✓	
GCF TASK FORCE		✓					✓					✓					✓	✓	✓	
GEF MAR		✓			✓			✓						✓			✓		✓	
GEF TERRESTRE													✓		✓		✓	✓	✓	
MATA ATLÂNTICA III													✓		✓		✓	✓	✓	
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE IV)								✓					✓		✓		✓	✓	✓	
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE V)								✓					✓		✓		✓	✓	✓	
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA					✓							✓		✓			✓		✓	
POP CLUA IBAMA													✓		✓		✓			
POP ICMBio													✓	✓	✓		✓	✓	✓	
POP SÍTIOS RAMSAR														✓			✓			
PRÓ-ESPÉCIES													✓	✓	✓		✓		✓	
PROBIO II		✓			✓	✓	✓					✓	✓		✓		✓	✓	✓	
REDE OCEANO LIMPO			✓											✓			✓		✓	
REM MT		✓			✓			✓				✓	✓		✓		✓	✓	✓	
RRF AMAZÔNIA	✓	✓	✓		✓		✓			✓		✓	✓			✓	✓	✓	✓	
TAC ALSUB								✓			✓	✓	✓	✓			✓		✓	
TAC CORAL-SOL														✓			✓		✓	
TCSA PORTO SUL						✓							✓	✓	✓		✓	✓	✓	
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)					✓								✓		✓		✓		✓	

EM 2023



JANEIRO

↑ O FUNBIO e a Fundação Renova dão início ao projeto Biodiversidade Rio Doce, que apoiará projetos de pesquisa sobre espécies locais da bacia do Rio Doce, em MG e ES.

- Início das atividades de cinco estudos apoiados por recursos do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Almojarifados Submarinos (TAC ALSUB) para enfrentar a poluição marinha no estado do Rio de Janeiro.

FEVEREIRO

↑ O projeto Mata Atlântica promove no Rio de Janeiro encontro inédito com os projetos apoiados e representantes de doadores, do governo da Alemanha.

- Novo Centro de processamento de dados é viabilizado pelo Fundo da Amazônia Oriental (FAO) para o Pará e beneficiará a validação do CAR no estado.

- O Floresta Viva, iniciativa do BNDES que constitui o maior *matchfunding* para restauração ecológica no Brasil, celebra a assinatura de três contratos.

MARÇO

↑ Intercâmbio entre os povos Kayapó e Ashaninka é finalizado. Promovido pelo projeto Tradição e Futuro na Amazônia (TFA), aconteceu no Acre, em território Ashaninka.

- O FUNBIO assina um termo de cooperação com o Ministério Público do Pará para a organização de encontros voltados à troca de experiências e propostas para enfrentar mudanças climáticas e desmatamento.

- É inaugurado em Ilhéus o espaço do Observatório Social, que permitirá à sociedade informar-se sobre dados gerados pelo Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) Porto Sul: monitoramento da supressão vegetal, qualidade da água e do ar e mitigação de outros impactos ambientais.

ABRIL

↑ Primeira Oficina de Tik Tok para indígenas, no dia 18 de abril, véspera do Dia dos Povos Indígenas, em Brasília. Participaram jovens e adultos Kayapó, apoiados pelo projeto Tradição e Futuro na Amazônia.

- Início do projeto global CITInova II, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com financiamento do GEF. O objetivo é acelerar o desenvolvimento sustentável de regiões metropolitanas, levando à redução das emissões de gases de efeito estufa e à conservação da biodiversidade.

MAIO

↑ Lançado o novo portal de chamadas do FUNBIO, que concentra todas as informações sobre oportunidades de apoio a propostas, facilitando o acesso de proponentes.

↓ Por dez dias, a aldeia Piarçu, na Terra Indígena Capoto/Jarina (MT), recebeu 32 professores indígenas e convidados para o desenvolvimento de uma publicação paradidática voltada ao público infanto-juvenil em língua Kayapó. O livreto, ilustrado com desenhos feitos à mão, reúne saberes e tradições da etnia. Eles serão distribuídos nas escolas indígenas das cinco TIs atendidas pelo Tradição e Futuro na Amazônia, que promoveu a atividade e tem patrocínio do programa Petrobras Socioambiental.



JUNHO

↑ O Edital Amazonas do Floresta Viva é lançado em Manaus e disponibiliza recursos para projetos de restauração ecológica no Amazonas. Parceria entre o BNDES, FUNBIO e Eneva.

- O programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro torna-se parceiro do Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre), do GEF. A iniciativa global do GEF homenageia o biólogo que faleceu precocemente em 2022.

- O ARPA, maior iniciativa de conservação de florestas do planeta, desde o início sob gestão financeira do FUNBIO, recebe a visita do Conselho do GEF, que conheceu o sistema de gestão e atividades produtivas em UCs apoiadas. Em 30 anos, essa foi a primeira reunião fora de Washington do Conselho, que reúne doadores.

EM 2023



JULHO

↑ Em clima de paixão pela ciência, o FUNBIO recebeu jovens líderes da conservação ambiental. Foi o primeiro encontro presencial do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro. Nossa secretária-geral, Rosa Lemos de Sá, deu as boas-vindas a 12 mestrandos e doutorandos do estado do Rio de Janeiro. A conversa contou com a presença da jornalista Ana Lucia Azevedo, de *O Globo*, e da influenciadora socioambiental Laila Zaid.

↓ O FUNBIO e outros doadores participam do encontro O Chamado do Cacique Raoni, em Mato Grosso. Doadores ouviram os organizadores sobre as questões consideradas mais relevantes para os povos indígenas.



AGOSTO

↑ O Brasil tem 1,32 milhão de quilombolas, segundo o Censo 2022. É assinado um acordo que beneficiará parte dos cerca de 135 mil quilombolas do Pará. O Fundo da Amazônia Oriental (FAO) trabalhará com o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), responsável pelo ordenamento territorial.

● Com apoio do projeto Pró-Espécies, implementado pela Agência GEF FUNBIO, o ICMBio lançou oficialmente o Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (SALVE), que dá acesso aos dados das avaliações de risco de mais de 14,7 mil espécies da fauna brasileira.

● Em 2 de agosto, Dia Nacional do Mico-leão-dourado, é anunciada a renovação, pela quinta vez, do apoio da ExxonMobil à Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD).

SETEMBRO

↑ Lançado em Belém o terceiro edital do Floresta Viva, que apoiará projetos de restauração de áreas degradadas e fortalecimento de cadeias produtivas da bacia hidrográfica do Xingu. Uma parceria entre o BNDES, a Energisa, Norte Energia e Fundo Vale, com o FUNBIO como gestor.

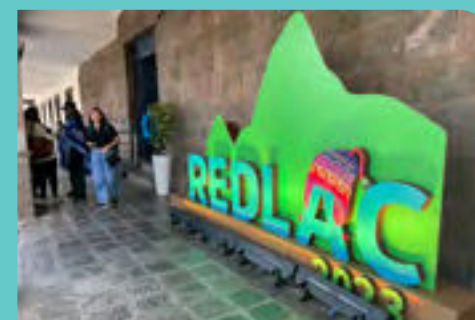
↓ O projeto Baru da Chapada vai contar com mais de R\$ 9 milhões do GEF e apoiar a cadeia dessa castanha do Cerrado. Este é o segundo projeto da Agência GEF FUNBIO, uma das 18 acreditadas em todo o mundo.



OUTUBRO

↑ Mais de três mil pessoas participam da abertura da exposição "Mekukradjá Obikàrà: com os pés em dois mundos", no Museu de Arte Contemporânea (MAC), em Niterói, apoiada pelo projeto Tradição e Futuro na Amazônia, com a presença do cacique Raoni e de uma comitiva de indígenas Kayapó.

↓ O FUNBIO apresenta sua experiência em gestão do conhecimento no 25º Congresso da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe (RedLAC), no Peru. De 23 a 26 de outubro, o encontro reuniu um número recorde de 400 participantes de quase 20 países.



NOVEMBRO

↑ Entrega das chaves da nova sede da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Arraial do Cabo. Com quase 30 anos de existência, a unidade passa a ter um local físico e próprio, viabilizado por meio do projeto Apoio a UCs.

● O Floresta Viva anuncia os selecionados pelo primeiro edital da iniciativa, Manguezais do Brasil, que tem como parceiros o BNDES e a Petrobras. R\$ 47,3 milhões serão destinados a oito instituições.

DEZEMBRO

↑ Na COP28, em Dubai, é anunciado o novo edital do Floresta Viva: R\$ 42 milhões para projetos de restauração ecológica no Cerrado e Pantanal. Ainda na COP28, o MMA anuncia que o Brasil terá um Planejamento Espacial Marinho (PEM) até 2030. O projeto GEF Mar será o responsável pela contratação do PEM para a Região Nordeste.

● O mecanismo Amazônia Viva começa a operar. Uma experiência de financiamento híbrido (*blended finance*), com investimento inicial da Natura e aportes da Fundação Porticus e do Fundo Vale.

● São anunciados os primeiros selecionados pelo programa Bolsas FUNBIO 2023.

O FUNBIO



ACESSE O SITE
DO FUNBIO

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é um mecanismo financeiro nacional privado, sem fins lucrativos. Ao longo dos 28 anos que celebra em 2024, a organização trabalha em parceria com os setores governamental, empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade. Foram mais de 500 projetos que beneficiaram número superior a 400 instituições em todo o país, desde sua criação em 1996. O FUNBIO já apoiou a gestão financeira de projetos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a conservação, além de compras e contratações de bens e serviços. É o gestor financeiro do Aéreas Protegidas da Amazônia (ARPA) desde o lançamento do programa, em 2002.

COMO TRABALHAMOS

A área de projetos de FUNBIO está estruturada em duas unidades:

▸ UNIDADE DE DOAÇÕES

Recursos oriundos de doações privadas e acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro.

▸ UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

Recursos com origem em obrigações legais, como compensações ambientais, medidas compensatórias, conversões de multas, condicionantes de licença ambiental, termos de compromisso ou de ajuste de conduta (TACs).

DOADORES 2023

- **ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A.**
- **BAHIA MINERAÇÃO S.A.**
- **BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID**
- **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**
- **BP BRASIL LTDA.**
- **BUNDESMINISTERIUM FÜR UMWELT – BMU**
- **COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN**
- **CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – CI-BRASIL**
- **CONSERVATION INTERNATIONAL FOUNDATION**
- **ENEVA S.A.**
- **EXXONMOBIL QUÍMICA LTDA.**
- **EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA.**
- **FUNDAÇÃO RENOVA**
- **GLOBAL CONSERVATION FUND**
- **GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY – GEF**
- **GLOBAL FUND FOR CORAL REEFS**
- **GORDON & BETTY MOORE FOUNDATION**
- **GREEN CLIMATE FUND – GCF**
- **IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.**
- **INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE**
- **INSTITUTO HUMANIZE**
- **JBS S.A.**
- **KFW BANKENGRUPPE**
- **NATURA COSMÉTICOS S.A.**
- **NORWEGIAN AGENCY FOR DEVELOPMENT COOPERATION**
- **NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS**
- **O BOTICÁRIO FRANCHISING LTDA.**
- **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**
- **PETRO RIO JAGUAR PETRÓLEO LTDA.**
- **RE:WILD**
- **ROCK WORLD S.A.**
- **SECRETARIA DE NEGÓCIOS, ENERGIA E ESTRATÉGIA INDUSTRIAL DO REINO UNIDO – BEIS**
- **SERVIÇO DE COOPERAÇÃO E DE AÇÃO CULTURAL DA EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL**
- **UNIÃO EUROPEIA – EU**
- **WORLD BANK – BANCO MUNDIAL**
- **WWF-BRASIL**
- **WWF-US**

ORGANOGRAMA



* Responde funcionalmente ao Conselho Deliberativo
Composição da área

GOVERNANÇA

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental. Ele é responsável pela direção estratégica do FUNBIO.



PRESIDENTE

JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO

VICE-PRESIDENTE

MARIANNE VON LACHMANN



SETOR ACADÊMICO

ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO
Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo (USP)

BERNARDO B. N. STRASSBURG
Instituto Internacional para
a Sustentabilidade (IIS)

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA
Pontifícia Universidade Católica do Rio de
Janeiro (PUC-Rio) [até agosto de 2023]

OSCAR GRAÇA COUTO
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)



SETOR AMBIENTAL

MARIA DE LOURDES SILVA NUNES
Fundação Grupo Boticário

MARIA JOSÉ GONTIJO
Instituto Internacional de Educação
do Brasil (IIEB)

SINEIA WAPICHANA
Conselho Indígena de Roraima

VALMIR ORTEGA
Conexus



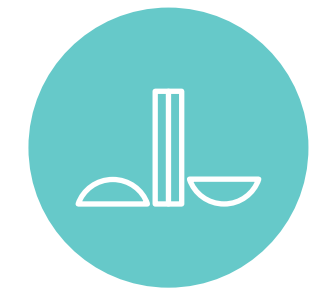
SETOR EMPRESARIAL

ÁLVARO CARDOSO DE SOUZA
ADS – Gestão, Consultoria
e Investimentos Ltda.

FLAVIO RIBEIRO DE CASTRO
FSB Comunicação

JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO
Banco XP

MARIANNE VON LACHMANN
Lachmann Investimentos Ltda.



SETOR GOVERNAMENTAL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Marcia Barbosa – Secretária de Políticas
e Programas Estratégicos

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Matias Rebello – Coordenador-geral
de Análise de Impacto Social e Ambiental,
Secretaria de Política Econômica

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
E MUDANÇA DO CLIMA (MMA)
Rita Mesquita – Secretária Nacional de
Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

INSTITUTO CHICO MENDES
DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE (ICMBio)
Mauro Pires – Presidente

TRANSPARÊNCIA



As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no link ao lado.



▸ AUDITORIA EXTERNA

Desde o primeiro ano de atividade, o FUNBIO é auditado por empresas externas independentes. As demonstrações contábeis, todas sem ressalvas, acompanhadas pelos respectivos relatórios dos auditores independentes e de notas explicativas, estão disponíveis no *site* do FUNBIO.

▸ AUDITORIA INTERNA

O FUNBIO conta desde 2013 com auditoria interna que se aprofunda em aspectos de controle e integridade dos dados contábeis e financeiros. É um instrumento que atravessa todos os níveis da organização, desenvolve adequada relação de trabalho entre as áreas, apoia e promove melhorias nos processos. É referência para a implantação e o engajamento nas melhores práticas de governança organizacional. As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no *site* do FUNBIO.



COMITÊ DE ÉTICA



ACESSE O SITE
DO FUNBIO



ACESSE O
COMITÊ DE ÉTICA

Em 2023 o Comitê se reuniu regularmente. Destaques:



MEMBROS DO COMITÊ DE ÉTICA EM 2023

ALEXANDRA VIANA LEITÃO
Coordenadora

RAFAELA GIONGO

MANUELA MUANIS

HELOISA HELENA
[até setembro de 2023]

ANDREA GOEB
[a partir de outubro de 2023]

▸ TREINAMENTO ANUAL EM ÉTICA

Com relação ao treinamento anual em ética, no ano de 2023 o Comitê de Ética manteve o curso de capacitação disponibilizado na Universidade FUNBIO para todos os funcionários que não realizaram a capacitação presencial em 2022, incluindo os novos contratados. A Unidade Estratégica de Recursos Humanos (UERH), juntamente com o Comitê de Ética e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), convocou os funcionários para capacitação obrigatória, na modalidade virtual, sobre o tema Assédio e Violência contra a Mulher, realizada em 9 de agosto. Ainda no ano de 2023, o FUNBIO optou por contratar uma empresa especializada em capacitação para elaborar um treinamento perene focado nos conceitos de moral, ética, no Código de Ética e nas práticas do FUNBIO, que segue em desenvolvimento e acompanhamento periódico pelo Comitê de Ética, com previsão de lançamento para os funcionários em abril de 2024.

▸ CANAIS DE DENÚNCIA

Em 2023, foram dez casos avaliados pelo Comitê, sendo cinco consultas e cinco denúncias. Os canais de denúncia permaneceram operacionais durante todo o período. As consultas e comunicados integram relatório em separado e as orientações adicionais devem integrar as capacitações periódicas da equipe do FUNBIO.

▸ PRAZO MÉDIO DE PROCESSAMENTO

O prazo médio de processamento das denúncias recebidas e encerradas foi de aproximadamente 30 dias.

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA



ACESSE AS POLÍTICAS
DE SALVAGUARDA

Desde 2018, o FUNBIO adota as políticas de salvaguarda do IFC, International Finance Corporation, membro do Grupo Banco Mundial.

▸ POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DE GÊNERO

▸ POLÍTICAS DE SALVAGUARDA AMBIENTAIS E SOCIAIS

PADRÕES DE DESEMPENHO — *PERFORMANCE STANDARDS* (PS):

- | | |
|--|--|
| ▸ PS1
Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais | ▸ PS5
Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário |
| ▸ PS2
Condições de Emprego e Trabalho | ▸ PS6
Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos |
| ▸ PS3
Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição | ▸ PS7
Povos Indígenas |
| ▸ PS4
Saúde e Segurança da Comunidade | ▸ PS8
Patrimônio Cultural |

AGÊNCIAS NACIONAIS FUNBIO



ACESSE
AGÊNCIA GEF



ACESSE
AGÊNCIA GCF

O FUNBIO é a única organização da sociedade civil no Hemisfério Sul credenciada como agência nacional implementadora tanto do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) quanto do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês).

▸ GEF

Em 1992, na Rio-92, foi estabelecido o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), para contribuir para a solução de algumas das maiores pressões sobre o meio ambiente. Desde então, o GEF já destinou USD 21,1 bilhões a mais de cinco mil projetos de conservação em 170 países. Hoje, há no mundo 18 agências implementadoras do GEF, que contribuem para o aumento e a diversidade do portfólio. Em 2015, após criteriosa avaliação, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional do GEF. A partir de 2018, tiveram início os projetos da Agência GEF FUNBIO.



▸ GCF

O Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) foi estabelecido em 2010 para apoiar projetos de enfrentamento às mudanças climáticas. Desde então, já apoiou mais de 100 projetos, que totalizam mais de USD 2 bilhões. Em 2018, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional implementadora do GCF. O FUNBIO, a Caixa Econômica Federal e o BNDES são as primeiras instituições brasileiras credenciadas como agências implementadoras do GCF no Brasil.



QUEM SOMOS*

FUNCIONÁRIOS, ESTAGIÁRIOS E APRENDIZES



*A relação inclui funcionários e estagiários que fizeram parte da equipe do FUNBIO em 2023.

QUEM SOMOS*

SECRETARIA EXECUTIVA
Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária-geral
Bruna Luyane Souza Santos
Ribeiro Assistente

AGÊNCIAS GEF E GCF
Fábio Heuseler Ferreira Leite
Gerente

EQUIPE:
Clara Pasini Peçanha
Fernanda de Oliveira Lana

**ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO E
MARKETING**
Helio Yutaka Hara
Gerente

EQUIPE:
Ana Gabriela Silva de
Carvalho Nascimento
David Moraes da Silva
Isabelle Pereira da Costa
Mariana Leopoldo Carvalho
Thiago Ferreira Camara

ASSESSORIA JURÍDICA
Flavia de Souza Neviani
Gerente

EQUIPE:
Maria Eduarda Amaral Isnard
Paulo Miranda Gomes
Rafaela Luiza Pontalti Giongo

AUDITORIA INTERNA
Alexandra Viana Leitão

**PMO – ESCRITÓRIO DE
PROJETOS**
Mônica Aparecida Mesquita
Ferreira Gerente

EQUIPE:
Julia Annarumma Rocha
de Aguiar Coelho
Laiza Santos Dagnaisser

**SUPERINTENDÊNCIA DE
PROGRAMAS**
Manoel Serrão Borges de
Sampaio Superintendente

**DOAÇÕES NACIONAIS E
INTERNACIONAIS**
Fernanda Figueiredo
Constant Marques
Gerente de Portfólio de Projetos
Alexandre Ferrazoli Camargo
Gerente de Projetos
Fabio Ribeiro Silva
Gerente de Projetos
Paula Cavalcanti Ceotto
Gerente de Projetos
Paula Vergne Fernandes
Gerente de Projetos
Rodolfo Cabral Costa Gomes
Marçal Gerente de Projetos

EQUIPE:
Ana Claudia Francisco
Salomão
Andre de Freitas Pimentel
dos Anjos
Andre Luiz Ferreira Lemos
Artur Nonato Vieira Cereto
Conrado Von Brixen Rodrigo
Octavio
Eduarda Rodrigues Tanus
Daldegan
Fernanda Abduche Correa
de Paiva Estrella
Joyce Costa Barbosa
Lays Victoria Fernandes
Gonçalves
Maiara Duarte de Souza
Soriano
Manuela Torres Tambellini
Marcondes Lomeu Bicalho
Marcus Vinicius Leite Pereira
Michelle Tosetti Dantas
Pedro Alberto Dantas da Silva
Renato Tenan de Barros
Almeida
Tereza Cristina da Silva
Trindade
Vivian Saddock da Silva
Edegar Bernardes Silva
Marina Ghorayeb Garcia

**DOAÇÕES NACIONAIS E
INTERNACIONAIS 2**
Mariana Miguel dos Santos
Gerente de Portfólio de Projetos
Andréia de Mello Martins
Gerente de Projetos
Dante Coppi Novaes
Gerente de Projetos

EQUIPE:
Amanda Camargo Heinrich
Carrara
Ana Beatriz de Lima Santana
Gabriella Furtado
Gustavo Menezes Cobelo
Lima
Heliz Menezes da Costa
Irislaine da Silva Nascimento
Lucas Lima dos Santos
Mariana Melo Gogola
Mary Elizabeth Lazzarini
Teixeira
Lívia Antunes

OBRIGAÇÕES LEGAIS
Manuela Mosse Muanis
Gerente de Portfólio de Projetos
Ana Helena Varella
Bevilacqua Gerente de Projetos
Clarissa Scofield Pimenta
Gerente de Projetos
Daniela Torres Ferreira Leite
Gerente de Projetos
João Ferraz Fernandes de
Mello Gerente de Projetos
Laura Pires de Souza Petroni
Gerente de Projetos
Thales Fernandes do Carmo
Gerente de Projetos
Mayne Assunção Moreira
Gerente de Projetos

EQUIPE:
Carolina Verli Fernandes
Dante Coelho de Andrade
Heloisa Dantas Brum
Jéssica Rocha Queiroga
Julia Lima Costa
Maria Vitoria Lopes de
Sousa Palhares
Mariana Couto Cruz
Mariana Gonçalves Tavares
Pablo Henrique Fernandes
Lastra
Renan Alves Conceição
Gabriella Casimiro Guimarães

**SUPERINTENDÊNCIA DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO**
Aylton Coelho Costa Neto
Superintendente

ADMINISTRAÇÃO
Flávia Mól Machado
Coordenadora

EQUIPE:
Bruna Luyane Souza Santos
Ribeiro
Cláudio Augusto Silvino
Ericka Cardozo Paulino
Marcio de Vasconcelos Maciel
Matheus Duarte Ramos

CEDOC
EQUIPE:
Ana Maria Rodrigues Martins
Anna Vitória Macêdo dos
Santos
Bruno Miceli Parede Pinheiro
Natália Corrêa Santos

CONTABILIDADE
Daniele Soares dos Santos
Seixas Contadora

EQUIPE:
Flavia Fontes de Souza
Leonardo Malaquias Lannes
Lucas Silva Costa
Mylene Costa Barbosa Milesi
Nara Anne Brito do
Nascimento
Suellen Pereira de Freitas
Thais dos Santos Lima

**CONTROLE FINANCEIRO
DE PROJETOS**
Marilene Viero Coordenadora

EQUIPE:
Ana Luiza Rodrigues Costa
Ana Paula França Lopes
Anderson Oliveira de Araujo
Anton Gasparini Lage
Brasileiro Waehneltd
Áurea Vitória Luiza Santiago
da Silva
Bruna Rodrigues Ribeiro
Elizangela da Conceição
Santos
Felipe Augusto de Araujo
Camello

Felipe Dias Mendes Serra
Fernando Mateus Cabral
Gabriel Oliveira de Castro
Igor Santos da Silva
Juliana Siqueira da Silva
Schuler
Lais Rosseto de Moraes
Ferreira
Luciana Bernardes Natal
Mayara do Valle Bernardes
de Lima
Natália Bahia Barboza
Machado
Natalia de Sousa Freire
Nemesia Maria Santos
Barbosa Lucena
Priscila Ribeiro Larangeira
Freitas
Rebecca de Andrade Klein
Ricardo
Vanessa Guimarães Ribeiro
de Barros
Vanessa Ravaglia Cohen
Vitor da Silva Vieira

RECURSOS HUMANOS
Andrea Pereira Goeb Gerente
Ana Paula da Rocha Esimino
Supervisora

EQUIPE:
Diego Nascimento Carvalho
Fonseca
Fernanda Monsores Lopes
Heloisa Helena Henriques
Leticia Cristina Ferreira

TESOURARIA
Roberta Alves Martins
Coordenadora

EQUIPE:
Andréia Viana Coutinho
Nicolas Emanuel Rodrigues
do Amaral
Thais de Oliveira Medeiros

**TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO**
Vinicius de Souza Barbosa
Gerente

EQUIPE:
Alessandro de Assis Denes
Caroline Cavalcanti de
Oliveira Jacobina
Deywid Carvalho Dutra
Guilherme Brito da Silva
Igor de Veras Coutinho Soares
Leonardo Vaz Afonso
Guaraná Guia

**SUPERINTENDÊNCIA DE
AQUISIÇÃO E LOGÍSTICA**
Henrique Yokoyama
Superintendente

COMPRAS
Fernanda Alves Jacintho
Coordenadora

EQUIPE:
Alessandro Jonady Oliveira
Allan da Silva Cabral
Ana Lucia Oliveira dos Santos
Aroldo Linares do Nascimento
Denise Tavares Fernandes
da Silva
Edson dos Santos Faustino
Junior
Flavia Avelar Teixeira
Flavio do Sacramento Miguel
Jeanne Caroline Silva Alves
José Mauro de Oliveira
Lima Filho
Julia Oliveira dos Santos
Luiza de Andrade Lima
Milene Alexandre Gonçalves
da Silva
Tatiane Tito Rodrigues
Vinicius Chavão da Cunha
de Souza
Viviane dos Santos da Silva
Viviane Ferreira da Costa
Willian dos Santos Edgard

**COMPRAS – GESTÃO DE
CONTRATOS**
Suzana Amora Ramos
Coordenadora

EQUIPE:
Icaro Matheus Xavier dos
Santos
Maria Eduarda dos Santos
Domingues
Thais Mariano da Silveira
de Brito
Thayane Martins Kury
Ferreira

*A relação inclui funcionários e estagiários que fizeram parte da equipe do FUNBIO em 2023.

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

Neste Relatório Anual de 2023, apresentamos três mulheres que são exemplos de uma relação harmônica entre seus ofícios e a natureza. Na Amazônia, no Cerrado ou no Pantanal, Ádila Mattos, Daniela Viveiros e Miriam Amorim, todas têm em comum o amor pela conservação da biodiversidade. E os desafios de, numa sociedade ainda marcada pelo machismo, transpor barreiras diariamente.

Elas revelam que seus papéis são tão grandes e relevantes quanto a natureza merece. Brigadistas, viveiristas ou gestoras de Unidade de Conservação, não há espaço que prescinda da presença das mulheres. E ao contarem suas histórias, elas revelam que, na conservação da biodiversidade, a igualdade de gênero contribui para o desenvolvimento sustentável.



ÁDILA MATTOS

Gestora da RDS Igapó-Açu (AM)



DANIELA VIVEIROS

Brigadista do IEF (MG)



MIRIAM AMORIM

Diretora da Associação de Moradores da comunidade de São Pedro de Joselândia, em Barão de Melgaço (MT), viveirista e brigadista

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

GESTORA E COMUNITÁRIA, UM LAÇO PARA A CONSERVAÇÃO

Gerir uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) requer escuta e aprendizado constantes — além, claro, do trabalho árduo inerente ao dia a dia de uma Unidade de Conservação (UC). As RDSs guardam uma importante característica: dentro delas vivem comunidades tradicionais inteiras. É um ponto central da atuação proteger os modos de vida dos ribeirinhos, dos indígenas e de outros povos que habitam em harmonia com os ecossistemas.

Ádila Mattos desempenha esse papel desde 2022, na RDS Igapó-Açu, localizada no meio da Floresta Amazônica, a 260 km de Manaus, estrategicamente protegida com o intuito de formar uma barreira verde ao longo da rodovia BR-319. A unidade está sob gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), do Amazonas, e recebe recursos do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (ver p.43) — maior programa de proteção de florestas em todo o planeta.

Foto: Arquivo Pessoal



ÁDILA MATTOS

Gestora da RDS Igapó-Açu (AM)

A gestora vem acumulando aprendizado com as mulheres ribeirinhas. Seu maior exemplo tem sido Olindina França de Lima, conhecida como dona Dina — também chamada de “a mãe dos quelônios” (répteis aquáticos e terrestres conhecidos como tartarugas, cágados ou jabutis). Ádila se empolga ao contar a história da comunitária, como quem narra a saga de uma heroína.

“É ela quem toca o barco e convoca todos os comunitários para trabalhar. Ela participa do processo de coleta dos ovos, que precisa ser feito de madrugada e requer bastante esforço físico. Ela acorda quando ainda está escuro e percorre os rios em busca dos quelônios. E não para aí. Fica monitorando a chocadeira de perto e alimenta os filhotes até chegar o dia da soltura. É uma pessoa calada. Quase não fala, mas faz muito”, descreve Ádila.

Ádila gerencia UCs há cinco anos. Conta que, apesar de já ter sofrido discriminação por ser uma mulher num cargo de liderança, sempre se apoiou na paixão pela conservação

ambiental. Para ela, cuidar da natureza é uma vocação inerente a toda e qualquer pessoa. A própria associação de moradores da RDS Igapó-Açu é conduzida por uma presidenta de pulso firme: Nilda Castro, conhecida como dona Mussinha, mais uma fonte de inspiração para a gestora.

“Existe um preconceito enraizado em muitas comunidades de que o homem dá a última palavra. Venho estimulando as comunitárias a participarem das reuniões e oficinas oferecidas na unidade. Muitas vezes, quando elas se apresentam, costumam dizer que “não fazem nada” porque “só trabalham dentro de casa”. O trabalho de casa não é pouco. A mulher, em si, é uma liderança”, conta ela.

O chamado para proteger o meio ambiente continua sendo semeado. Tanto em projetos de educação ambiental, realizados dentro da unidade, como dentro da casa de Ádila. Ela tem dois filhos, de 7 e 12 anos, que já admiram — nem sempre de perto — o trabalho da mãe.

“Sou mãe e esposa. É um desafio muito grande ficar esse tempo todo longe de casa, já que passo vários dias viajando a trabalho. Mas vejo uma sementinha plantada nas crianças. Minha maior referência de mulher forte e determinada é minha mãe. O espírito de fazer a diferença na sociedade é passado de geração para geração”, conclui.

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

HEROÍNA NA VIDA E
NO COMBATE AO FOGO

A pequena Ayla Luana, de 8 anos, enxerga uma super-heroína quando vê a mãe. Não é à toa. Daniela Viveiros, de 30 anos, passa boa parte do tempo paramentada com luvas, botas, capuz balaclava e outros itens corta-fogo. Mesmo sem capa de voo, a combatente de chamas vive cruzando longas distâncias entre 11 Unidades de Conservação (UCs) espalhadas pela região Norte de Minas Gerais que recebem recursos do programa COPAÍBAS (ver p.46).

Daniela é responsável por cinco brigadas, de combate a incêndios que estão a serviço do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG), órgão que administra as UCs do estado. Dos 52 brigadistas que ela chefia somente, duas são mulheres.

Foto: Arquivo Pessoal



DANIELA VIVEIROS

Brigadista do IEF (MG)

“Foi-se o tempo em que havia receio de uma mulher não ter condições físicas de executar a atividade de combate. Mas o que importa é garra em campo e conhecimento técnico. Conquistei meu espaço e hoje sou muito respeitada no meio, inclusive pelos homens que trabalham comigo. É muito gratificante ver outras mulheres querendo virar brigadistas seguindo esses exemplos”, pontua.

A paixão pela conservação ambiental vem desde a infância. Daniela é “da roça”, em suas próprias palavras. Criada pelos avós, aprendeu com a matriarca sobre os cuidados com a terra. Entre uma colheita e outra, entendeu a importância de viver em harmonia com o ambiente para que as safras fossem generosas.

“Passei por duas situações de incêndio na roça quando era criança. Desde pequena tenho paixão pela proteção ambiental. Queria ser bióloga. Depois de uma palestra na escola, fui trabalhar como recepcionista no Parque Estadual da Serra do Cabral, em

Buenópolis (MG). A primeira capacitação era de combate a incêndios e em uma semana tive minha primeira atuação. Por fim, trabalhei como brigadista nessa unidade de 2012 a 2020”, recorda.

Em 2023, depois de algumas transferências, principalmente em função da pandemia, Daniela assumiu a coordenação das brigadas do Norte do estado.

“Passei boa parte desse ano na estrada. Pelo menos uma vez por mês tinha que estar em cada uma das unidades para levar materiais, insumos e orientações. Sempre que há grandes focos de incêndio, preciso estar presente para planejar a atuação. Cada UC tem sua peculiaridade em relação a biomas, relevo e até em aspectos culturais. É fundamental conhecer o território”, explica.

A trajetória de Daniela é permeada pela influência de mulheres. Não só da avó, que a criou, mas também das primeiras profissionais que viu atuando como brigadistas.

“É difícil ter palavras para definir algo tão grandioso. Via o

trabalho de uma mulher, à frente do Parque Estadual da Serra do Cabral, e foi uma grande inspiração. Pude ver o empenho de outras grandes mulheres no combate às chamas. São histórias de garra, luta e defesa do ambiente. Elas sempre tiveram sabedoria e paixão.”

Homens e mulheres se espelham no exemplo de Daniela. A irmã mais nova, Gisele, começou a trabalhar como brigadista, justamente no Parque Estadual da Serra do Cabral. E o marido, Luan, que participou da capacitação de combate às chamas durante a pandemia, segue nesse ofício. Ele é coordenado pela esposa. Daniela torce para que mais pessoas despertem para a vocação de proteger o meio ambiente. Em casa, a filha já demonstra sinais de que vai seguir os passos da mãe.

“Outro dia estava revendo fotos da Ayla menorzinha participando das atividades que promovíamos na escola. Ela gosta de falar para todo mundo que a mãe trabalha no combate a incêndios. No que depender de mim, ela terá apoio para atuar como brigadista.”

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

MULHER PANTANEIRA: MÃOS QUE ACUMULAM CALOS E SABERES

Quando o projeto AquaRela Pantanal começou a atuar na Associação de Moradores da comunidade de São Pedro de Joselândia, em Barão de Melgaço (MT), as mulheres da região tiveram mais nitidez sobre o seu potencial de protagonistas. É o caso da agricultora Miriam Amorim, de 33 anos, que acumula as funções de diretora da associação, viveirista e brigadista.

O AquaRela Pantanal tem gestão da Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), organização não governamental criada há 23 anos e a primeira do bioma a incorporar a questão de gênero. Miriam viu suas funções se multiplicarem por meio do projeto Recuperação de Florestas Ribeirinhas Pantaneiras: beneficiando água, solo, peixes e populações do entorno da RPPN Sesc Pantanal, que recebe recursos do GEF Terrestre (ver p.66).

Foto: Carol Benck



MIRIAM AMORIM

Diretora da Associação de Moradores da comunidade de São Pedro de Joselândia, em Barão de Melgaço (MT), viveirista e brigadista

“Temos exemplos específicos de mulheres que mudaram de vida. Uma das nossas colegas estava com depressão. Os filhos cresceram e saíram de casa para estudar e o marido passava o dia fora, trabalhando. E sabemos como o trabalho doméstico quase nunca é considerado. Ela tomou coragem, saiu um pouco de casa e isso transformou a vida dela. Mexer com as plantas tira todo o estresse”, conta a agricultora.

Nascida e criada no Pantanal, Miriam põe as mãos na terra desde criança. Mas a cada dia aprende algo novo sobre o território onde vive. Ela conta que sempre viu os incêndios esperados e rotineiros no bioma. Até que, em 2020, as chamadas puseram em risco sua família e seus vizinhos.

“Naquele ano, a terra estava seca e o fogo consumiu tudo. Corremos muitos riscos e perdemos grande parte da nossa propriedade. Foi ali que decidi entrar para a Associação, primeiro para atuar como brigadista. Mas com o AquaRela Pantanal tive a chance de

plantar mudas e reflorestar o lugar onde eu vivia”, recorda.

As mãos acumularam calos e saberes. Antes só plantavam milho, arroz e outros itens agroflorestais fundamentais para a subsistência familiar. Agora, passam a sentir o toque das sementes de espécies nativas pantaneiras. Os ensinamentos vieram, em sua maioria, das mulheres mais velhas.

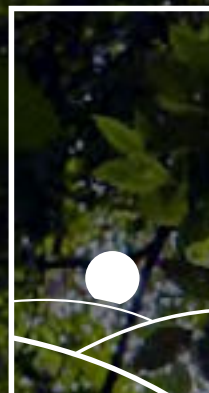
“As mulheres tendem a usar todos os sentidos na hora do cultivo. A terra não é um trabalho só de força ou resistência. Aquela mesma mulher que antes estava com depressão nos ensinou um jeito diferente de manusear a muda. Até mesmo o técnico contratado pelo projeto, que esteve no território para fazer a nossa capacitação, passou a usar a técnica dela”, destaca.

Desde o início do GEF Terrestre, em 2020, só no bioma Pantanal, 380 mulheres participaram de ações de capacitação, manejo integrado do fogo e recuperação vegetal. Foram 239 hectares recuperados desde

2020. E as mãos e saberes de Miriam também contribuíram para esse total de área recuperada.

A viveirista vem de uma família com dez mulheres e dois homens. O pai se dedicava à pesca enquanto as filhas trabalhavam na roça. Quem mais inspira a agricultora em seu amor pela terra e pelo que dela provém é a mãe, Carmen.

“Minha filha Sofia, de 10 anos, já está se interessando pela culinária. Sempre viu a mim e a minha mãe preparando a comida. Agora mesmo está assando um bolo”, comenta a agricultora.



BOLSAS FUNBIO
CONSERVANDO
O FUTURO



BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

ODS



BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

O programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro inicia 2023 com novo apoiador, após seis anos de existência. Entre 2018 e 2022, a parceria foi com o Instituto humanize e a partir desta sexta edição a iniciativa terá como parceiro o Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre), criado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). O nome do programa é homenagem ao biólogo que, à frente da direção de programas da instituição, viabilizou algumas das mais importantes iniciativas de conservação ambiental do planeta. Gustavo faleceu precocemente em 2022 e o novo programa, que será implementado em diferentes países, dá continuidade à sua visão de apoio ao conhecimento e à formação de futuros líderes.

“Para o FUNBIO, é uma imensa satisfação contar com o apoio de uma iniciativa que dá continuidade ao legado dos incansáveis esforços do Gustavo Fonseca para fomentar o conhecimento científico, que por sua vez pode subsidiar futuras

políticas públicas de conservação da biodiversidade”, diz Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO.

Todo dia 5 de junho, quando celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente e o aniversário do FUNBIO, o programa lança novo edital para pesquisadores que atuam com estudos em todos os biomas brasileiros. Desde a primeira edição, em 2018, foram 186 bolsistas selecionados, sendo 104 mulheres e 82 homens, com trabalhos de 150 doutorandos e 36 mestrados apoiados. Os projetos devem seguir uma das seguintes quatro linhas: conservação, manejo e uso sustentável de fauna e flora; recuperação de paisagens e áreas degradadas; gestão territorial para a proteção da biodiversidade; mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

Nas próximas páginas, conheça alguns projetos selecionados.

Confira a lista completa dos bolsistas contemplados em 2023.



**PROJETOS
SELECIONADOS
2023**



CARLOS MANUEL RODRIGUEZ,
CEO do Fundo Global para o Meio Ambiente
(GEF, na sigla em inglês)

Este programa vai centrar-se nos jovens e no seu papel no futuro da governança e da gestão ambiental. Os jovens dos países em desenvolvimento desempenham um papel fundamental na concretização de mudanças futuras e o GEF está fortemente empenhado em apoiar suas pesquisas, estudos, desenvolvimento profissional e liderança.”*

*Texto originalmente publicado em www.thegef.org/fonseca-leadership-program



ROSA LEMOS DE SÁ,
secretária-geral do FUNBIO

Para o FUNBIO, é uma imensa satisfação contar com o apoio de uma iniciativa que dá continuidade ao legado dos incansáveis esforços do Gustavo Fonseca para fomentar o conhecimento científico, que por sua vez pode subsidiar futuras políticas públicas de conservação da biodiversidade.”



BIOMAS E ECOSISTEMA

186
BOLSISTAS

104
MULHERES

150
DOUTORANDOS

53
INSTITUIÇÕES

82
HOMENS

36
MESTRANDOS

27
ESTADOS + DF

PARCEIROS



ACADEMIA



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSEQUIDADE
DE GÊNEROMANEJO
DE ESPÉCIESMUDANÇAS
CLIMÁTICASRESTAURAÇÃO
FLORESTAL

BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

FLORA EXCLUSIVA DA MATA ATLÂNTICA DO NORDESTE

Ao norte do Rio São Francisco, a Mata Atlântica tem outro nome para os cientistas. É o Centro de Endemismo Pernambuco (CEP), que, apesar do nome, se estende de Alagoas ao Rio Grande do Norte. Já a referência ao endêmico resalta a grande quantidade de espécies que ocorrem apenas nessas florestas acima do Velho Chico. É justamente sobre elas, em especial as árvores, que irá se debruçar a geógrafa Essia Romão-Torres, doutoranda da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e uma das selecionadas em 2023 pelo Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, em parceria com o Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre), criado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês).

Foto: Arquivo Pessoal



ESSIA ROMÃO-TORRES

é doutoranda em Geografia na
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Nós escolhemos as árvores porque entendemos que elas são espécies chaves. Quando buscamos conservar uma árvore, conservamos todo o ecossistema associado a ela.”

O trabalho da pesquisadora — Modelagem de distribuição de espécies botânicas endêmicas em fragmentos florestais no Centro de Endemismo Pernambuco — irá mapear as espécies de árvores com ocorrência restrita ao CEP, que é considerada uma das regiões mais ameaçadas do bioma devido à história de colonização e ocupação do litoral brasileiro.

Uma das árvores sobre a qual Essia irá se debruçar é uma espécie de ingá (*Inga suborbicularis*) ameaçada de extinção e pouco estudada pela ciência. Essa planta é conhecida atualmente apenas na Mata Atlântica do Nordeste. A árvore, que pode medir até cinco metros de altura, destaca-se pela floração de pequenos buquês de longos e finos tubos brancos, coroados de amarelo. Assim como outras espécies de ingá, seus frutos, em formato de vagens, são comestíveis — ainda que seu consumo não esteja tão estabelecido na região, onde se enquadra como uma planta alimentícia não convencional (PANC).

Dialogar com a sociedade e ir além da tese é, aliás, um dos objetivos do projeto de pesquisa. “Nós queremos ampliar o alcance da pesquisa, que vá além da academia. Queremos que isso se torne um instrumento de gestão ambiental para essas regiões. Vamos pegar todos os resultados e informações que a gente levantar e transformar isso num guia ilustrado para chegar aos gestores públicos e ambientais, aos educadores e à sociedade de maneira geral. Então, além dos produtos acadêmicos, como os artigos científicos e as descobertas, queremos transformar [o projeto] num produto didático”, resume.

A etapa inicial da pesquisa será feita por meio dos bancos de dados disponíveis de coleções biológicas e herbários sobre as ocorrências das espécies. Após esse primeiro esforço, Essia irá delimitar as distribuições geográficas e alimentar uma modelagem estatística, feita em um *software* específico, baseada em nichos ecológicos para entender melhor a relação entre as variáveis ambientais e as ocorrências e para validação dos modelos preditivos.

Um dos objetivos da pesquisa é tentar compreender os fatores ambientais, como período de chuvas, clima e possíveis restrições ecológicas, que influenciam a ocorrência dessas árvores. “Queremos compreender quais os fatores ambientais que influenciam

a ocorrência ou ausência dessas espécies. Será que elas ocorrem apenas nessa área [do CEP] porque são restritas — e quais características levam a isso — ou porque são subamostradas?”, questiona Essia.

Com os resultados da modelagem, serão apontadas as áreas com alta e baixa probabilidade de ocorrência dessas espécies. “Se determinada área tem alta probabilidade de ocorrência, mas não há dados de ocorrência nela, nós podemos acionar esse esforço de coleta”, completa a pesquisadora da UFPE.

As idas a campo serão fundamentais para validar os resultados apontados pela modelagem. E é principalmente nessa etapa, reforça Essia, que será crucial o apoio do Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro e do GEF. “Vai ser um campo muito amplo e seria inviável fazer a pesquisa sem esse recurso”, conta a pesquisadora, que prevê fazê-lo entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025. Ainda será determinado onde exatamente serão os campos, de acordo com os dados, mas a expectativa da pesquisadora é buscar amostras em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, com foco em áreas com as maiores lacunas de dados.

Muitas das espécies da flora do CEP ainda não tiveram seu estado de conservação avaliado devido à falta de informação. “Vamos analisar quais espécies já foram avaliadas pelos órgãos oficiais e quais espécies não foram avaliadas ainda porque não há informações suficientes. Nós queremos enxergar esse quadro de informações e lacunas”, explica a bolsista.

Além de responder perguntas sobre as espécies de árvores endêmicas do CEP, Essia também pretende verificar o estado de conservação dos fragmentos em que elas vivem. O que inclui uma projeção de cenários para esses fragmentos diante das mudanças climáticas para entender os mais vulneráveis, assim como verificar a existência de políticas de conservação no território. “A partir disso podemos indicar áreas prioritárias para conservação”, reforça.

“Nós escolhemos as árvores porque entendemos que elas são espécies chaves. Quando buscamos conservar uma árvore, conservamos todo o ecossistema associado a ela. Os fragmentos florestais da Mata Atlântica, por todo o processo histórico de ocupação, degradação, uso e pressão humana que ainda sofrem, são áreas muito frágeis e que conservam altos índices de endemismo”, explica Essia.



CLIQUE PARA CONHECER
MAIS SOBRE A PESQUISA
DE ESSIA

BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

AVES DE VOLTA À NATUREZA

Araras, papagaios, maritacas, periquitos... O grupo dos psitacídeos inclui algumas das aves mais conhecidas do país e também algumas das mais ameaçadas. Para contornar essa situação, muitos projetos de conservação têm investido no manejo em cativeiro para poder reintegrar essas aves à natureza e reforçar as populações silvestres. Quais os elementos que podem influenciar no sucesso dessas solturas? Qual o peso de fatores como a personalidade do animal, seus níveis de estresse ao manejo e habituação aos colares de monitoramento?

Foto: Arquivo Pessoal

**GUSTAVO NUNES DE ALMEIDA**

é mestrando em Biodiversidade e Conservação da Natureza na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Entender como esses fatores pré-soltura se relacionam com o comportamento, sobrevivência e dispersão desses animais após serem soltos é considerado um ponto chave para conduzir uma reintrodução bem-sucedida. Levantar essas informações é a meta do biólogo Gustavo Nunes de Almeida, na pesquisa de mestrado que desenvolve na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O pesquisador é um dos bolsistas do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro em parceria com o Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre), criado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês).

No mundo existem 395 espécies de psitacídeos, estando pelo menos 108, o equivalente a quase um terço deles, sob algum risco de extinção. O grupo possui o maior número absoluto de espécies ameaçadas entre as aves. Apenas no Brasil, país com maior diversidade de psitacídeos no planeta, são 87 espécies, ao menos 17 delas ameaçadas de extinção, de acordo com a lista vermelha nacional.

Seja pelas apreensões de animais vítimas do tráfico, seja pelo resgate para reabilitação de aves debilitadas, para citar as causas mais comuns, muitos desses psitacídeos vão parar no cativeiro.

A soltura na natureza é uma ferramenta que pode ajudar tanto no reforço quanto no estabelecimento de novas populações silvestres, mas há poucos registros sobre o sucesso dessas ações. Por isso, o pesquisador afirma que é importante direcionar esforços para novas práticas de manejo que priorizem as diferenças individuais e aumentem as chances de sobrevivência e adaptação desses animais após serem soltos.

“Com esse projeto a gente busca investigar se as personalidades de duas espécies de psitacídeos influenciam em alguns aspectos do manejo pré-soltura e no pós-soltura”, conta o biólogo.

Em seu estudo, Gustavo irá utilizar duas espécies comuns de psitacídeos, com ampla distribuição no Brasil e não consideradas ameaçadas: a maitaca-verde (*Pionus maximiliani*) e a maracanã (*Primolius maracana*). A expectativa é que os resultados obtidos possam ser aplicados no manejo e soltura de outras espécies de psitacídeos, inclusive aquelas ameaçadas.

Os recursos da bolsa irão custear os trabalhos de campo da equipe e a aquisição de equipamentos. Para identificar a relação entre os fatores pré e pós-soltura, “vamos aplicar testes de personalidade, testes de reatividade ao manejo, observações comportamentais e monitoramento por radiotelemetria para responder nossas perguntas”, detalha o pesquisador.

Além disso, os dados obtidos durante o estudo permitirão uma melhor compreensão sobre o comportamento dos psitacídeos e que elementos influenciam o estabelecimento de populações desse grupo de aves, assim como os riscos e desafios das solturas como estratégia de conservação.

“Com essa pesquisa, a gente busca também contribuir com novas informações que possam ser utilizadas tanto por órgãos ambientais quanto por projetos conservacionistas que queiram aumentar o sucesso das suas reintroduções”, acrescenta o biólogo, que espera que os resultados da pesquisa apoiem o desenvolvimento de novas estratégias de conservação para os psitacídeos.

“

Com essa pesquisa, a gente busca também contribuir com novas informações que possam ser utilizadas tanto por órgãos ambientais quanto por projetos conservacionistas que queiram aumentar o sucesso das suas reintroduções.”



CLIQUE PARA CONHECER
MAIS SOBRE A PESQUISA
DE GUSTAVO

BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

CHUVAS PARA RECUPERAÇÃO DA AMAZÔNIA

Com um calendário marcado pela transição entre a época das cheias e da seca, a Amazônia tem nas chuvas um elemento central que rege a vida no bioma. As mudanças climáticas de um planeta em crise põem em risco essa delicada relação construída há séculos.

Extremos de inundações acima da média e secas prolongadas expõem a floresta ao desequilíbrio. Como essas mudanças no clima e as alterações nos regimes de chuva afetam as florestas na Amazônia, em especial aquelas em processo de regeneração?

Foto: Arquivo Pessoal



LUANE BOTELHO

é doutoranda em Ecologia Aplicada na Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Com o apoio do FUNBIO, a bióloga Luane Botelho, doutoranda em Ecologia Aplicada na Universidade Federal de Lavras (UFLA), irá a campo para estudar os efeitos da sazonalidade das chuvas na recuperação de florestas secundárias em quatro regiões distintas do Pará. A pesquisadora é uma das selecionadas pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro em 2023.

As florestas secundárias são aquelas em terras anteriormente desmatadas e que foram abandonadas, o que permite a regeneração da mata, conduzida pela própria natureza. Essa vegetação secundária corresponde a cerca de 4,1% da Amazônia e fornece serviços ecossistêmicos importantes, além de contribuir para a manutenção da biodiversidade e no combate à crise climática.

“Uma forma de avaliar como as florestas secundárias se recuperam ao longo do tempo é através das plantas”, aponta a pesquisadora. “Nosso principal objetivo é avaliar como as plantas respondem à recuperação dessas florestas em diferentes ambientes, principalmente em relação à temperatura, às chuvas, ao solo e à biomassa acima do solo”, completa.

Um dos aspectos que serão analisados pela pesquisadora são as estratégias ecológicas das diferentes espécies da flora. Em locais com baixa

disponibilidade de recursos, prevalece a estratégia conservativa — ou seja, de economizar energia — caracterizada por crescimento lento e folhas de vida longa, com baixa concentração de nutrientes. Já quando há alta disponibilidade de recursos no ambiente, a tática é oposta, marcada pelo crescimento rápido das plantas, com alta taxa de fotossíntese e alta concentração de nutrientes.

De acordo com a bióloga, a expectativa é que, no início da regeneração, as plantas sigam a lógica do crescimento rápido e que, posteriormente, deem espaço para as espécies com características mais conservativas. “Mas não é uma regra. É inviável generalizar o processo, uma vez que cada floresta apresenta suas particularidades. Por isso, com esse estudo buscamos avaliar como as características funcionais se relacionam com as taxas de perda e ganho de biomassa aérea em florestas secundárias com diferentes idades de recuperação e florestas primárias adjacentes localizadas em quatro regiões na Amazônia que diferem na sazonalidade da precipitação”, explica Luane.

Os resultados da pesquisa levarão a uma melhor compreensão das comunidades vegetais e dos obstáculos enfrentados por essas plantas para auxiliar no processo de recuperação das florestas secundárias na Amazônia.

“

Nosso principal objetivo é avaliar como as plantas respondem à recuperação dessas florestas em diferentes ambientes, principalmente em relação à temperatura, às chuvas, ao solo e à biomassa acima do solo.”



CLIQUE PARA CONHECER
MAIS SOBRE A PESQUISA
DE LUANE

BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

ARLISON BEZERRA CASTRO

É doutorando em Engenharia Sanitária na Universidade Federal do Pará e faz parte do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

INFLUÊNCIA DA DEFAUNAÇÃO DE MAMÍFEROS TERRESTRES NA PERDA DE INTERAÇÕES ECOLÓGICAS EM UMA ÁREA DE FLORESTA AMAZÔNICA

Atualmente vivemos um período de muitas mudanças no uso da terra. E isso tem levado ao desaparecimento ou à extinção local de várias espécies de animais, processo que tem recebido o nome de defaunação. Para entender como a Floresta Amazônica pode responder a essas mudanças na ausência de animais e consequentemente na perda de interações ecológicas, foram instaladas, de forma experimental, em meio a uma área de Floresta Amazônica, parcelas de exclusão, totalmente fechada, impedindo a entrada de animais.

DANILO KLUYBER DE SOUZA

É doutorando (bolsa sanduíche) na Universidade de Montpellier, França, e no Instituto de Medicina Tropical – IMT, Faculdade de Medicina – USP e bolsista da Fundação Mérieux, França.

UMA TOCA, UMA SAÚDE: O TATU-CANASTRA (*PRIODONTES MAXIMUS*) COMO AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EM SAÚDE DE ANIMAIS SILVESTRES, DOMÉSTICOS E SERES HUMANOS

O tatu-canastra (*Priodontes maximus*), que ocorre amplamente no Brasil e na América do Sul, é a maior espécie de tatu do mundo. Com até 1,5 metro de comprimento e um peso que pode chegar aos 50 quilos, esse animal fantástico — e ainda pouco estudado — faz mais do que escavar tocas. O doutorando Danilo Kluyber de Souza estudará o papel do tatu-canastra como sentinela no Pantanal. O animal — que em muitos locais é caçado e comido por humanos — pode ser um agente de vigilância epidemiológica para o desenvolvimento de ações em saúde de animais silvestres e domésticos e de seres humanos.

FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA NETO

É mestrando em Botânica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

COMPREENDENDO A VARIABILIDADE GENÉTICA DA MARGARIDA-DA-PRAIA (*GRINDELIA ATLÂNTICA*) (ASTERACEAE: ASTEREA) PARA SALVÁ-LA DA EXTINÇÃO

A margarida-da-praia (*Grindelia atlantica*) é uma flor que ocorre apenas no Rio Grande do Sul. Com pétalas de um amarelo vibrante, ela se destaca nas areias brancas. Vê-la, entretanto, é cada vez mais difícil. Na avaliação estadual, a margarida foi classificada como Criticamente em Perigo de Extinção. O projeto de pesquisa do mestrando Fernando Fernandes de Oliveira Neto pretende se debruçar sobre a variabilidade genética das populações remanescentes dessa flor ameaçada, em busca de estratégias para salvá-la da extinção.

JULIANA BENCK PASA

É bióloga e doutoranda na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

USO DE HÁBITAT E DISTRIBUIÇÃO POTENCIAL DE UM PREDADOR DE TOPO NO BRASIL CENTRAL: A ONÇA-PARDA (*PUMA CONCOLOR*) COMO UM MODELO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

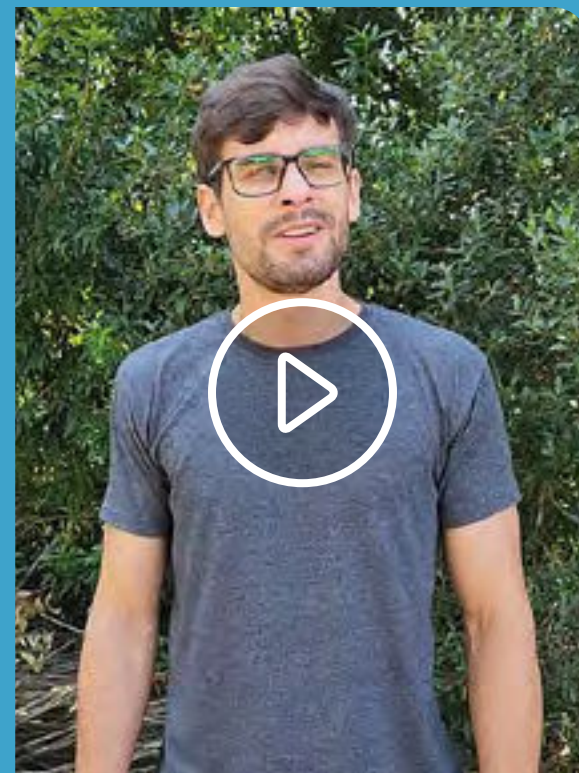
A onça-parda (*Puma concolor*) pode ser considerada uma espécie detetive na conservação das espécies, visto que os requisitos para sua sobrevivência são importantes para a manutenção dos ecossistemas em que vive, bem como das espécies abaixo dela na cadeia alimentar. A ocorrência da onça-parda pode ser um bom indicativo de ambientes íntegros, prioritários para a conservação da biodiversidade. O projeto tem por objetivo avaliar o uso de habitat por onças-pardas em regiões estratégicas em Goiás e, a partir desses dados, prever a distribuição potencial da espécie para todo o estado.

MARIA LUIZA DE OLIVEIRA TERTO

É doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGe/UFRN)

GEOCONSERVAÇÃO E PATRIMÔNIO HIDROLÓGICO NO RIO GRANDE DO NORTE

A água é fundamental para manutenção da vida no planeta, sobre isso não há dúvidas. E em seu projeto de pesquisa de doutorado a geógrafa Maria Luiza de Oliveira Terto, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), irá analisar as características geoambientais do estado potiguar, com direcionamento aos recursos hídricos, para mapear as áreas de principal interesse hidrológico para conservação. Os dados que serão levantados servirão para orientar propostas e decisões referentes à gestão, conservação e uso sustentável do patrimônio hidrológico no Rio Grande do Norte.

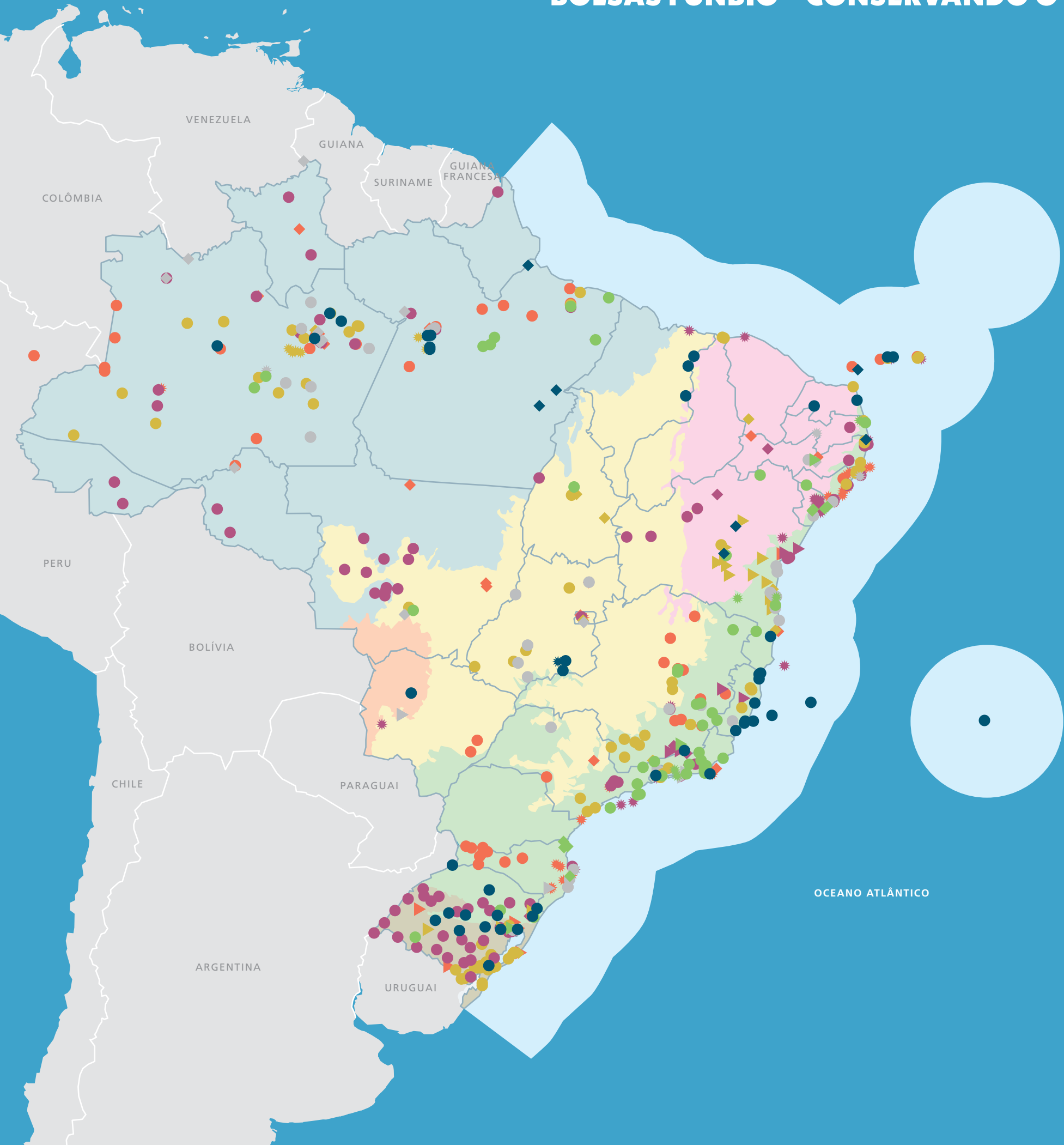


BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

*Há projetos com atividades de campo em mais de um território. Por essa razão, o número de pontos no mapa é superior ao de projetos apoiados.

**Em 2019, o eixo temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade passou a integrar o eixo Conservação e Manejo Sustentável de Fauna e Flora.

***Em 2023, não houve pesquisa selecionada neste eixo temático



PROJETOS APOIADOS*



BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

PAIXÃO PELA CIÊNCIA: EVENTO REÚNE BOLSISTAS DO FUNBIO NO RIO DE JANEIRO

Fazer ciência — e conservação — em rede. Esse foi o principal tema de um encontro especial entre pesquisadores apoiados pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro baseados no estado do Rio de Janeiro. Realizado no dia 4 de julho na sede do FUNBIO, na capital fluminense, o evento reuniu 12 bolsistas apoiados em diferentes edições do programa. Além deles, a conversa contou com a participação da secretária-geral do FUNBIO, Rosa Lemos de Sá, além da jornalista Ana Lúcia Azevedo, de *O Globo*, e da influenciadora socioambiental Laila Zaid.

Pesquisadores do estado do RJ, apoiados pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, compartilharam suas vivências e resultados dos estudos



Durante uma tarde de muitas trocas, os jovens líderes da conservação puderam se conhecer, compartilhar suas experiências e aprender uns com os outros. De primatas a larvas de mosquito, do pau-brasil à palmeira-jussara, de corais a abelhas colecionadoras de cheiros e à poluição marinha. Independentemente do tema da pesquisa, todos os bolsistas tinham algo em comum: a paixão pelo que estudavam e a gratidão pela oportunidade de ir a campo aprofundar sua pesquisa, graças à bolsa.

“Sei o quanto ter esse apoio e poder ir a campo é fundamental para cientistas, e foi por isso que, em 2018, foi criado o Bolsas FUNBIO. Apoiar jovens cientistas, gerar conexões e essa rede de conhecimento está alinhado com nossa missão de gerar conhecimentos estratégicos para a conservação

da biodiversidade”, diz Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO, em sua conversa com os bolsistas.

O próprio FUNBIO — que em 27 anos já apoiou mais de 400 projetos de conservação da biodiversidade junto a mais de 300 instituições — pode ser essa conexão e ajudar os pesquisadores a captarem outros apoios e parceiros.

O pesquisador Diego Fonseca, da UFRJ, um dos bolsistas do programa, reforçou o papel estratégico dessa rede para indicar parceiros e editais para ampliar o projeto. “O FUNBIO nos permitiu fazer várias pontes. O próprio programa de bolsas nos indicou uma iniciativa, a Rede Oceano Limpo, que também tem o FUNBIO envolvido, e permitiu que a gente tivesse contato com vários órgãos e instituições

aqui do Rio de Janeiro que buscam também trabalhar nesse programa de combate ao lixo no mar”, conta.

O evento também discutiu oportunidades e desafios para comunicação e divulgação científica. Laila Zaid incentivou os bolsistas a falarem de suas pesquisas. Ela usa suas redes sociais (só no Instagram são mais de 350 mil seguidores) para falar sobre temas como lixo, mudanças climáticas e consumo consciente.

“Sou uma comunicadora, mas meu conhecimento vem dos cientistas e dos jornalistas. Comuniquem com as ferramentas que vocês têm disponíveis. Comuniquem mesmo que seja para sua bolha, porque, a partir da sua bolha, isso pode ir se espalhando e chegando a outras pessoas”, destacou a atriz e influenciadora.

Já a jornalista Ana Lúcia Azevedo provocou os cientistas a pensarem sempre em como traduzir sua pesquisa para pessoas distantes do universo científico. “A pesquisa tem que ter uma utilidade para essa pessoa, nem que seja encantá-la. E para isso ela tem que te entender”, reforçou.

Em sua 6ª edição, o Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro já apoiou 186 doutorandos e mestrands, e conta hoje com a parceria do Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre), criado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). A chamada para a edição de 2023, encerrada em 31 de julho, recebeu um número de inscrições 29% maior em relação ao ano anterior.

FUNBIO NA COP28

O número estimado de participantes foi recorde: cem mil. De 30 de novembro a 12 de dezembro, a COP28 do Clima, em Dubai, gerou informações, debates e anúncios de ações locais e globais para combater as mudanças climáticas. O FUNBIO esteve lá e lista aqui os principais destaques de nossa participação:

Ao lado do BNDES e da Petrobras, estivemos no anúncio de um novo edital do programa Floresta Viva, que destinará R\$ 42 milhões ao Cerrado e ao Pantanal. Batizado de Corredores de Biodiversidade, foca na restauração ecológica desses biomas.



United Nations
Climate Change



COP28UAE

DUBAI 2023

NOVAS PARCERIAS E TROCA DE CONHECIMENTO



O Plano de Cooperação Regional para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimada da Amazônia Legal foi lançado num debate mediado pelo FUNBIO, que reuniu representantes de governos da Amazônia. Trata-se de uma ação do Consórcio Amazônia Legal **(ver p.82)**, iniciativa inédita que reúne todos os nove estados da Amazônia em torno de objetivos comuns e tem o FUNBIO como gestor financeiro do componente ambiental. O evento aconteceu no *hub* do Consórcio na COP28.

Participamos do evento promovido pelo Fundo Global para Recifes de Corais **(ver p.65)**, que teve como anfitrião o príncipe Albert II, de Mônaco. Nele, foram apresentadas ações inovadoras e concretas para a proteção de corais. O FUNBIO é a agência executora dos recursos no Brasil.

Falamos sobre parcerias no debate promovido pelo BNDES com o tema da restauração ecológica, que teve ainda a participação da Vale.

Participamos também do evento sobre PFPs (sigla de Project Finance for Permanence, tipo de iniciativa em que parceiros de diferentes segmentos se unem em torno de um objetivo comum

FUNBIO participa de encontro sobre o Planejamento Espacial Marinho (PEM) e de debates sobre controle de desmatamento na Amazônia, restauração ecológica e sobre gênero e meio ambiente



de longo prazo), no qual foi apresentado o ARPA, programa Áreas Protegidas da Amazônia **(ver p.43)**. A maior iniciativa para a proteção de florestas tropicais do planeta tem o FUNBIO como gestor financeiro desde o lançamento, em 2002, e hoje inspira projetos similares na América Latina e na Ásia.

Estivemos ainda no evento organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima em que foi anunciado o Planejamento Espacial Marinho (PEM) nacional até 2030. O PEM contribui para a análise e a distribuição das atividades humanas em áreas marinhas para atingir objetivos ecológicos, econômicos e sociais. Por meio do programa GEF Mar **(ver p.59)**, executado pelo FUNBIO, será contratado o PEM na Região Nordeste.

Tomamos parte no seminário de dois dias que reuniu organizações de diferentes segmentos e regiões do mundo para apresentar desafios, casos de sucesso e possíveis caminhos para promover o avanço da integração de gênero em projetos relacionados ao clima. Estivemos ainda no *workshop* promovido por financiadores globais que reuniu pontos focais de gênero e clima de países de todos os continentes.

PROJETOS COM RECURSOS DE

DOAÇÕES

40 FLORESTA VIVA

43 ARPA

46 COPAÍBAS

49 TRADIÇÃO E FUTURO
NA AMAZÔNIA

54 FUNDO KAYAPÓ

56 REM MT

59 GEF MAR

61 REDE OCEANO LIMPO

63 FUNDO ABROLHOS
TERRA E MAR

65 FUNDO GLOBAL PARA
RECIFES DE CORAIS

66 GEF TERRESTRE

71 MATA ATLÂNTICA III

NOVO

73 PARQUE ECOLÓGICO
MICO-LEÃO-DOURADO
(FASE IV E FASE V)

76 PROBIO II

78 FUNDO AMAPÁ

80 RRF AMAZÔNIA

82 CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

84 GCF TASK FORCE

NOVO

85 AMAZÔNIA VIVA

NOVO

87 POP ICMBio

NOVO

88 POP SÍTIOS RAMSAR

NOVO

89 POP CLUA IBAMA

NOVO

90 CITINOVA II

NDC ODS



FLORESTA VIVA

O ano de 2023 foi de consolidação e avanços para o Floresta Viva. A iniciativa, lançada pelo BNDES em 2021, tem como objetivo principal atrair e impulsionar investimentos em projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais em biomas brasileiros. Em setembro de 2022, após seleção pública realizada pelo BNDES, o FUNBIO assumiu o papel de parceiro gestor. A organização conduz os processos de seleção e contratação dos projetos de restauração — além de acompanhar e monitorar cada etapa do trabalho realizado.



EM PAUTA

05/07/2023

UOL

BNDES lança edital com Eneva para seleção de projetos de restauração ecológica na Amazônia

05/09/2023

VALOR ECONÔMICO

BNDES faz parceria com empresas e banca projetos para bacia do Xingu

- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- COSTEIRO-MARINHO
- MATA ATLÂNTICA
- PAMPA
- PANTANAL

BIOMAS E ECOSISTEMA

3

EDITAIS LANÇADOS
EM 2023

ATÉ

R\$ **78,3**
MILHÕES

PARA ATÉ

20PROJETOS DE
RESTAURAÇÃO
ECOLÓGICA

PARCEIROS



EMPRESAS



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES
PRODUTIVAS
SUSTENTÁVEISCAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSFORTELECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROSMUDANÇAS
CLIMÁTICASRESTAURAÇÃO
FLORESTAL

FLORESTA VIVA

O Floresta Viva é o maior *matchfunding* para a restauração ecológica no Brasil. O modelo de investimento, promovido pelo BNDES, permite combinar recursos financeiros de diferentes apoiadores (empresas, fundações e associações privadas, pessoas jurídicas de direito e regime privado).

“Com os quatro editais, um de 2022, e três outros de 2023, movimentamos R\$125 milhões. Esse investimento será revertido para os projetos de restauração, que são o produto final do trabalho. Todas as decisões referentes à governança dos projetos são tomadas consensualmente entre FUNBIO, BNDES e as instituições apoiadoras”, explica Clarissa Scofield Pimenta, gerente do Floresta Viva no FUNBIO.

Equipe do ITPA em trabalho de monitoramento na Baía de Guanabara (RJ)



Na RESEX Baía de Iguape (BA), a Fundação Vovó do Manguê atuará com recursos do edital Manguezais



MANGUEZAIS DO BRASIL

O primeiro edital, Manguezais do Brasil, foi lançado no final de 2022, na COP27, no Egito. O ecossistema que é foco do edital representa um tema relevante para as discussões internacionais sobre clima, já que o país abriga uma das maiores áreas de manguezal do planeta — 1,4 milhão de hectares ou 10 mil km², que se estendem por quase toda a costa do país. De 2000 a 2020, 130 mil hectares foram perdidos — segundo dados do MapBiomass, desenvolvido pelo Observatório do Clima.

Os recursos movimentados pelo edital Manguezais do Brasil são oriundos do BNDES e da Petrobras e serão destinados a ações de recuperação da vegetação nativa em áreas de manguezal, restinga e suas bacias con-

tribuintes nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Oito projetos foram selecionados por uma comissão formada por integrantes das duas instituições financiadoras, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os selecionados já receberam o primeiro desembolso de verba, que totaliza R\$ 8,7 milhões. Para o Manguezais do Brasil, BNDES e Petrobras vão disponibilizar um investimento total de R\$ 47,3 milhões — as duas instituições aumentaram em R\$ 2,9 milhões os R\$ 44,4 milhões inicialmente planejados para contemplar as necessidades dos projetos selecionados. A área a ser recuperada equivale a 1.750 hectares.



PROJETOS SELECIONADOS NO EDITAL MANGUEZAIS DO BRASIL

PROPOSTA	HECTARES	ESTADO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST)	200	ES	Estuarino dos rios Piraquê-Açu e Mirim, Aracruz
Fundação Sousândrade de Apoio à UFMA	200	PA/MA	Cinturão Pará-Maranhão
Fundação Vovó do Manguê	200	BA	RESEX Baía de Iguape, foz do Rio Jaguaripe
Instituto Coral Vivo	200	BA	RESEX Cassurubá e RESEX Corumbau
Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)	316	SP/PR	Mosaico Lagamar-Guarapeçaba
Instituto Terra de Preservação Ambiental	201	RJ	Fundo da Baía de Guanabara
Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza (SOS Sertão)	220	PB	APA Barra do Mamanguape
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	220	RJ	Baía de Sepetiba e Rebio Guaratiba

FLORESTA VIVA — EDITAL MANGUEZAIS DO BRASIL



FLORESTA VIVA

NOVOS EDITAIS EM 2023

Mais R\$ 78 milhões serão movimentados após a abertura de outros três editais lançados em 2023: Amazonas, Xingu e Corredores de Biodiversidade. O terceiro se debruça sobre o segundo maior bioma brasileiro, que abriga 5% de todas as espécies no mundo e 30% das espécies do país: o Cerrado. No ano de 2023, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento atingiu 7.828 km² em toda a região. A chamada pública também contempla o Pantanal, que sofre consequências da devastação do bioma vizinho.

O edital Corredores de Biodiversidade teve lançamento internacional durante a COP28, nos Emirados Árabes Unidos. Tem por objetivo apoiar projetos nos dois biomas, em territórios localizados na Bahia, em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Serão destinados R\$ 42 milhões — também investidos pelo BNDES e pela Petrobras — para até nove projetos que implementem ações em corredores de biodiversidade, contribuindo para a conservação de espécies ameaçadas e promovendo a conectividade entre remanescentes de vegetação localizados em áreas chaves para a biodiversidade.

Em setembro, o edital Xingu foi assinado numa cerimônia no Teatro Estação Gasômetro, em Belém (PA). O objetivo é promover a restauração ecológica na bacia do Rio Xingu, que compreende cerca de 50 municípios nos estados de Mato Grosso e do Pará. O Rio Xingu une dois biomas — nasce no

Cerrado e cruza um longo trecho da Amazônia até desaguar na margem direita do Rio Amazonas. Também cruza Terras Indígenas e Unidades de Conservação, que são fundamentais para a contenção do desmatamento.

Entre 2019 e 2022, segundo o Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento da Bacia do Xingu, foram desmatados mais de 730 mil hectares em toda a bacia do Xingu. O edital destina até R\$ 26,7 milhões para projetos voltados à restauração ecológica e ao fortalecimento de cadeias produtivas. O financiamento é uma parceria do BNDES, da Energisa, da Norte Energia e do Fundo Vale.

Outro edital em andamento, Amazonas, foi lançado no mês de julho, em Manaus. A chamada pública lança luz sobre as Unidades de Conservação, fundamentais para o controle do desmatamento, especialmente na Amazônia. O INPE estima que, na última década, cerca de 9 milhões de hectares de florestas primárias foram perdidas na Amazônia Legal.

O objetivo do edital é promover a restauração ecológica e fortalecer toda sua cadeia no interior e no entorno das Unidades de Conservação do estado amazonense — que ocupam 47 milhões de hectares, o correspondente a cerca de 30% de todo o território estadual. Serão disponibilizados até R\$ 8,88 milhões, com recursos do BNDES e da Eneva. Espera-se que os selecionados realizem o trabalho em até 48 meses.

METAS GLOBAIS NO LONGO PRAZO

O Floresta Viva tem sete anos como prazo previsto de duração. Com a iniciativa, o BNDES estima atingir mais de R\$ 820 milhões em investimentos para restaurar entre 25 mil e 35 mil hectares até 2029 — até o momento, já foram mobilizados R\$ 800 milhões. Espera-se que até 11 milhões de toneladas de CO2 sejam retiradas da atmosfera, considerando um ciclo de crescimento da vegetação de 25 anos. O programa está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), ao contribuir para as metas globais de combate e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Lançamento do edital Xingu, no Teatro Gasômetro, em Belém (PA)



O edital Corredores de Biodiversidade foi lançado na COP28, em Dubai



Floresta Viva





ARPA

O programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) alcançou um recorde de execução de recursos no ano de 2023. A previsão inicial de investimento, de R\$ 44 milhões, foi ultrapassada em 10 milhões. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e com gestão financeira do FUNBIO, o ARPA é a maior iniciativa de conservação de florestas tropicais do planeta.



EM PAUTA

13/12/2023

O GLOBO – ANCELMO GOIS
Programa Áreas Protegidas da Amazônia distribuirá cestas básicas em comunidades tradicionais

19/12/2023

AMAZONAS NOTÍCIAS
Parceria entre Programa Arpa e Sema leva ajuda humanitária a mais de 4,7 mil famílias afetadas pela seca



JULIANE SILVA DE OLIVEIRA,
presidente da Comunidade São Francisco do Bujaru

Quando chegaram as primeiras doações, foi uma luz no fundo do túnel, aquela coisa maravilhosa, esperança.”



RITA MESQUITA,
secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do MMA

O ARPA contribui com o funcionamento dos conselhos, o planejamento dos planos de gestão. E as UCs têm que ser tratadas como um sistema e não como se essas unidades fossem isoladas e não estivessem conectadas entre si.”

21
ANOS
EM 2023

62,5
MILHÕES
DE HECTARES APOIADOS

15%
DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA



ARPA

No ciclo bianual de execução referente a 2022 e 2023, o ARPA também excedeu a meta de criação de novas Unidades de Conservação (UCs), de 6 milhões de hectares. O projeto alcançou uma área total de 6,1 milhões de ha — sobretudo com a criação de quatro UCs em Roraima, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Xeriuini, com 1,5 milhão de hectares.

As áreas protegidas apoiadas pelo ARPA têm por objetivo principal a consolidação e a eficiência de gestão em UCs. Foram investidos R\$ 10,1 milhões em proteção das UCs, com ações de combate a incêndios e fiscalização. Mais de R\$ 3,2 milhões foram aportados para revisão e elaboração de planos de manejo. Além disso, para monitoramento da biodiversidade, o ARPA executou R\$ 4,9 milhões nas 120 UCs apoiadas pelo programa.

“**JAIME GOMES,**
gestor da RDS do Rio Negro

A partir desse momento em que o apoio chega, é uma sensação de alívio e também de não estar sozinho. A sensação é de felicidade.”

120
UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO
APOIADAS

60
DE USO
SUSTENTÁVEL

60
DE PROTEÇÃO
INTEGRAL



DOADORES DO GEF CONHECEM O ARPA

O ARPA, maior iniciativa de conservação de florestas do planeta e desde o início sob gestão financeira do FUNBIO, recebeu em junho a visita do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), que conheceu o sistema de gestão e

atividades produtivas em Unidades de Conservação (UCs) apoiadas, no Amazonas. Em 30 anos, esta foi a primeira reunião fora de Washington do Conselho, que reúne doadores. Eles viram o impacto tangível do apoio dado ao ARPA pelo GEF, segundo maior doador do programa.

Os planos operativos em andamento durante o ano de 2023 foram traçados a partir de cinco oficinas realizadas, em 2022, de maneira virtual. A nova metodologia possibilitou bons resultados em eficiência e menor custo de logística, e foi reimplantada em 2023. No último trimestre do ano, cinco novas oficinas envolveram, de modo remoto, representantes das 120 UCs para o planejamento do biênio de 2024-2025. Além da capacitação virtual, foi conduzido presencialmente, em Belém, um treinamento voltado para gestão de unidades, que contou com a participação de cerca de 80 representantes de 50 UCs.

“O Brasil possui do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que busca integrar diferentes categorias com diferentes objetivos de conservação e isso sendo implementado por diferentes esferas de governos. O programa ARPA reconhece isso e trabalha por meio da conexão e da integração para cumprir os objetivos de conservação da biodiversidade, mas também trazer oportunidades para essas Unidades de Conservação para abrir novas cadeias de desenvolvimento, dialogando com as comunidades e contribuindo para a sua organização interna.”, diz Rita Mesquita, secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

SECA HISTÓRICA

Em 2023, o Amazonas foi impactado pela maior estiagem já registrada na história das medições. O rio é fonte de renda, subsistência, meio de transporte e modo de vida para quem vive na região. Um dos efeitos mais agudos da seca foi o agravamento da insegurança alimentar.

Em dezembro de 2023, cerca de 4.715 famílias de comunidades tradicionais, que vivem em áreas de sete UCs estaduais do Amazonas, receberam ajuda humanitária graças a uma força-tarefa do ARPA e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) do Amazonas. Ao todo, 113 toneladas de alimentos, além de kits de higiene, beneficiaram 291 comunidades em áreas protegidas do Amazonas.

ARPA

“O Programa Áreas Protegidas da Amazônia é uma iniciativa de conservação da biodiversidade que tem as populações tradicionais como um pilar fundamental. Essa ação solidária representa todo o esforço do programa e dos seus atores, desde os doadores a todo o corpo que trabalha nesse projeto, para que as comunidades consigam ter algum suporte e possam seguir com suas atividades, com seu modo de vida, promovendo a conservação da biodiversidade”, ressaltou Fábio Ribeiro, gerente do ARPA no FUNBIO.

O ARPA teve início em 2002 e está atualmente em sua terceira fase, iniciada em 2014, sendo operado o Fundo de Transição com a execução de recursos. Nessa etapa, o programa tinha duas metas principais: apoiar a eficiência de gestão em 60 milhões de

hectares em UCs da Amazônia e criar 6 milhões de hectares de áreas protegidas. Ambas foram superadas: 62,5 milhões de hectares apoiados e 6,1 milhões de hectares de UCs criadas. Essas ações vão até 2039 — prazo previsto para o encerramento do programa.

Lançado pelo governo do Brasil e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, desde o início tem o FUNBIO como gestor e executor financeiro. É financiado com recursos de doadores internacionais e nacionais, entre eles o governo da Alemanha por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) por meio do Banco Mundial, a Fundação Gordon & Betty Moore, a AngloAmerican e o WWF.



Em ação: equipes do ARPA e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) do Amazonas levam ajuda humanitária para comunidades ribeirinhas



ODS

COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ÁREAS
PROTEGIDAS NOS BIOMAS AMAZÔNIA E CERRADO

COPAÍBAS

Negócios de base comunitária contribuem para a conservação das florestas e também para o desenvolvimento das populações do Cerrado e da Amazônia. O programa COPAÍBAS trabalha no eixo Cadeias e Arranjos Produtivos da Sociobiodiversidade. Em 2023 foram contratadas três iniciativas selecionadas a partir de uma chamada de projetos lançada para alternativas econômicas da sociobioeconomia, como a extração da castanha-do-brasil e do óleo de copaíba, capazes de gerar renda para comunidades locais e manter as vegetações nativas de pé.

**EM PAUTA**

01/08/2023
O GLOBO
Quilombo Kalunga
recebe ajuda da Iniciativa
Internacional da Noruega
para Clima e Florestas

01/11/2023
TV ANHANGUERA
Cerrado é cenário ideal
para quem gosta de
observar as estrelas



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



COPAÍBAS

1,5
MILHÃO
DE HECTARES APOIADOS

1
CHAMADA
DE PROJETOS

21
UCs
APOIADAS

22
TERRAS INDÍGENAS
APOIADAS

4
ESTADOS
PARCEIROS

A chamada Fortalecimento de Arranjos Produtivos da Sociobiodiversidade na Amazônia e no Cerrado foi dirigida a 14 organizações locais e empreendimentos comunitários que trabalham com produtos de uso sustentável da biodiversidade nos biomas Cerrado e Amazônia, e que vinham sendo consultadas pelo COPAÍBAS, desde 2022, para mapear e promover o debate sobre os desafios e oportunidades para o desenvolvimento de arranjos produtivos da sociobiodiversidade.

Foram selecionados projetos de cinco organizações: Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA, Cooperativa Regional de Base na Agricultura Familiar e Extrativismo (COPABASE), Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), sendo dois projetos com atuação no Cerrado, dois na Amazônia e um com trabalhos em ambos os biomas. Cada um deles pôde solicitar o valor máximo de R\$ 5 milhões e deve executar seus planos técnicos de desenvolvimento produtivo num prazo máximo de 24 meses.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS (PESCAN)



PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS (PESCAN)



Uma chamada de projetos dedicada a apoiar a gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas no Cerrado e na Amazônia, aberta em 2022, também foi concluída em 2023. Serão investidos R\$ 30 milhões em cinco propostas apresentadas por organizações indígenas e indigenistas. Os selecionados terão como objetivo elaborar e implementar Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) em Terras Indígenas e fortalecer as organizações indígenas do ponto de vista institucional.

Outro projeto orientado para a gestão de Terras Indígenas apoiado em 2023 promoveu no mês de julho uma iniciativa de intercâmbio cultural. Um grupo de dez mulheres da organização Guerreiras da Floresta, do Povo Indígena Guajajara, da aldeia Maçaranduba, no Maranhão, viajou até a aldeia Muruari, do Povo Kumaruara, no Baixo Tapajós, localizado no Oeste do Pará. O grupo de dez expedicionárias participou de rodas de conversas sobre vigilância no território, ajudou na plantação de café e fez trilhas por pontos sagrados da localidade.

Outro componente da atuação do COPAÍBAS é o fortalecimento de Unidades de Conservação (UCs) esta-

duais do Cerrado. Sete planos de manejo foram contratados em 2023, e os planos de uso público de duas UCs do Norte de Minas Gerais foram concluídos no ano. O programa vem consolidando 21 UCs em Mato Grosso, em Minas Gerais, no Maranhão e em Goiás. O escopo do trabalho inclui a capacitação de gestores, a implementação de iniciativas de manejo integrado do fogo e a promoção do uso público dos aparelhos ambientais. No Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, em Goiás, os recursos do COPAÍBAS contribuem para que moradores e visitantes desfrutem das belezas do Cerrado, a savana mais biodiversa do mundo.

“O COPAÍBAS possibilitou a gente investir mais no programa de educação ambiental. Para trabalhar com as crianças, fizemos um livro: **Nas trilhas do PESCAN**. O programa também nos ajudou a treinar nossos servidores para fazermos passeios noturnos, o que ainda é raro na região. Aqui temos as águas termais e fauna e flora muito ricas na região, com muitas espécies ameaçadas. Quando as pessoas do entorno entendem isso, ajudam a preservar”, explica Maurício Tambellini, gestor do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas.

COPAÍBAS



DIÁLOGOS PELO CLIMA

Depois de um ciclo de encontros virtuais iniciado em 2022, o **Diálogos pelo Clima**, uma das principais ações do COPAÍBAS, foi realizado presencialmente em 2023. A iniciativa envolve representantes de diferentes carreiras ligadas ao Sistema de Justiça brasileiro no debate sobre soluções para as mudanças climáticas e no combate ao desmatamento, sobretudo no Cerrado e na Amazônia.

Entre fevereiro e abril, foram realizadas reuniões presenciais nas sedes dos ministérios públicos estaduais do Maranhão e do Pará, além de uma sessão *on-line* com o Fórum de Procuradores do Meio Ambiente da Amazônia Legal (FOPEMA).

Em Belém, foi marcado o início da parceria entre o FUNBIO, responsável pela execução técnica e financeira do COPAÍBAS, e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), com o intuito de promover debates entre profissionais do Sistema de Justiça e a sociedade civil. Acordo semelhante com o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) já havia sido firmado no ano anterior.

“O objetivo dessas parcerias é capilarizar o debate sobre compromissos e ações em prol do enfrentamento às mudanças climáticas, apresentando experiências bem-sucedidas e ampliando iniciativas que podem ser direcionadas, no âmbito jurídico, para a

conservação ambiental e para o combate ao desmatamento”, explica Andréia Mello, coordenadora dos Diálogos pelo Clima.

Em Belém (PA) e São Luís (MA), os encontros foram realizados nos dias 16 e 24 de março, respectivamente. No dia 26 de abril, houve outro encontro em Belém. Estiveram presentes representantes do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), além de organizações da sociedade civil. Os temas discutidos foram a redução do impacto das mudanças climáticas a partir do financiamento de ações de conservação ambiental — principalmente no que tange aos mecanismos financeiros e econômicos, como o mercado de carbono, no contexto das comunidades tradicionais.

Com o FOPEMA foram desenvolvidas atividades relacionadas ao livro que será lançado em 2024. A publicação busca trazer uma visão geral sobre os temas ligados às mudanças climáticas que estão sendo trabalhados pelos procuradores de estado, bem como a visão deles sobre os desafios e as mudanças necessárias para a Amazônia Legal.

O resultado positivo desse trabalho abriu o diálogo com o Ministério Público Federal do Amazonas, cuja parceria está sendo negociada para 2024.



Monitoramento em Unidades de Conservação (fotos acima), encontros de formação para projetos que trabalham com produtos da sociobiodiversidade (foto abaixo, à esquerda), visita de membros da Embaixada da Noruega (foto abaixo, à direita) foram algumas das ações do projeto em 2023

O COPAÍBAS também apoiou, ao longo de 2023, projetos que visam à criação de 20 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Cerrado. Uma delas, já criada, no Norte de Goiás, ajuda na manutenção de um corredor de biodiversidade que liga o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros ao território quilombola Kalunga. A reserva Flor das Águas, que conta com a execução em curso de um plano de manejo contratado em 2023 pelo COPAÍBAS, vem sendo fundamental para diminuir a pressão sobre o Rio das Almas, uma das principais bacias hidrográficas do Cerrado, e garantir, em seus 72 hectares, a conservação de um importante patrimônio natural no bioma.

A RPPN é uma das seis contempladas pelo projeto Aroeira para Conservação de Terras Privadas. A inicia-

tiva visa a contribuir com a redução do desmatamento, protegendo áreas particulares relevantes no Cerrado, localizadas nos maiores fragmentos da Chapada dos Veadeiros (GO) e no Jalapão (TO).

O COPAÍBAS é mantido com recursos da Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas (NICFI), por meio do Ministério das Relações Exteriores da Noruega, e tem execução do FUNBIO. Firmado em 2020, o programa tem duração prevista de seis anos. O principal objetivo é contribuir para a redução do desmatamento, por meio do apoio a estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa na Amazônia e no Cerrado, resultando também em melhores condições de vida para populações tradicionais e Povos Indígenas.



Governos Estaduais:
Goiás, Maranhão,
Mato Grosso e Minas Gerais



ODS



TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)

5
TERRAS INDÍGENAS
BENEFICIADAS

57
ALDEIAS

1.200
BENEFICIÁRIOS
DIRETOS

Mekukradjá
Obikàrà
com os pés em dois mundos



CACIQUE RAONI METUKTIRE,
na abertura da exposição

É nosso papel estarmos juntos sempre defendendo a
mãe natureza.”



EM PAUTA

12/03/2023
O GLOBO
Na troca de saberes dos Ashaninkas com os caiapós, um encontro inédito dos povos da Amazônia

26/07/2023
TERRA
TikTok Indígena: as possibilidades da comunidade virtual

15/10/2023
FOLHA DE S. PAULO
Raoni participará de abertura da mostra 'Mekukradjá Obikàrà' no MAC de Niterói

16/10/2023
O GLOBO – ANA CLAUDIA GUIMARÃES
'Mekukradjá Abikàrà, com os pés em dois mundos': Kayapós fazem exposição no MAC

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)

O projeto Tradição e Futuro na Amazônia terminou no ano de 2023 com uma agenda repleta de atividades — todas planejadas e executadas junto ao povo Mebêngôkre-Kayapó. Expedições, intercâmbio com outros povos originários, execução de um plano de gestão, lançamento de materiais educativos e uma exposição de um mês no Museu de Arte Contemporânea (MAC Niterói) foram algumas das ações que fortaleceram as comunidades beneficiadas pela iniciativa.

“Temos o maior orgulho de financiar, apoiar e construir projetos como Tradição e Futuro na Amazônia. Estar com os Kayapó, na divulgação do modo de vida deles, é um aprendizado para a sociedade brasileira como um todo. A conservação é fundamental e eles tocam isso no seu conceito de vida”, diz Gregório Araújo Maciel, Gerente de Reflorestamento e Projetos Ambientais.

A parceria com três organizações indígenas de representação do povo Kayapó — Instituto KABU – Mêkrâgnõtire, Instituto Raoni e Associação Floresta Protegida — foi decisiva para os bons resultados. O projeto teve como objetivos divulgar e fortalecer os Kayapó e, consequentemente, incentivar a conservação dos territórios, dos recursos naturais e dos seus modos de vida tradicionais.

“O arranjo proposto foi importante para nos aproximarmos das organizações Kayapó. Cada uma delas representa uma parte do território. Buscamos ferramentas e processos que pudessem gerar articulação, visando a uma governança territorial mais ampliada. Deste modo, contribuímos para a divulgação da riqueza sociocultural dos povos indígenas, assim como dos desafios enfrentados e das alternativas que podem solucionar esses problemas”, pontua Dante Novaes, gerente do projeto Tradição e Futuro na Amazônia no FUNBIO.

Os cinco territórios Kayapó, localizados entre o sul do Pará e o norte de Mato Grosso, ocupam cerca de 10,4 milhões de hectares. É o maior bloco de Terra Indígena em todo o mundo. A população, segundo o IBGE, é de 10 mil pessoas.

CONHECIMENTOS SOBRE O CARBONO

O projeto promoveu, de forma pioneira, a medição dos estoques de carbono nas Terras Indígenas apoiadas pela iniciativa. O estudo apontou que há 879 milhões de toneladas de CO₂ no solo, fixado na vegetação florestal — e não na atmosfera, o que agravaria ainda mais a crise climática. A partir desse resultado, uma oficina foi realizada com lideranças e representantes das organizações parceiras, que levou ao lançamento, em dezembro, da cartilha *Projetos de carbono em terras indígenas*. Trata-se de um manual que explica como as florestas são essenciais para regular o clima e dá dicas para a organização comunitária em negociações com empresas interessadas em comprar créditos de carbono em territórios indígenas. O material foi publicado em parceria com as três organizações representativas e a instituição filantrópica Fundo Internacional de Conservação do Canadá.



PLANO DE VIDA

O Tradição e Futuro na Amazônia celebrou, também em 2023, a conclusão do Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) da Terra Indígena Menkragnoti. O documento foi elaborado pelos próprios indígenas Kayapó e vai orientar a gestão dos recursos naturais no território, priorizando a qualidade de vida dos povos. Saúde, educação, segurança e geração de renda são detalhadamente planejados por esse instrumento — que, de tão minucioso, acaba sendo nomeado pelos indígenas como “plano de vida”.

A Terra Indígena Menkragnoti foi demarcada há 30 anos e se estende por 4,9 milhões de hectares no Sul do Pará. Tem a maior dimensão entre os territórios apoiados pelo Tradição e Futuro na Amazônia. O processo do PGTA foi concluído durante a 3ª Oficina Geral, realizada na aldeia Kubenkokre, em novembro. O encontro reuniu representantes de todas as aldeias do território. A conquista foi celebrada, também, por lideranças de outras terras do povo Kayapó e até mesmo dos vizinhos Panará.

Ao longo do processo de elaboração do PGTA, jovens indígenas saíram em expedições pelo território Menkragnoti, munidos de aparelhos de GPS, para identificar áreas de caça, pesca, locais de coleta de sementes e áreas estratégicas para a preservação cultural e histórica. Com o PGTA, os próprios povos podem planejar iniciativas para agir em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

Com apoio do projeto povo Kayapó celebra conclusão do Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) conhecido como plano de vida dos povos indígenas

3ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS APOIADAS**10,3**MILHÕES
HECTARES APOIADOS**24**AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO
E DE IMPLANTAÇÃO/
FORTALECIMENTO
DE SISTEMAS
AGROFLORESTAIS (SAFS)

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)

INTERCÂMBIO ENTRE POVOS

Em março, uma comitiva de 30 indígenas Kayapó — das três organizações parceiras do Tradição e Futuro na Amazônia — partiu numa longa viagem, de cerca de dois mil quilômetros, em direção à aldeia Apiwtxa, localizada na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Acre. O objetivo era promover um intercâmbio cultural inédito com os Ashaninka. Mas o encontro, que durou sete dias, foi além: estreitou laços de amizade e cooperação entre os dois povos.

A diferença de idiomas não foi uma barreira para o encontro. As comitivas estabeleciam comunicação em português ou em suas próprias línguas maternas com a ajuda de tradutores e puderam trocar experiências significativas sobre técnicas de plantio, segurança alimentar e gestão do território. A pauta formal da agenda foi totalmente extrapolada pela espontaneidade da reunião de “parentes” — forma como os indígenas se referem a integrantes de outros povos originários.

“Nossos objetivos são os mesmos: defender nosso território e conservar a biodiversidade para viver em paz e harmonia com a natureza”, afirmou o cacique Bepunu Kayapó, da aldeia Môikàràkô, em entrevista ao jornal *O Globo* sobre o intercâmbio.

ENCONTRO ENTRE OS POVOS KAYAPÓ E ASHANINKA



BEP OJO KAYAPÓ,
conhecido como Beppte, em depoimento ao Instituto Kabu sobre o intercâmbio entre o povo Kayapó e o povo Ashaninka

O intercâmbio foi muito bom. Pudemos conhecer um pouco a rica experiência dos parentes Ashaninka com os sistemas agroflorestais. Esse é um trabalho que nós, Kayapó-Mekrãgnoti, precisamos desenvolver na Terra Indígena Menkragnoti.”

2

EXPOSIÇÕES

2

OFICINAS REGIONAIS DO PGTA

3

OFICINAS GERAIS DO PGTA

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)

LIVRO DIDÁTICO PARA AS NOVAS GERAÇÕES

O Mëbêngôkre Kajmatã Pi'ok (em português, o Livro para a Nova Geração Mëbêngôkre) é mais um legado do Tradição e Futuro na Amazônia. O material didático, voltado para os pequenos Kayapó, é escrito inteiramente na língua originária e foi desenvolvido por 20 professores indígenas de diferentes áreas Kayapó, após um encontro realizado em maio, na aldeia Piaracu, na Terra Indígena Capoto/Jarina, em Mato Grosso. O conteúdo abrange temas como a demarcação das Terras Indígenas do povo Kayapó, a importância da floresta em pé para o bem-viver no planeta e os impactos ambientais e sociais causados pela exploração ilegal de recursos naturais.

Foram oito dias de elaboração do conteúdo do livro didático. Os educadores receberam treinamento e consultoria para definir os temas que seriam trabalhados e para cuidar de aspectos técnicos da tiragem. A grafia das palavras, por exemplo, pode ser alvo das variações linguísticas em todas as regiões do território Kayapó. As pinturas que ilustram a capa e a contracapa foram feitas por Kokonã Metuktire, primeira mulher a ser eleita vice-presidente do Instituto Raoni.

O livro didático se tornou um instrumento importante de protagonismo dos professores indígenas, que criaram dinâmicas escolares adequadas às especificidades de seu povo. Todas as escolas indígenas espalhadas pelo território onde o Tradição e Futuro na Amazônia atuou receberão o material.



PÀTKÔRE MËTYKTIREÃ,
professor nas aldeias Kapot, sobre o desenvolvimento do material escolar em Kayapó

Foi muito bom participar deste processo e construir esse livro, que vai ser importante para os professores ensinarem a cultura Kayapó às crianças.”



Livro para as crianças e jovens do povo Mëbêngôkre

Mëbêngôkre kajmatã pi'ok

Pyka nokà ã ujarēj
A demarcação da terra

O livro para crianças e jovens apoiado pelo projeto foi feito em língua kayapó com ilustrações dos próprios indígenas



BAIXE O LIVRO



TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

Okèt mē Bepdyji mē Djwýxët mē Tedjore Kayapó mē.



Okèt mē Bepdyji mē Djwýxët mē Tedjore Kayapó mē.



PYKA NOKÀ NĚJĚ KABĚN

Kôkrajmôrô kute amim Terra Indígena 'ã notýj nējã. Brajre mē, Kadjãtnhôrô mē, Nhàk-ê mē Mundico mē, Kàxokà mē nē ari bôm kubê mēj kute wa, mytyrwý bē março kam akati 5 amej 1984 kam. Nē ajte akati 5, mytyrwý bē julho, amej 1984 kam, amej jã tãm kam nē mē môn bôm fazendeiro mē kubê Lalderina, fazenda bē Ikatã kam. Nhým kam ajte Bytire kôt môn bôm kubê jã mē kubê nē governador Jader Barbalho tãm nē bit pyka owaki Kubêkrãkēj mē Krãjãpari mē Ngônãkãkët mē Kôkrajmôrô, be kam amrêbê mē àkrê mē abatãj kute abenã ukanga kët kam kute amim pyka pytãrà nējã. Nãm mē Tepdjãtinhôngô, aj nē ngô màt bē Ônhôngôkro aj 'ã apkã nē Bytire kôt Ngônãkãkët aj 'ã apkã Kôkrajmôrô kute amim pyka'ã apkãrà nējã.

Kôkrajmôrô kute amim Terra Indígena Kayapó 'ã notýj nējã.

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA (TFA)



ARTISTAS MEBÊNGÔKRE COM OS PÉS EM DOIS MUNDOS

O fechamento do Tradição e Futuro na Amazônia foi celebrado com a exposição “Mekukradjá Obikàrà: com os pés em dois mundos”, realizada entre outubro e novembro, no Museu de Arte Contemporânea, em Niterói, no Rio de Janeiro. Em português, Mekukradjá Obikàrà significa “cultura impura”. Com experiências imersivas, depoimentos e obras produzidas por jovens artistas do Coletivo Audiovisual Beture, o público foi convidado a se sentir dentro dos territórios. Os materiais apresentavam um olhar sem estereótipos sobre a população indígena e davam pistas sobre a convivência entre as tradições e o dinamismo do presente e do futuro.

Em meio às instalações audiovisuais, os espectadores tiveram oportunidade de conversar com lideranças Kayapó e de conferir peças de acervo — entre elas uma tela pintada por 15 mulheres indígenas durante

o Acampamento Terra Livre, em Brasília, em abril de 2023. A abertura da exposição, realizada no dia 28 de outubro, contou com a presença do cacique Raoni Metuktire e com apresentações de música e dança no pátio do museu.

“É o nosso papel estarmos juntos sempre defendendo a mãe natureza e mantendo a floresta em pé”, disse Raoni, na inauguração oficial da mostra.

Doto Takak Ire, presidente do Instituto KABU – Mëk-rãgnõtire, também celebrou a realização da mostra.

“É importante para o público conhecer nossa música, nossa fala e o nosso enfeite. Nossa cultura está aqui no museu. Espero que as pessoas possam colaborar conosco, porque somos os defensores da biodiversidade do Brasil”, disse ele.



DOTO TAKAK-IRE,
presidente do Instituto Kabu, sobre a exposição

Espero que as pessoas conheçam um pouquinho da nossa cultura aqui no museu e colaborem conosco, porque somos defensores da biodiversidade do Brasil.”

NITÉROI, TERRITÓRIO KAYAPÓ



Tradição e Futuro
na Amazônia

Realização



Parceria



Patrocínio



ODS



FUNDO KAYAPÓ

O Fundo Kayapó (FK) iniciou seu quinto ciclo de investimentos no ano de 2023. O mecanismo financeiro apoia iniciativas de organizações de representação Mebêngôkre-Kayapó que atuam nos 10,6 milhões de hectares de territórios Kayapó, entre o Sul do Pará e o Norte de Mato Grosso. O objetivo é fortalecer e dar longevidade a essas representações, que exercem um papel fundamental na conservação da biodiversidade, na proteção territorial e no desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.



11

PROJETOS
APOIADOS

6

TERRAS
INDÍGENAS

10,6

MILHÕES
DE HECTARES
BENEFICIADOS

EM PAUTA

05/06/2023

VALOR ECONÔMICO

Verba vai priorizar
indígenas e fiscalização
ambiental

PARCEIROS



GOVERNO

POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES
PRODUTIVAS
SUSTENTÁVEISCAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSEQUIDADE
DE GÊNEROFORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROSGESTÃO
AMBIENTAL
DE TERRAS
INDÍGENAS

FUNDO KAYAPÓ

Ao longo de 2023, foram tomadas algumas decisões importantes para a nova etapa do Fundo. Ficaram definidas duas modalidades para as chamadas de projetos. Serão selecionados projetos estruturantes, com verba de até R\$ 1 milhão, e projetos locais, com investimento de até R\$ 100 mil. A expectativa é que os editais sejam lançados em 2024. O objetivo é continuar promovendo governança territorial ampliada, com participação ativa dos representantes e das organizações.

O quinto ciclo de investimentos incorpora lições aprendidas em mais de 10 anos de operação do FK. As estratégias implementadas se estruturam a partir das especificidades socioambientais e culturais do público beneficiário.

“Temos como meta trazer para perto novas organizações Kayapó para o mecanismo de investimento. Queremos fortalecer, principalmente, aquelas que estão em áreas pressionadas por ações ilegais, para que se fortaleçam na gestão territorial”, pontua Dante Novaes, gerente do FK no FUNBIO.

O Fundo Kayapó foi criado em 2011 a partir de doação do Global Conservation Fund (GCF), por meio da Conservação Internacional Brasil (CI Brasil). O fundo também é apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — com recursos do Fundo Amazônia. O FUNBIO foi responsável pelo desenho inicial do mecanismo e segue como seu gestor financeiro, exercendo a secretaria executiva da Comissão de Doadores e da Comissão Técnica.

Nos últimos anos, o FK tem investido em tecnologias de monitoramento, protagonismo feminino e engajamento de jovens. Entre as ações estão a capacitação de agentes ambientais, o aperfeiçoamento de infraestrutura de vigilância e o fortalecimento de cadeias produtivas agrícolas.

Fundo Kayapó investe na capacitação dos indígenas desse povo que vive no Sul do Pará e no Norte do Mato Grosso





REM MT

Cadeias sustentáveis de pequi, castanha, babaçu, café e de outros cultivos foram fortalecidas com a contratação em 2023 de 26 projetos pelo Programa Global REDD+ Early Movers – Mato Grosso (REM MT). As propostas, selecionadas após uma chamada pública lançada em 2022, atendem a um dos eixos de atuação do programa: o Subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais, dedicado a criar e fortalecer planos de gestão para associações e cooperativas da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais.



EM PAUTA

16/08/2023
PRIMEIRA PÁGINA
Indígenas são capacitados para construir e instalar placas solares em MT

18/08/2023
ENVOLVERDE
Indígenas de Mato Grosso recebem capacitação em energia solar



62

PROJETOS APOIADOS

60

TIs BENEFICIADAS



REM MT

Desde 2017, o REM MT tem por objetivo alavancar ações de redução das emissões de CO2 nos três biomas de Mato Grosso (Amazônia, Cerrado e Pantanal). Financiado pelos governos da Alemanha e do Reino Unido, o programa recebeu, até 2023, R\$ 247 milhões. Até o momento, 3,8 milhões de hectares estão sob manejo de baixo carbono.

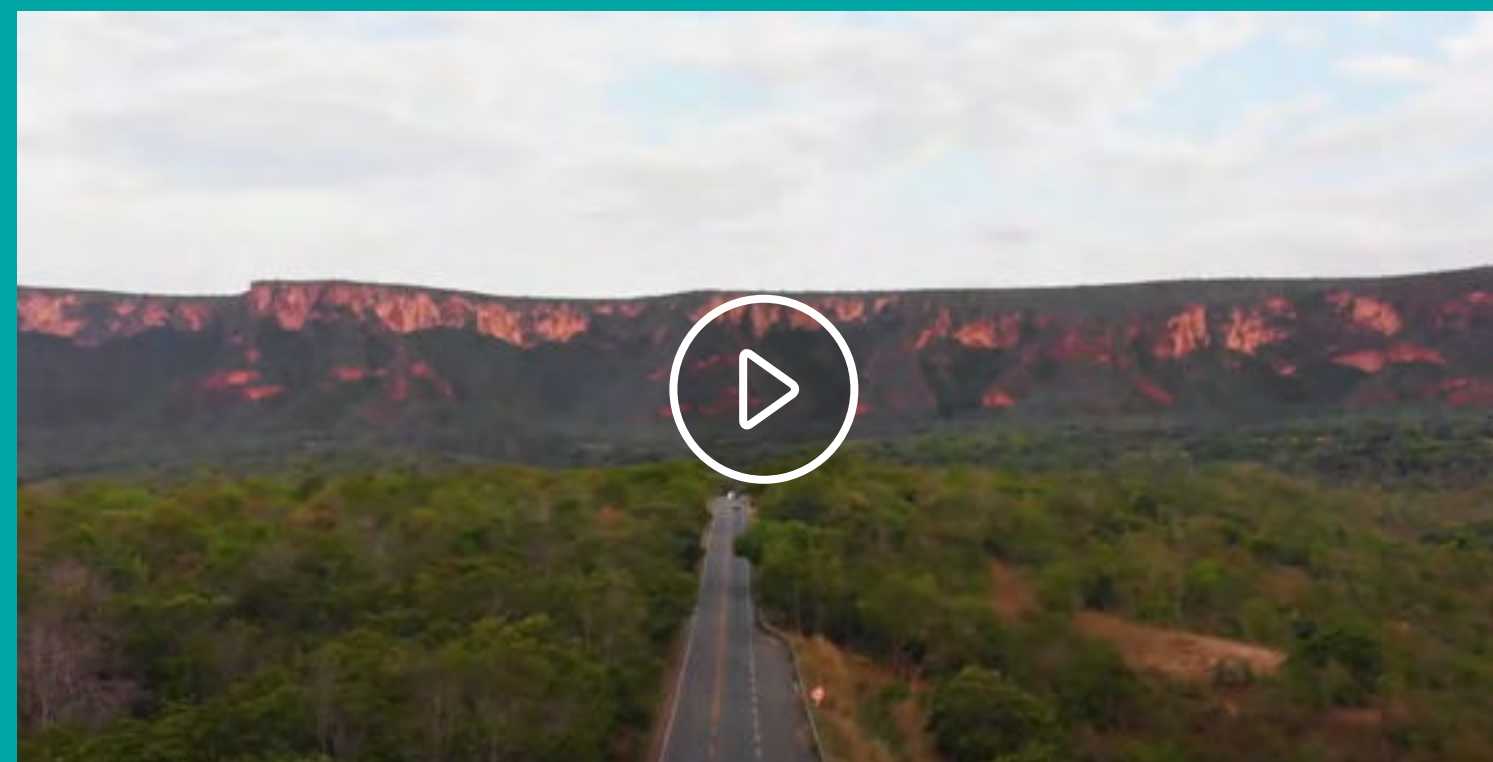
Como gestor financeiro e operacional do REM MT, o FUNBIO implementou mecanismos financeiros adequados às realidades das comunidades apoiadas pela iniciativa. De 2017 a 2023, 15 mil famílias e 42 povos indígenas foram apoiados com a execução de 88 projetos dedicados à redução do desmatamento e ao incentivo à agricultura de baixo carbono.

Um dos contratos assinados em 2023, com a Associação do Povo Indígena Zoró (APIZ) para o projeto Plano Man Gap, gera o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da economia nos territórios indígenas dos povos Zoró, Apiaká, Kayabi e Munduruku — sobretudo com a produção de castanha-do-pará. Outro projeto, Plano de Gestão Pequi, implementado pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC), terá investimento de R\$ 13 milhões. O recurso já vem sendo empregado para a construção de uma unidade de beneficiamento, onde o óleo do fruto poderá ser extraído e vendido para uso culinário.

REM MT RELATORIO EXECUTIVO 2023



REM MT E SEUS LEGADOS



REM MT

FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

As iniciativas financiadas pelo REM MT vão além da produção agrícola propriamente dita. Em 2023, o projeto Escola Oficina Solar possibilitou que 30 lideranças indígenas aprendessem a instalar e fazer manutenção de placas de energia solar. O recurso é bem-vindo: a eletricidade vinha de poucas placas adquiridas anteriormente e havia pouca oferta de assistência técnica. Sem energia era impossível, por exemplo, bombear água para postos de saúde mais distantes. A iniciativa, do Instituto I9Sol, levou à realização de uma oficina no departamento de eletrônica e eletrotécnica do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e inclui, além da qualificação, a logística e a instalação dos equipamentos. Cinco etnias foram

beneficiadas: Bakairi, Xavante, Yawalapiti, Wauja e Guató.

Em março de 2023, durante a reunião do Subprograma de Territórios Indígenas, o REM MT disponibilizou a plataforma Planet, de monitoramento por satélite, para as representações de comunidades indígenas que integram a comissão de governança. O sistema produz imagens diárias em alta resolução, por meio de uma constelação de satélites. O objetivo é treinar todos os 43 povos indígenas que vivem no estado de Mato Grosso, para que possam denunciar às autoridades com mais agilidade o desmatamento ilegal e as queimadas em seus territórios.

REM MT assina contrato com a Associação do Povo Indígena Zoró (APIZ) para gerar desenvolvimento sustentável e fortalecimento da produção da castanha-do-pará



Os povos indígenas Bakairi, Xavante, Yawalapiti, Wauja e Guató foram beneficiados pelo projeto Escola Oficina Solar



ODS



PROJETO ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS PROTEGIDAS

GEF MAR

Pela primeira vez na história, o Brasil executará o Planejamento Espacial Marinho (PEM) — este foi o compromisso firmado pelo país, em 2017, na 1ª Conferência das Nações Unidas para os Oceanos, nos Estados Unidos. O projeto GEF Mar se torna responsável pela contratação do PEM nas áreas marítimas de todos os estados da Região Nordeste, com exceção do Maranhão.



12
ESTADOS
ALCANÇADOS

36
UCs
APOIADAS

93
MILHÕES
DE HECTARES

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



GEF MAR

O PEM possibilita que o país promova o uso compartilhado, sustentável, inclusivo e socialmente justo dos 5,7 milhões de km² do espaço marinho brasileiro, também conhecido como Amazônia Azul, pela abundância de recursos naturais. O planejamento em toda a área marítima brasileira vem sendo capitaneado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Comitês executivos especiais foram montados para cada região.

Em dezembro de 2023, o FUNBIO, gestor financeiro do GEF Mar, lançou uma chamada para selecionar o projeto piloto do planejamento marinho da Região Nordeste. Espera-se que a implementação do PEM regional seja realizada no período de quatro anos.

“O PEM é um processo público de análise e alocação da distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas, devendo ser elaborado sempre com base ecossistêmica, de forma a manter a saúde do mar e a sobrevivência e sustento dos seres humanos. Há uma complexidade envolvida, que é a profundidade do espaço marítimo. Precisamos levar em conta as necessidades de um ambiente tridimensional. O mar necessita de planejadores e gestores que entendam perfeitamente como trabalhar com sua diversidade espacial e sazonal — em especial quando pensamos num país de dimensões continentais como o Brasil”, explica Paula Fernandes, gerente do GEF Mar no FUNBIO.

REINAUGURAÇÃO DO CENTRO TAMAR EM GURIRI

Outra ação do projeto foi a reinauguração da Base Avançada do Centro Tamar, em Guriri, no município de São Mateus (ES), em dezembro de 2023. A unidade, que estava fechada para visitação, passou por uma reforma completa com recursos do GEF Mar. Cerca de R\$ 750 mil foram investidos em ferramentas, mão de obra e materiais. A sede administrativa foi reformada e novos espaços e atividades foram criados para a educação e a conscientização ambiental para visitantes — sobretudo crianças e jovens.

MAIS UCs APOIADAS

Um dos principais objetivos do GEF Mar é construir a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação (UCs) marinhas e costeiras do Brasil. Em 2023, o número de UCs apoiadas saltou de 30 para 36. As novas unidades, todas localizadas na Região Nordeste, são: Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz (PE), Área de Proteção Ambiental Berçários da Vida Marinha (CE), Área de Proteção Ambiental Naufrágio Queimado (PB), Área de Preservação Ambiental Reentrâncias Maranhenses (MA), Área de Preservação Ambiental Ilhas de Tinharé Boipeba (BA) e Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (BA).



NOVA ETAPA EM DIÁRIO OFICIAL

O GEF Mar é um projeto coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima mantido, desde 2014, financiado com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) por meio do Banco Mundial. O FUNBIO atua como gestor financeiro. Em 2023, uma portaria publicada no Diário Oficial da União anunciou que a iniciativa será estendida até 2029. A próxima etapa, o GEF Mar

II, está em fase de planejamento e dessa vez será implementado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO no Brasil). Em outubro, uma oficina realizada em Fortaleza traçou o planejamento para o biênio 2024-2025. Estiveram presentes 70 representantes do governo federal e de órgãos gestores estaduais, além da equipe do FUNBIO que trabalha diretamente no projeto.



Gestores de UCs apoiadas pelo projeto e equipe do FUNBIO em visita a RESEX do Batoque, em Aquiraz (CE), durante planejamento do GEF Mar, em outubro

Equipes do ICMBio, do FUNBIO e da Base Avançada do Centro Tamar acompanham soltura de tartarugas, na Praia de Guriri (ES)



GOVERNOS ESTADUAIS
DA COSTA DO BRASIL



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



ODS



REDE OCEANO LIMPO

Onde estamos e aonde queremos chegar? A pergunta foi o mote — e também o título — da oficina realizada no Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA), em outubro de 2023, por iniciativa da Rede Oceano Limpo. O encontro teve por objetivo construir as bases para um plano nacional de combate ao lixo no mar.



5
ESTADOS

PARCEIROS



ACADEMIA



GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSFORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROSMUDANÇAS
CLIMÁTICAS

REDE OCEANO LIMPO

A Rede Oceano Limpo vem na esteira do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar (PEMALM) — lançado inicialmente para o estado de São Paulo. A publicação do documento, em 2021, foi um passo decisivo para que informações a respeito dos resíduos sólidos no mar fossem compiladas e para que novas diretrizes conduzissem a articulação entre diferentes instituições — órgãos públicos, setores empresariais, organizações não governamentais, universidades, institutos de pesquisa, entre outros.

Em 2022 e 2023, grupos de trabalho da Rede Oceano Limpo foram formados em diferentes pontos do território nacional. Até a realização da oficina no MMA, sete estados já estavam mobilizados: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Amapá e Paraná. O encontro nacional, em Brasília, que promoveu a discussão sobre o lixo no mar em âmbito nacional e internacional — principalmente diante da crise climática —, trouxe luz sobre iniciativas em curso e apresentou propostas de arranjos institucionais para o contexto nacional. Os grupos são complementares aos mapeamentos realizados em 2022 para identificar nas secretarias estaduais de Meio Ambiente pessoas chave para pôr em prática as ações do plano e políticas públicas de resíduos sólidos.

O superintendente de Programas do FUNBIO, Manoel Serrão, salientou a importância da expansão da iniciativa para mais estados brasileiros e ressaltou a importância da mobilização de toda a sociedade: “Precisamos dessa articulação para conseguir incidir em políticas públicas, levando o conhecimento científico para o enfrentamento da questão do lixo do mar”.

No Rio de Janeiro, ao longo de 2022 e 2023, a Rede Oceano Limpo organizou diversos momentos de interação com os representantes da rede, para entender o cenário de informações e demandas para o enfrentamento ao lixo no mar. As atividades no estado também recebem aportes do projeto TAC Almojarifados Submarinos (TAC ALSUB) (**ver p.103**).

Por meio de *workshops* e reuniões, foi possível alinhar expectativas coletivas e propor o Documento de Recomendações para a Estratégia Estadual de Enfrentamento ao Lixo no Mar no Rio de Janeiro. O lançamento está previsto para 2024.

“A Rede Oceano Limpo do Rio de Janeiro construiu um processo de mapeamento entre a sociedade civil e órgãos de governo para estruturar um diálogo amplo e profundo sobre a temática, de forma a construir a estratégia estadual de combate ao lixo no mar”, disse o professor Alexander Turra, da Universidade de São Paulo (USP), idealizador e coordenador da Rede Oceano Limpo.

O Rio de Janeiro também sediou, em novembro, o II Workshop da Rede Oceano Limpo, que teve apoio do projeto TAC ALSUB, também gerido pelo FUNBIO. Foi um dia com discussões, atividades e reflexões para monitorar e combater o lixo no mar.

O objetivo da oficina foi dar continuidade aos trabalhos relacionados à inserção do tema do lixo no mar nas políticas públicas do estado do Rio de Janeiro. O encontro reuniu agentes públicos, privados e membros da sociedade civil para debater o enfrentamento e monitoramento do macrolixo nas praias de Unidades de Conservação.

A Rede Oceano Limpo é liderada pelo Instituto de Estudos Avançados e pelo Instituto Oceanográfico da USP, em parceria com o FUNBIO, com recursos da Embaixada da Noruega. Os parceiros dessa iniciativa realizaram um encontro sobre o lixo marinho na sede da embaixada norueguesa, em Brasília, no mês de março. Na ocasião, foram apresentadas para representantes do governo federal, do terceiro setor e de empresas privadas as bases da cooperação Brasil-Noruega.

“O Brasil precisa estar preparado para se posicionar no movimento global de enfrentamento ao lixo no mar, trazendo nossa experiência para as discussões sobre o futuro tratado global contra poluição plástica, em desenvolvimento pela ONU”, destacou o professor Alexander Turra.

Em novembro foi realizado o II Workshop da Rede Oceano Limpo (RJ)



NDC ODS



FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR

Turismo e conservação se encontram no território Abrolhos Terra e Mar. Em 2023, o FUNBIO fez o segundo resgate financeiro do fundo de mesmo nome, o que possibilitou ainda mais melhorias e iniciativas na região, seja na conservação da biodiversidade e no uso público de Unidades de Conservação (UCs), seja com ações de incentivo à geração de renda junto às comunidades locais.



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR

O Fundo Abrolhos Terra e Mar é um mecanismo de investimento gerido pelo FUNBIO que apoia Unidades de Conservação. O fundo aporta recursos para a consolidação, a manutenção e o fortalecimento institucional de oito UCs federais localizadas no território de Abrolhos Terra e Mar*, no Sul da Bahia e no Extremo Norte do Espírito Santo. Lá se encontram os maiores remanescentes de Mata Atlântica do Nordeste brasileiro, num total de 89 milhões de hectares de ecossistemas marinhos e costeiros. Em todo o território há 19 UCs federais, que totalizam cerca de 48 milhões de hectares de áreas protegidas.

Criado em 2016, o Fundo Abrolhos Terra e Mar desenvolve ações voltadas para o uso público das UCs — turismo, visitação, geração de negócios locais, etc. O eixo de atuação é o Turismo + Sustentável, iniciativa coordenada pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), que recebeu seus primeiros repasses financeiros em 2020.

Pela importância dessas ações na conservação da biodiversidade e na valorização da região nas perspectivas ambiental, social e econômica, foi aprovada a continuidade do apoio ao Turismo + Sustentável por mais dois anos (2023-2025).

Com o Turismo + Sustentável, o Fundo Abrolhos Terra e Mar foi capaz de investir, nos últimos anos, na infraestrutura das UCs e promover uma rede de práticas sustentáveis entre instituições e pessoas



O território de Abrolhos Terra e Mar fica no Sul da Bahia e no Extremo Norte do Espírito Santo e guarda os maiores remanescentes de Mata Atlântica do Nordeste brasileiro, com 89 milhões de hectares

que atuam com o turismo na região. Foram gerados importantes produtos como o lançamento do Manual de Boas Práticas Sustentáveis no Turismo e do *website* e perfil no Instagram da Futuri – Aliança pelo Futuro Regenerativo, nome dado à rede que se formou. Uma sugestão de roteiro de 26 dias está no *site* da Aliança e apresenta o que o visitante não pode deixar de conhecer entre praias, UCs, aldeias indígenas e experiências na costa e no mar.

Além de ações de mobilização dos grupos de trabalho dos aliados da Futuri, em 2023 foram realizados diversos encontros de integração, como os denominados Boas Práticas, na Prática, nos quais os aliados compartilham exemplos de soluções e práticas mais sustentáveis, promovendo troca de conhecimentos e capacitação sobre diversos temas relacionados ao turismo. Outro encontro de destaque foi o Organic Festival Trancoso, evento de gastronomia e turismo sustentável organizado pelo Grupo Estratégico de Práticas Sustentáveis Futuri, realizado em setembro, no Sul da Bahia.

O Fundo Abrolhos Terra e Mar conta com o apoio financeiro do Global Conservation Fund (GCF), da Conservação Internacional. O mecanismo pode receber recursos de outros doadores ou fontes (ONGs, agências bilaterais e multilaterais, organismos e empresas nacionais e internacionais) e também de pessoas físicas.

*Denominação criada pela CI-Brasil.



FUNDO GLOBAL PARA RECIFES DE CORAIS

Representantes do FUNBIO, agência executora dos recursos do Fundo Global para Recifes de Corais (GFCR, na sigla em inglês) no Brasil, estiveram, em setembro de 2023, em Fernando de Noronha e na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, em Pernambuco, para coletar informações sobre os recifes de corais e as comunidades que dependem deles.

Foram estabelecidos diálogos com representantes de diferentes segmentos da sociedade — das secretarias de meio ambiente, da gestão de Unidades de Conservação (UCs), de universidades, da hotelaria, das operadoras de mergulho, do comércio, entre outros. A partir da coleta de informações, será elaborada uma proposta de execução para o projeto, a ser implementada a partir de 2024.



O FUNBIO também esteve presente no lançamento do Coral Reef Breakthrough durante a COP28, nos Emirados Árabes Unidos, em dezembro. A iniciativa das Nações Unidas prevê compromissos financeiros de líderes públicos e privados para garantir o futuro de recifes de corais tropicais de águas rasas. O GFCR é um dos apoiadores dessa empreitada global.

O GFCR é a primeira e única iniciativa dedicada a recifes de coral que adota o modelo de *blended finance* — que une recursos públicos, de fomento ou filantrópicos a capital privado para ações de financiamento sustentável, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O objetivo principal é promover investimentos em negócios de impacto socioambiental positivo que gerem retorno, ou seja, que desenvolvam as economias locais e protejam os corais. As doações para o mecanismo financeiro possibilitam que as comunidades atraiam parcerias e capital de fundos privados.

Como resultado das emissões de gases de efeito estufa, o oceano fica cada vez mais quente. As águas se tornam um ambiente ainda mais hostil para os recifes de corais por estarem mais ácidas e suscetíveis à poluição e à sobrepesca. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), se o planeta aquecer 2°C ou mais em relação ao período pré-industrial, 99% de todas as espécies de corais que constroem recifes podem ser perdidos.

GLOBAL FUND FOR
CORAL REEFS



NDC ODS

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO
PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL

GEF TERRESTRE

Mais de 200 representantes governamentais, da sociedade civil e da pesquisa científica se reuniram, em 2023, em três seminários promovidos pelo programa Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre). Os encontros foram presenciais, nos três biomas apoiados pela iniciativa: Pantanal, Caatinga e Pampa.



CLOVIS VAILANT,
do Instituto Gaia

O GEF Terrestre nos permitiu chegar melhor às comunidades. Não há um mutirão de plantio que eles e elas não estejam com a gente. Você não vai ver ninguém plantando que não esteja sorrindo. A restauração é algo muito mobilizador. O grande legado do GEF para nós é de restauração do Pantanal por inteiro.”

• CAATINGA
• PAMPA
• PANTANAL

BIOMAS E ECOSISTEMA

1

CHAMADA

29

PROJETOS

3

BIOMAS



EM PAUTA

30/05/2023

((O)) ECO

Governo quer evitar
novos mega incêndios no
Pantanal

06/08/2023

FANTÁSTICO

‘A Jornada da Vida’: veja
como o Pantanal, a maior
planície alagada do mundo,
está renascendo após
quatro anos de seca e fogo

PARCEIROS



ACADEMIA



GOVERNO

POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

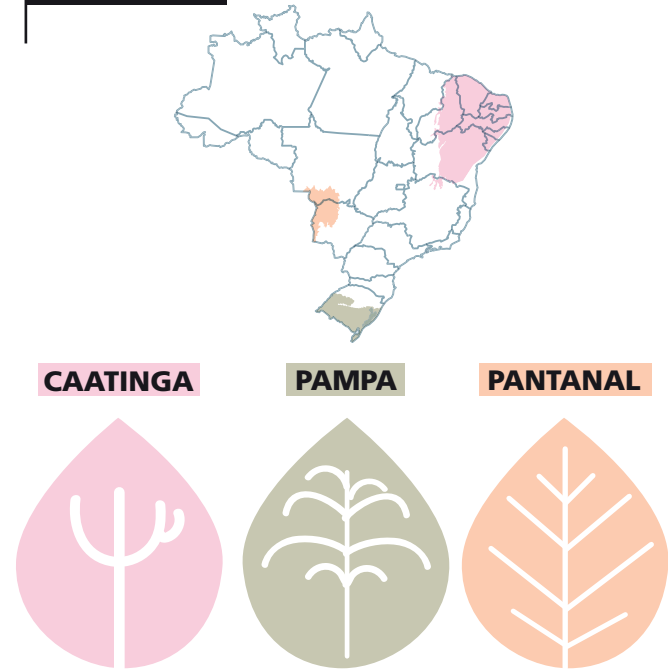
LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES
PRODUTIVAS
SUSTENTÁVEISCAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSCRIAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO
DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃOFORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROSMANEJO
DE ESPÉCIESMUDANÇAS
CLIMÁTICASRESTAURAÇÃO
FLORESTAL

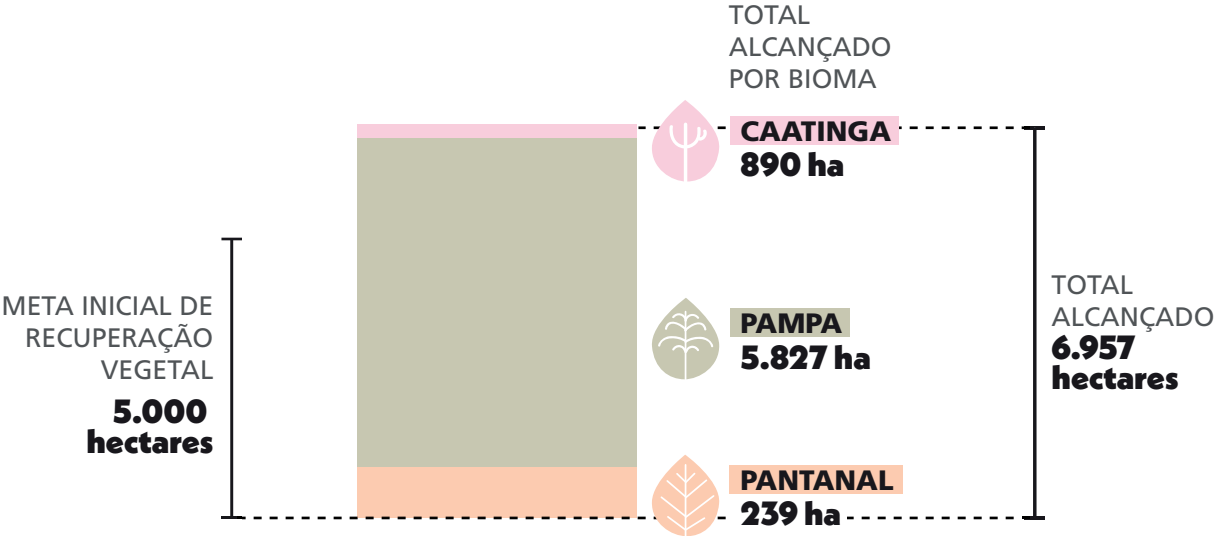
GEF TERRESTRE

O PROJETO EM DADOS

OS BIOMAS

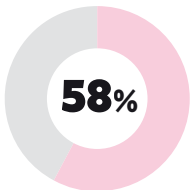


META DE RECUPERAÇÃO X TOTAL ALCANÇADO



VEGETAÇÃO ORIGINAL

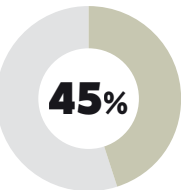
CAATINGA



FATORES DE DEGRADAÇÃO

Grandes obras de infraestrutura; atividades agropecuárias; exploração madeireira; incêndios florestais.

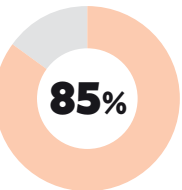
PAMPA



FATORES DE DEGRADAÇÃO

Atividades agrícolas (arroz irrigado e soja); silvicultura (eucalipto e pinus); invasão biológica (capim-annoni).

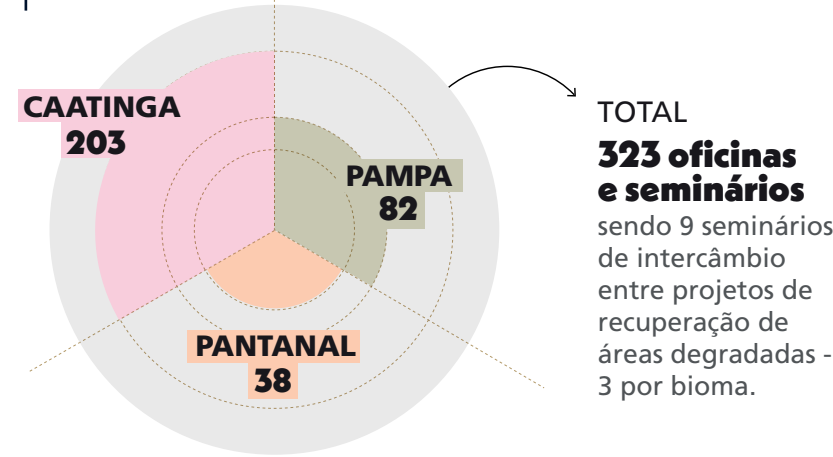
PANTANAL



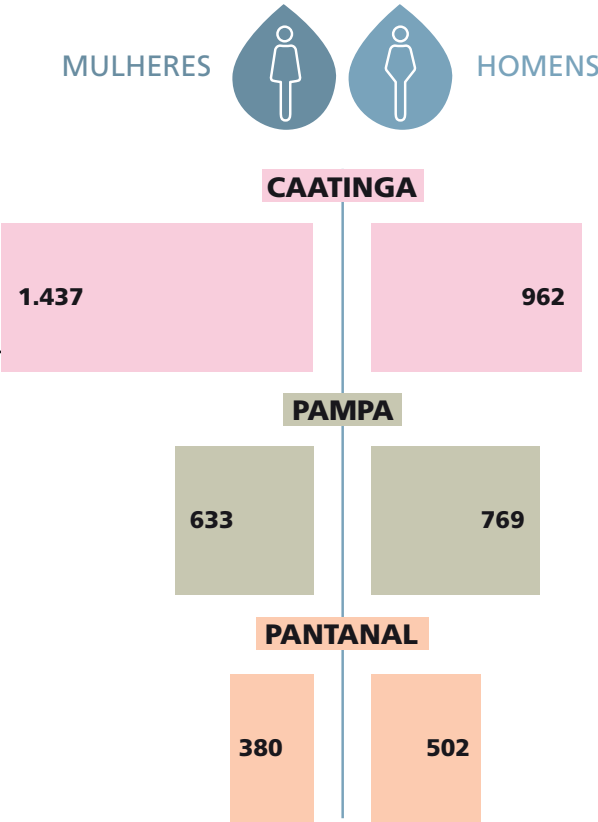
FATORES DE DEGRADAÇÃO

Atividades agropecuárias; incêndios florestais; hidrovias e hidrelétricas; mineração.

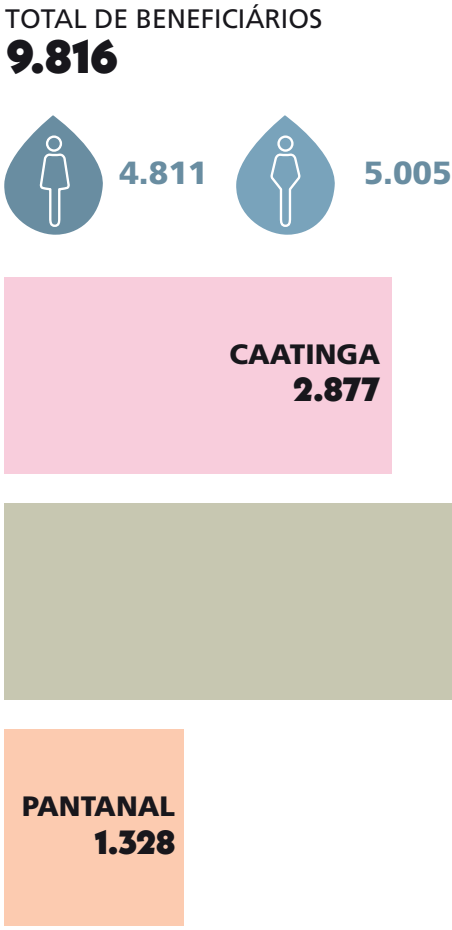
AÇÕES DO PROJETO



PARTICIPANTES DAS AÇÕES



BENEFICIÁRIOS DIRETOS



REALIZAÇÕES

- CAATINGA**
Restauração ecológica com participação social; fortalecimento da cadeia produtiva da recuperação; inovação nas técnicas de recuperação.
- PAMPA**
Recuperação de campos nativos com produção pecuária; controle da invasão biológica do capim-annoni; inovação tecnológica para coleta de sementes campestres; resgate e transplante de mudas nativas (butiá).
- PANTANAL**
Restauração ecológica com participação social; fortalecimento da cadeia produtiva da recuperação; inovação nas técnicas de recuperação; promoção do Manejo Integrado do Fogo (MIF).

DESAFIOS PRINCIPAIS

- CAATINGA**
Formação de uma rede de instituições voltadas para a restauração; promoção de práticas sustentáveis na agricultura e na pecuária; apoio à pesquisa e inovação tecnológica.
- PAMPA**
Aumento da escala da produção de sementes e mudas campestres; adesão de produtores rurais aos projetos de recuperação; apoio à pesquisa e inovação tecnológica.
- PANTANAL**
Promoção da recuperação de áreas úmidas; formação de uma rede de instituições voltadas para a restauração; prevenção e combate a incêndios florestais.

GEF TERRESTRE

Ao longo dos três seminários, participantes dos 25 projetos apoiados pelo GEF Terrestre tiveram oportunidade de apresentar resultados conquistados. A partilha de conhecimento se tornou um importante referencial e constitui um legado da iniciativa para o futuro nos três biomas, que têm pouca representação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e uma significativa demanda de recuperação da vegetação nativa.

“O GEF Terrestre nasce para trazer para a agenda de discussão biomas que estavam um pouco mais invisibilizados nas agendas globais — Caatinga, Pampa e Pantanal. A questão ambiental diz respeito a fazer bom uso da terra e o programa apoia iniciativas e unidades para testar modelos que podem ser replicados. Essas experiências trazem a vegetação nativa para o centro da economia. E transformam a floresta em pé em eixo motor do desenvolvimento”, diz Fabíola Zerbini, diretora do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O GEF Terrestre chega ao final de 2023 atingindo e superando seus objetivos: mais de 6,9 mil hectares foram recuperados, desde o início do programa, nos três biomas apoiados. A meta inicial era de 5 mil hectares.



RICARDO RAMALHO,
do Instituto Terra Viva (AL) –
projeto Sertão Vivo

A Caatinga é social. Não se pode pensar em nenhum tipo de ação de restauração sem colocarmos as pessoas no centro. Os recursos do GEF Terrestre contribuíram para o aumento da autoestima dos habitantes da região.”



BETINA KELLERMANN,
do Instituto Homem Pantaneiro (MS)

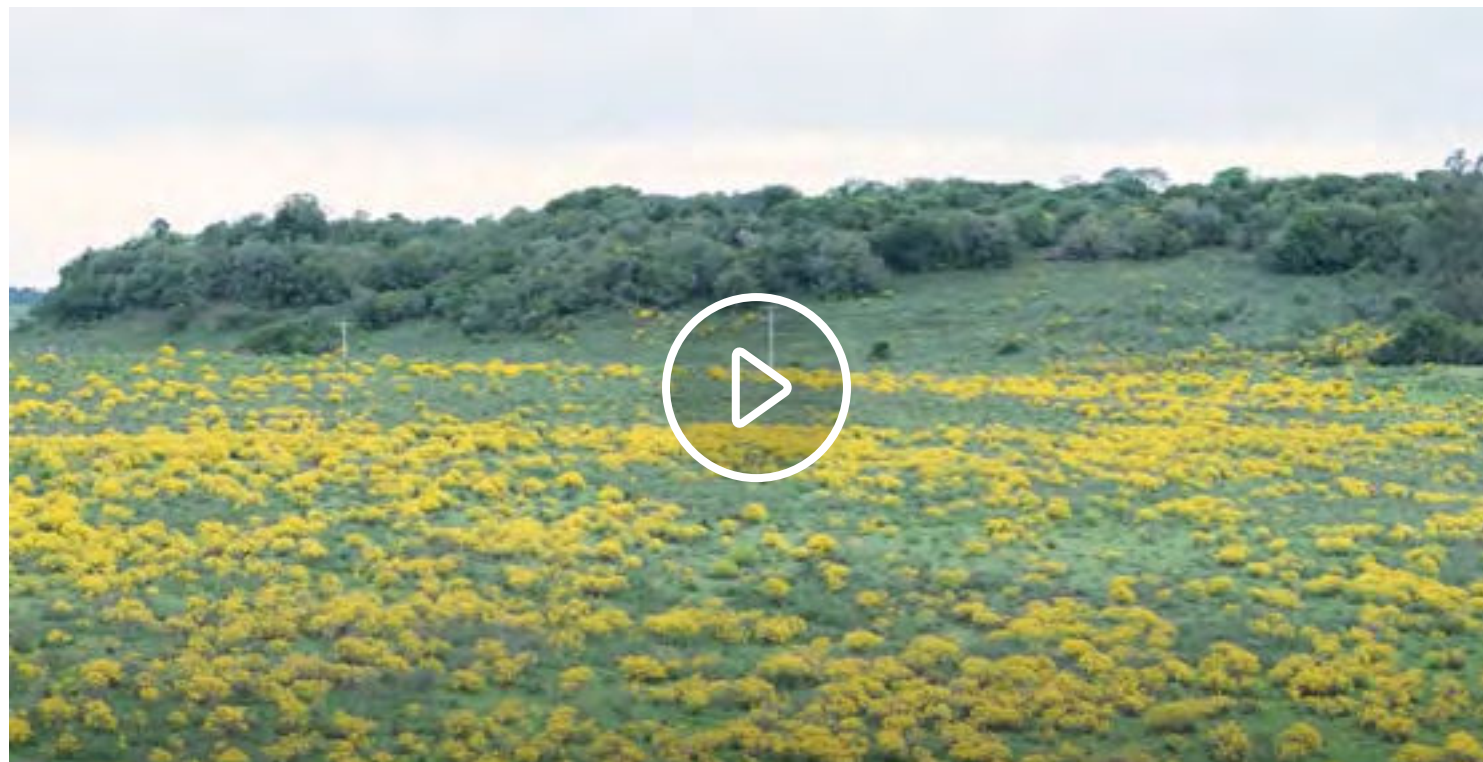
O fogo passou em algumas áreas [do Pantanal] de uma forma muito forte, o banco de sementes foi destruído, a capacidade de regeneração era muito baixa em algumas regiões. O GEF Terrestre contribui muito para esse processo de restauração, que sabemos que vai levar algumas décadas.”



RAUL COELHO,
chefe da APA do Ibirapuitã (RS)

O bioma Pampa é uma das áreas mais ameaçadas, principalmente pela conversão das áreas campestres em lavouras de produção de grãos. E vem o projeto GEF Terrestre com o Ministério do Meio Ambiente junto com o FUNBIO propiciar condições de sustentabilidade econômica dessa região. Estimulando a pecuária de uso sustentável, nós estamos também protegendo a fauna e a flora nativas e conservando o modo de viver do gaúcho da fronteira.”

OS SEMINÁRIOS



GEF TERRESTRE



OS SEMINÁRIOS

CAATINGA

O seminário sobre restauração na Caatinga foi realizado em setembro, em Juazeiro, na Bahia. Foram celebrados os 890 hectares de área recuperada — de uma meta inicial de 750 ha. O grupo fez uma visita de campo ao município de Curaçá (BA), a 120 km de Juazeiro, onde acontece o projeto Re-Habitar Ararinha-azul, coordenado pelo Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental da Universidade do Vale do Rio São Francisco. Vista na natureza pela última vez no ano 2000, a *Cyanopsitta spixii* está sendo reintroduzida na Caatinga graças a um cuidadoso trabalho que tem como matrizes espécimes que se encontravam em cativeiro no

exterior. A restauração ecológica apoiada pelo projeto é chave para que isso aconteça, viabilizando habitat adequado para a persistência da espécie.

“O trabalho que realizamos para recuperar o habitat da ararinha-azul faz com que elas voltem à natureza, mas também beneficia os moradores das áreas onde elas aparecem. A recuperação desse ambiente se dá em propriedades rurais privadas e essas melhorias ficam. A Caatinga é como se fosse a Amazônia dos ambientes semiáridos”, disse Renato Garcia, coordenador do Re-Habitar Ararinha-azul.

PAMPA

O município de Santana do Livramento (RS) recebeu, durante três dias de outubro, o seminário referente ao Pampa. Cerca de 90% dos hectares que vêm sendo restaurados com recursos do GEF Terrestre estão nesse bioma, que sofre com a expansão das monoculturas de grãos. As iniciativas têm por objetivo estimular os modos de vida dos produtores locais, que recuperam pastagens naturais para a atividade pecuária.

Uma das áreas atendidas no Pampa é a Área de Preservação Ambiental (APA) do Ibirapuitã. O projeto conduzido na Unidade de Conservação contemplou a aplicação de novas técnicas de manejo do gado e o controle de espécies vegetais invasoras. Com tecnologia da Embrapa, foi possível conter a dispersão do capim-annoni, que se tornou um problema na região pela baixa qualidade nutricional para o gado. A espécie chegou no bioma na década de 1950, contaminando sementes importadas da África do Sul.

PANTANAL

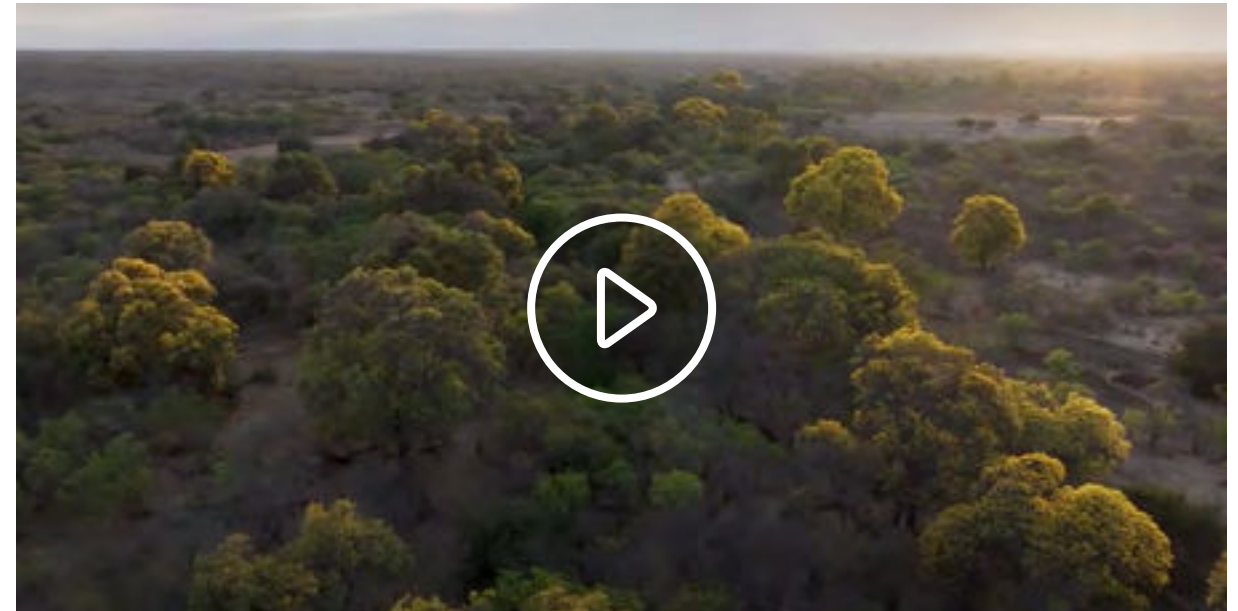
Em novembro, foi realizado o Seminário de Recuperação Vegetal em Unidades de Conservação no Pantanal. As atividades ocorreram às margens do Rio Cuiabá e no entorno da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) SESC Pantanal, em Poconé (MT). A reunião de integrantes dos sete projetos apoiados pelo GEF Terrestre foi, também, uma comemoração aos 239 hectares recuperados no bioma.

Os relatos colhidos no encontro são unânimes sobre a importância do GEF Terrestre no Pantanal, principalmente na mobilização de recursos e de trabalho conjunto na recuperação das áreas atingidas pelos incêndios de 2020, resultantes de uma seca histórica. Um quarto de todo o bioma virou cinzas e 17 milhões de animais vertebrados foram mortos. Brigadistas em trabalho voluntário e populações tradicionais trabalharam em sinergia, o que vem possibilitando respostas mais rápidas aos prejuízos ambientais.

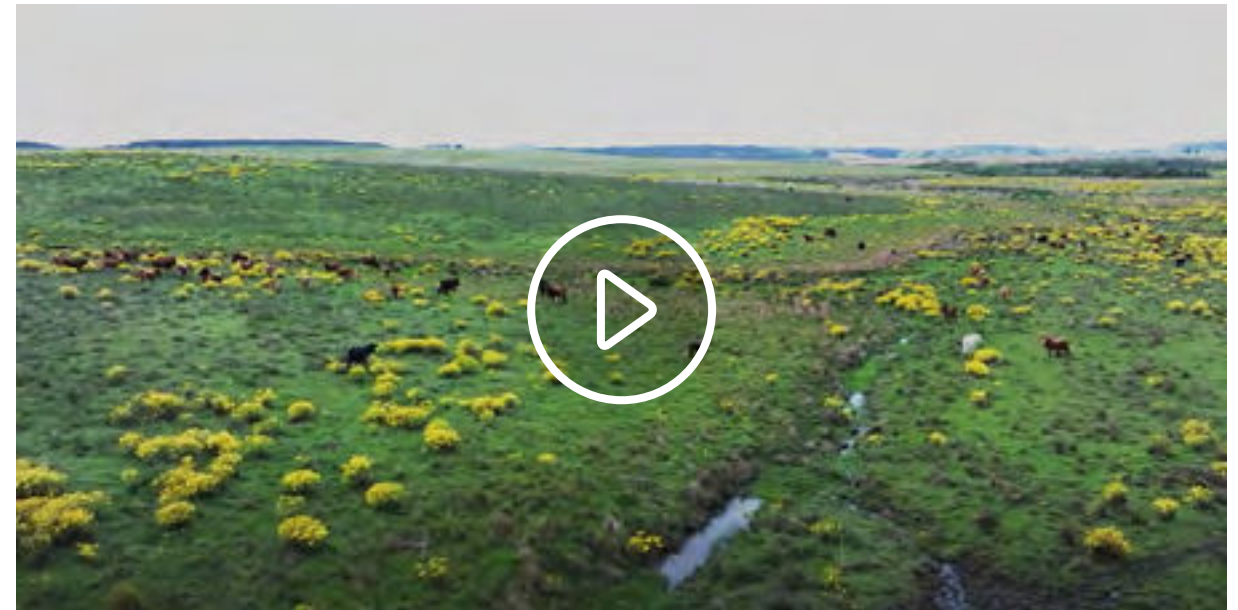
Uma das ações no bioma Pantanal, do projeto Restaurar Pantanal, concluiu, em fevereiro, o plantio de seis mil mudas de 40 espécies nativas, na Estação Ecológica (ESEC) de Taiamã e em áreas de nascentes do Pantanal. A unidade teve 35% de sua área atingida pelos incêndios de 2020. O entorno foi inteiramente atingido pelo fogo. Com recursos do GEF Terrestre, foram adquiridos ainda equipamentos e itens de proteção individual para essa e outras Unidades de Conservação, como o Parque Nacional da Chapada Diamantina e o Parque Nacional Pantanal Matogrossense.

“O GEF Terrestre nos permitiu chegar melhor às comunidades. Não há um mutirão de plantio em que eles e elas não estejam conosco. Ninguém está plantando sem sorrir. A restauração é algo muito mobilizador. O grande legado do GEF Terrestre para nós é a restauração do Pantanal por inteiro”, celebrou Clovis Vailant, do Instituto Gaia.

CAATINGA



PAMPA



PANTANAL



GEF TERRESTRE

SEMINÁRIO CAATINGA



Na Caatinga, a RPPN Hugo Pereira foi criada em dezembro e fica em Apuiarés, a 100 km de Fortaleza (CE)

SEMINÁRIO PAMPA



CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE UCs

Em 2023, uma das 25 iniciativas selecionadas nas oito chamadas de projetos lançadas pelo GEF Terrestre entre 2019 e 2022 viabilizou a criação de uma nova Unidade de Conservação na Caatinga. A RPPN Hugo Pereira, criada em dezembro, está localizada no município de Apuiarés, a 100 km de Fortaleza (CE). A reserva, com 41 hectares do bioma, é a 47ª RPPN localizada no estado e foi criada com apoio da Associação Caatinga.

Espera-se que outras UCs estaduais sejam criadas, tanto na Caatinga como no Pantanal e no Pampa. O GEF Terrestre abriu a nona chamada de projetos, em março de 2023. O objetivo é selecionar sete novas propostas dedicadas à criação e ao fortalecimento de UCs nos três biomas. Espera-se que o investimento total seja de R\$ 8,4 milhões.

O GEF Terrestre é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e tem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como agência implementadora e o FUNBIO como agência executora. Iniciada em 2018, a iniciativa tem orçamento total de aproximadamente USD\$ 32 milhões e previsão de execução de sete anos.

SEMINÁRIO PANTANAL



Em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), atividades de campo e apresentações no Seminário de Intercâmbio dos projetos do GEF Terrestre na Caatinga

No Pampa, em outubro, projetos apoiados pelo GEF Terrestre se reuniram em Santana do Livramento (RS)

Visitas a viveiros e trilhas na RPPN SESC Pantanal, em Poconé (MT) foram realizadas no Seminário de Intercâmbio de projetos





MATA ATLÂNTICA III

O projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (projeto Mata Atlântica) superou algumas de suas metas ao longo de 2023. Com dez iniciativas de restauração em andamento, cerca de 2.700 hectares foram alcançados, quando a expectativa era 2.500 hectares em processo de recuperação dentro ou no entorno de Unidades de Conservação. A cadeia restaurativa também foi significativamente alavancada: 50 viveiros foram estruturados ou fortalecidos (40 a mais do que se esperava originalmente) e cerca de 2.200 pessoas foram capacitadas a reconstruir florestas — o projeto Mata Atlântica previa, no lançamento da chamada, o treinamento de 50 pessoas.



EM PAUTA

05/06/2023

O GLOBO

Cientistas, empresas e voluntários se unem para 'costurar retalhos' da Mata Atlântica



• MATA ATLÂNTICA

BIOMAS E ECOSISTEMA

10PROJETOS
APOIADOS**2.700**HECTARES EM PROCESSO
DE RESTAURAÇÃO

MATA ATLÂNTICA III

Para celebrar esses dados, foi realizado o seminário final do projeto, junto com o já existente Seminário Reconnectando Florestas, realizado em Porto Seguro, no Sul da Bahia, em dezembro. Nesse encontro, as dez iniciativas apoiadas fizeram um intercâmbio de experiências e compartilharam como vão consolidar as áreas recuperadas durante o período em que tiveram esse apoio do projeto Mata Atlântica.

As Unidades de Conservação (UCs) atendidas pelo projeto estão distribuídas por três regiões: o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES), o Mosaico Lagamar, que abrange territórios em São Paulo e no Paraná, e o Mosaico Central Fluminense, no Rio de Janeiro.

Na região do Mosaico Lagamar, ao longo de 2023, quatro iniciativas estiveram em andamento. Seis UCs no Paraná — Estação Ecológica do Guaraguaçu, Parque Estadual do Rio da Onça, Parque Estadual do Palmito, RPPN Encontro das Águas, RPPN Reserva da Pousada Graciosa, RPPN Encantadas e Reserva Myrtilau — vêm sendo atendidas pelo projeto Refloresta o Lagamar, coordenado pelo Mater Natura. O objetivo é restaurar e enriquecer 180 hectares de floresta com 70 mil mudas de espécies finais da sucessão ecológica (aquelas que já conseguem se adaptar às condições do meio ambiente em questão) e de 15 mil mudas de plantio heterogêneo (de espécies variadas, com o objetivo de remontar a variedade da mata nativa).

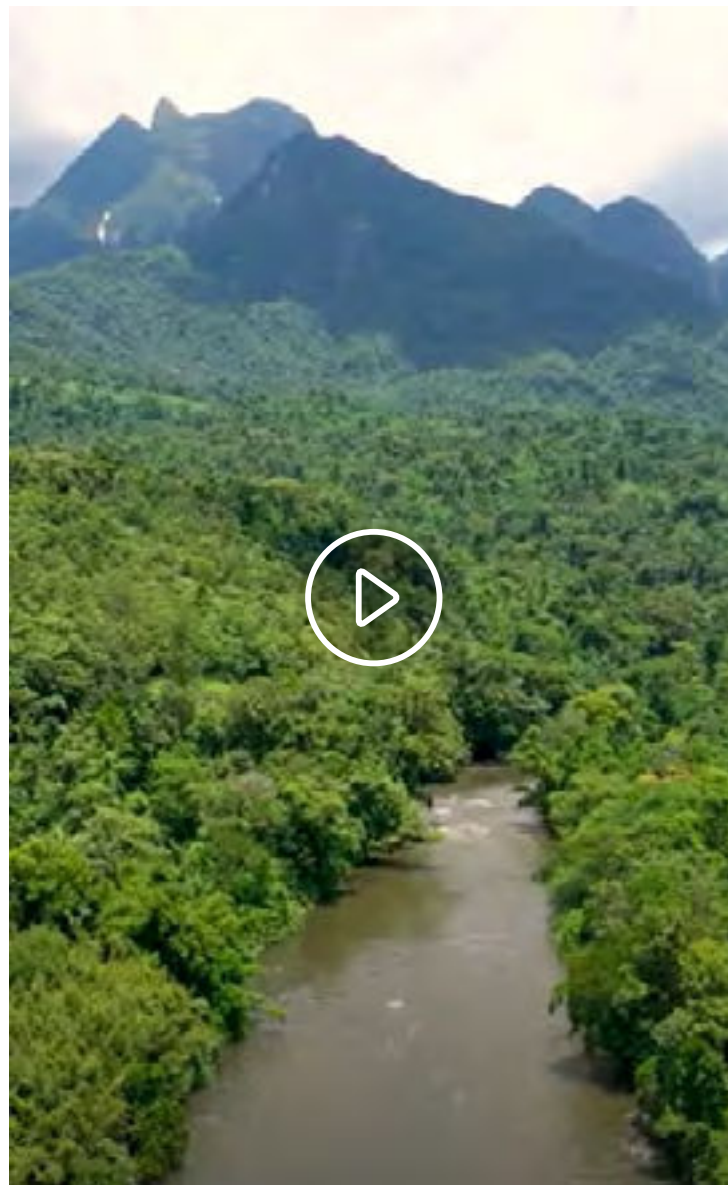
O projeto Reconnectando Florestas, executado pelo Grupo Ambiental Natureza Bela, restaurou, até 2023, 410 hectares no Sul da Bahia — no Parque Nacional do Pau Brasil, na Área de Proteção Ambiental Caraíva Trancoso, em três RPPNs e em Terras Indígenas da etnia Pataxó. Junto às comunidades originárias, a iniciativa fomenta oportunidades de trabalho e renda com práticas de manejo sustentável dos recursos florestais, respeitando o princípio da sucessão ecológica. Encontram-se alternativas aos remanescentes florestais na produção de artesanato de madeira.

No estado do Rio de Janeiro, um dos três projetos participantes propôs enriquecer a vegetação florestal com epífitas — plantas que vivem sobre outras plantas, usando-as como suporte, como, por exemplo, as bromélias. O objetivo do projeto implementado pela Associação Mico-Leão-Dourado é pesquisar diferentes formas de restauração em seis localidades

com características distintas, num total de 150 hectares. A iniciativa, da Associação Mico-Leão-Dourado, é uma parceria com a Embrapa Agrobiologia e com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O projeto Mata Atlântica é uma ação do Estado brasileiro, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com apoio de recursos do KfW sob gestão do FUNBIO. O bioma atendido pela iniciativa tem, atualmente, apenas 12,4% de vegetação nativa. É uma das áreas mais ricas em biodiversidade e, também, uma das mais ameaçadas do planeta.

SEMINÁRIO RECONNECTANDO FLORESTAS



O projeto Reconnectando Florestas, executado pelo Grupo Ambiental Natureza Bela, restaurou 410 hectares no Sul da Bahia — no Parque Nacional do Pau Brasil (fotos), na Área de Proteção Ambiental Caraíva Trancoso, em três RPPNs e em Terras Indígenas Pataxó



Por ordem do
Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

KFW

FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

NDC ODS



PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO

PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO- DOURADO



EM PAUTA

19/06/2023

EXTRA

Replanteio de espécies
em Silva Jardim ajuda
a preservar mico-leão-
dourado

19/06/2023

O GLOBO

Replanteio de espécies
em Silva Jardim ajuda
a preservar mico-leão-
dourado



LUIS PAULO FERRAZ,
secretário executivo da AMLD

A parceria com o FUNBIO e os recursos da ExxonMobil têm permitido fortalecer o engajamento das pessoas para a proteção do mico-leão-dourado e da Mata Atlântica. O parque facilita o acesso para o público conhecer o esforço para salvar a espécie.”

PARCEIROS



EMPRESAS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



FORTELECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROS



MANEJO
DE ESPÉCIES



RESTAURAÇÃO
FLORESTAL

PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE IV)

O Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (PEMLD), localizado no município de Silva Jardim (RJ), chegou a 2023 com uma intensa agenda de eventos dedicados à educação ambiental e ao ecoturismo. Quase dois mil visitantes passaram pelas instalações ao longo do ano — um público de mais de 800 pessoas, de diversos países do mundo, em busca do ecoturismo e das atrações culturais oferecidas pelo Parque, além dos mais de mil estudantes de escolas, universidades e projetos educativos.

O ciclo de eventos inaugurado em 2023, denominado Mico com Arte, começou em janeiro, quando um público da terceira idade foi recebido para atividades ao ar livre, artesanato e caminhada por trilhas de menor dificuldade. Em março, o Circuito Mico-Leão-Dourado contou com a participação de 60 ciclistas da região. Já em abril, o Sábado no Parque abriu as portas ao público para caminhadas, trilhas e música ao vivo.

Em comemoração ao Dia da Mata Atlântica — 27 de maio — foi realizado um mutirão de crianças, jovens e adultos voluntários para o plantio de 100 mudas de árvores ao longo das trilhas do Parque. Em junho, estudantes e professores do programa Earth Expeditions, associado à Universidade de Miami, tiveram oportunidade de observar a experiência de ecoturismo e educação ambiental conectada à conservação do mico-leão-dourado e do seu hábitat — a Mata Atlântica.

Por fim, no dia 22 de julho — data em que é realizada, nacionalmente, a campanha Um Dia no Parque, de visitas a Unidades de Conservação (UCs) em todo o país — o PEMLD promoveu o Férias no Parque do Mico. O público foi recebido com uma apresentação da história do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e, em seguida, conduzido para uma visita guiada à Sala de Exposição.

A programação turística regular no PEMLD consiste na visita à Sala de Exposição e em caminhadas até a Torre da Restauração, o Mirante do Viaduto Vegetado e a Trilha Interpretativa do Lago. A recepção de estudantes conta, ainda, com rodas de conversa sobre o bioma Mata Atlântica, a Bacia do Rio São João, o trabalho das Unidades de Conservação locais e as ações em defesa do mico-leão-dourado promovidas pela Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD).

AVANÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DO PARQUE

De março a julho de 2023, novas trilhas para pedestres e para *mountain bikes* foram estruturadas no PEMLD. Um sistema de segurança — com câmeras e alarmes nos prédios e no entorno da sede, além de vigilância integral na entrada do prédio — também foi instalado.

As melhorias de infraestrutura, assim como toda a programação realizada no Parque, integraram a fase IV do Projeto de Implementação do PEMLD — programa com recursos financeiros doados pela empresa ExxonMobil e geridos pelo FUNBIO. A parceria se iniciou em 2019, quando foram restaurados 14 hectares de áreas degradadas de Mata Atlântica em uma antiga fazenda de cavalos, com o plantio de 20 mil mudas de árvores nativas do bioma.

A propriedade, adquirida pela AMLD com apoio da organização internacional DOB Ecology, é vizinha à Reserva Biológica Poço das Antas, onde historicamente vinha sendo realizado o trabalho de conservação do mico em parceria com o **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** (ICMBio) — mas sem a possibilidade de visitação do público.

Um dos objetivos da aquisição e implementação do PEMLD é justamente aproximar a sociedade da conservação do mico-leão-dourado. Além disso, a restauração de cerca de 100 hectares de Mata Atlântica na propriedade, permitiu a ampliação do hábitat do mico e a conexão estratégica com o viaduto vegetado, corredor que liga o parque à reserva biológica.



Quase 2 mil visitantes passaram pelas instalações do Parque Ecológico Mico-Leão Dourado em busca de trilhas, atividades culturais e de educação ambiental





PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE V)



Equipes do FUNBIO, Associação Mico-Leão-Dourado e da Exxon Mobil na inauguração da Casa do Mico no Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

Em outubro de 2023, foi celebrada a assinatura da fase V do Projeto de Implementação do PEMLD. Essa nova etapa tornou possível a criação da primeira exposição permanente do Parque: a Casa do Mico. O espaço interativo abriu as portas para públicos de todas as idades no dia 6 de outubro. O encontro proporcionou ainda uma visita guiada de crianças das escolas municipais de Silva Jardim e Casimiro de Abreu.

As instalações da Casa do Mico foram dispostas nas antigas baias de cavalos, que já vinham sendo reformadas durante a fase IV. Em agosto e setembro, foram feitas a pintura e a montagem do acervo interativo. As obras fabulam sobre a vida de uma família de micos na floresta. Dispositivos sonoros propõem uma imersão dos visitantes na vida da espécie. Crianças e adultos se encantaram ao ouvir os sons produzidos pelos animais e obtiveram uma verdadeira aula sobre seus modos de vida — o que comem, quanto pesam.

O evento de abertura da Casa do Mico marcou, também, o início do 1º Festival das Aves do PEMLD. O Programa de Observação de Aves, que vem sendo implementado desde a fase IV, tem buscado atrair as espécies para o convívio harmônico com a vegetação restaurada. Na mesma data, foi assinado, ainda, um Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Silva Jardim para promover a visita de alunos da rede municipal ao Parque.

CASA DO MICO



NDC ODS



FUNDO DE OPORTUNIDADES DO PROJETO NACIONAL DE AÇÕES INTEGRADAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA BIODIVERSIDADE

PROBIO II

Ao longo de 2023, foram implantados quatro sistemas agroflorestais (SAFs), numa área de 1,8 hectare. Em duas delas, nos povoados de Varjão e Félix (MA), foram construídos dois viveiros — com capacidade total para 14 mil cultivos de espécies florestais e não florestais. Técnicos do campo contratados e agentes multiplicadores comunitários deram assistência aos pequenos agricultores, em mais de 160 visitas aos territórios.



8

INICIATIVAS APOIADAS

5

ESTADOS

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



PROBIO II

Mais de 3.600 mudas foram plantadas em 2023, tanto nos SAFs como nos viveiros. A produção no SAF do São Francisco gerou uma renda de mais de R\$ 32 mil para os agricultores, com a venda de abóbora e hortaliças. Nas outras localidades, foram cultivados feijão guandu e milho. As safras foram colhidas no início de 2024.

O projeto também realizou oito oficinas para aprimorar e diversificar a atividade extrativista de cultivos típicos da região, como açaí e coco babaçu. Mais de 160 pessoas — principalmente mulheres artesãs — foram treinadas para trabalhar com fibras, cipós, sementes e cascas. No município de Imperatriz (MA), foram finalizadas as obras de uma pequena indústria para torrefação das sementes de açaí, que resultam em uma bebida conhecida como café de açaí. O projeto providenciou, também, a compra de insumos e maquinário para o processamento, em seis comunidades, das castanhas do coco babaçu.



Mais de 3.600 mudas foram plantadas em 2023, tanto nos SAFs como nos viveiros, em povoados no Maranhão



GERAÇÃO DE NEGÓCIOS

Ações destinadas a potencializar os negócios locais também estão sendo desenvolvidas com os recursos do Probio II. As 12 comunidades receberam oficinas com a temática Associativismo e Cooperação: noções básicas e aplicação no dia a dia. O treinamento alcançou 273 participantes, que puderam aprender — ou aperfeiçoar — técnicas na confecção de biojoias e sabonetes artesanais.

A divulgação e a geração de renda também vêm sendo potencializadas pela iniciativa. Um *site* de *e-commerce*, dedicado à venda dos produtos de extrativismo vegetal, foi lançado em agosto, durante uma cerimônia no Centro Cultural Tatajuba, em Imperatriz. Na ocasião, foram apresentados, também, um livro de receitas e quatro novas marcas criadas a partir das capacitações.

Para a execução do projeto, foi formalizada uma parceria que possibilitou a soma dos recursos financeiros do Probio II e da Suzano. As ações são geridas pela ONG maranhense Agência de Desenvolvimento Extensão Amazônia, enquanto a gestão financeira é responsabilidade do FUNBIO. A prioridade da iniciativa é dar suporte à organização comunitária e ao protagonismo das mulheres. Os trabalhos ocorrem nas 12 comunidades que estão no entorno da reserva florestal Fazenda Eldorado — de propriedade da Suzano — e nas reservas extrativistas da Mata Grande e do Ciriaco.

Cerca de 270 mulheres participaram de oficinas com técnicas na confecção de biojoias e sabonetes artesanais



NDC ODS



FUNDO AMAPÁ

Os projetos financiados pelo Fundo Amapá em 2023 proporcionaram um legado de tecnologia e capacitação para as populações ribeirinhas que trabalham com extrativismo no entorno da Floresta Nacional do Amapá (Flona). Processos mecanizados e mais conhecimento sobre as espécies e seus cultivos possibilitaram mais extração e aproveitamento de insumos florestais não madeireiros — conservando, assim, o bioma amazônico amapaense. As Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs) ocupam mais de 70% de todo o território estadual.



2
PROJETOS
SELECIONADOS

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



FUNDO AMAPÁ

Membros da Associação de Mulheres Agroextrativistas Sementes do Araguari receberam treinamento para extrair oleorresina das árvores de copaíba com o auxílio de um perfurador mecânico. O aperfeiçoamento técnico possibilita que o cerne do caule seja atingido sem prejudicar a árvore. O manejo sustentável é importante, inclusive, para a recuperação das espécies — para que não sejam danificadas por microrganismos após o manejo.

Em um dia de treinamento prático, durante uma incursão no entorno da associação, as extratoras aprenderam a selecionar as melhores árvores e conseguiram obter quase quatro litros de oleorresina. A vegetação manuseada foi inventariada e as amostras coletadas foram levadas para o laboratório da Embrapa Amapá, para análise. O substrato da copaíba vem ganhando notoriedade na indústria farmacêutica.

O manejo das sementes de andiroba e pracaxi — muito úteis para o setor de cosméticos — também foi objeto de capacitação em 2023. Em abril e maio, foram realizadas duas oficinas para aperfeiçoar o uso do secador solar e da prensa mecânica que foram instalados, em 2022, graças aos recursos do Fundo Amapá. As extratoras aprenderam a monitorar minuciosamente, com o auxílio de planilhas, a temperatura, a umidade e o peso das sementes. Em setembro, as associadas foram ensinadas a aproveitar

espécies como orquídeas e bromélias, que nascem nos troncos de outras espécies de árvores.

O projeto, que atua com as cadeias produtivas extrativistas — Fortalecimento e diversificação da cadeia de produtos florestais não madeireiros como estratégia de geração de renda sustentável na Floresta Nacional do Amapá e seu entorno —, é realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ). Outra iniciativa apoiada com recursos do Fundo Amapá é a reforma de uma fábrica de beneficiamento de castanha, pertencente à Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU). Com o investimento, foi possível, ao longo de 2023, trocar todo o telhado do prédio.

O Fundo Amapá foi lançado em 2015 com o objetivo de destinar recursos para a manutenção das áreas protegidas de biodiversidade do estado — que se destaca por guardar um dos mais importantes estoques de floresta da Amazônia brasileira. As iniciativas em andamento visam ao desenvolvimento da exploração sustentável de produtos não madeireiros, com melhor infraestrutura e técnicas mecanizadas. O Fundo Amapá conta com recursos doados pela Global Conservation Fund (GCF), da Conservação Internacional Brasil, e é gerenciado pelo FUNBIO.

Mulheres agroextrativistas fazem treinamento para extrair oleorresina das árvores de copaíba



ODS



ESTRATÉGIA ARTICULADA PARA O APOIO A EMERGÊNCIAS ETNOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

RRF AMAZÔNIA

Em seu segundo e último ano de implementação de projetos na Amazônia, o programa Rapid Rescue Facility (RRF) alcançou centenas de famílias de pequenos agricultores e comunidades indígenas, com estrutura para um trabalho mais digno e, também, com efetiva geração de renda. Um dos parceiros da iniciativa, o projeto Saúde & Alegria (PSA), iniciou a construção de uma unidade de beneficiamento na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, para apoiar as incursões de equipes de catadores de sementes, em todas as etapas do trabalho.



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



RRF AMAZÔNIA

Os produtores da região vêm tendo acesso à certificação de produção orgânica e a mercados para escoamento da produção. Em 2023, a capacitação dos povos florestais locais possibilitou que aproximadamente 60 mil mudas fossem plantadas em 64 hectares entre a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará. As 105 famílias beneficiadas receberam assistência técnica agroextrativista para restaurar florestas degradadas a partir dos seus próprios modos de vida — com o cultivo de sementes, com a prática da apicultura nativa sem ferrão e com o manejo agroecológico em harmonia com as florestas.

Outro empreendimento em andamento na região é o Ecocentro Tapajós. Em 2023, foi construído o prédio que sediará o beneficiamento e o acondicionamento do mel de abelha sem ferrão, e foi concluída, também, a instalação de um sistema de energia solar. A próxima etapa é a construção de um armazém que abrigará uma unidade de extração de óleos vegetais e manteiga, uma unidade de destilação de óleos essenciais e uma jazida de seringueira nativa.

Um centro de ecoturismo, na comunidade de Urucureá, na Floresta Nacional do Tapajós, também está em finalização: a pousada comunitária Jaguarari tem previsão de entrar em funcionamento em 2024.

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM MATO GROSSO

No Norte de Mato Grosso, quem atua na implementação de projetos é o Instituto Centro de Vida (ICV). Em uma de suas iniciativas, a organização apoia os pequenos agricultores na transição para sistemas de produção orgânicos e agroflorestais. Em 2023, foi realizado um *workshop* sobre manejo agroflorestal, em que foram apresentados conceitos sobre a evolução do sistema nos meses iniciais de implantação. No mesmo ano, foram realizadas 53 visitas para monitoramento das atividades e consultoria particular aos produtores.

A ação levou ao desenvolvimento de um aplicativo que processa dados sobre toda a produção local. Todas as informações, preenchidas pelos agricultores, vão diretamente para a plataforma do Instituto Centro de Vida. Em um levantamento recente, foram contabilizadas duas toneladas de hortaliças, como abóbora e melancia, e 500 kg de frutas, com destaque para o maracujá.

APOIO EMERGENCIAL

Os projetos financiados pelo RRF na Amazônia recebem recursos da União Europeia e são operados pela organização ambientalista Re:wild. O objetivo é prestar apoio emergencial a comunidades tradicionais, agricultores e Povos Indígenas impactados pela pandemia de covid-19 e pelos incêndios florestais na Amazônia brasileira. O FUNBIO atua como gestor financeiro e administrativo.



Prédio erguido com recursos do projeto será usado para beneficiamento de mel de abelha sem ferrão produzido pelas famílias da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (PA)



CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

O Consórcio Amazônia Legal, iniciativa inédita que envolve pela primeira vez os nove governos estaduais da Amazônia Legal em torno de objetivos comuns de conservação e desenvolvimento sustentável, dedicou 2023 ao planejamento executivo do Programa Regional de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal — estudo realizado, no ano anterior, com o apoio da Embaixada da França. O documento foi criado para propor uma agenda de cooperação entre os estados no controle do desmatamento ilegal e das queimadas.



9

ESTADOS

2

INICIATIVAS APOIADAS



CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

O Programa Regional de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal havia sido lançado na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP27), no Egito. Em dezembro de 2023 houve um reolhar para o planejamento anterior, que foi apresentado no *hub* do Consórcio na COP28, nos Emirados Árabes Unidos, mobilizando parceiros nacionais e internacionais.

A nova proposta foi pensada em razão das mudanças políticas e da reestruturação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) em âmbito federal, assim como em atenção aos avanços significativos em iniciativas estaduais, incluindo planos (PPCDQs) e estratégias jurisdicionais, bem como observando as expectativas elevadas dos representantes estaduais e a necessidade de atingir resultados no curto prazo.

Denominado Programa de Cooperação Regional (PCR) para a Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas da Amazônia Legal, o objetivo geral desse programa é fortalecer a cooperação entre governos estaduais da Amazônia Legal, na temática de prevenção e controle de desmatamento e queimadas, de forma a criar sinergias e reduzir a curva de aprendizagem em áreas onde a atuação conjunta ou coordenada pode resultar em ganhos de escala e eficiência, maior efetividade e menor custo do que o somatório da atuação separada.

Estruturado em três eixos de atuação, prevê: soluções conjuntas, visando à promoção das melhorias na gestão pública dos estados, por meio da disseminação de boas práticas e ferramentas (*peer to peer innovation*) e busca de soluções conjuntas que permitam criar ganhos de escala, eficiência e redução de custos; ação integrada, por meio da promoção da atuação conjunta em operações de comando e controle em áreas de divisa entre estados. A atuação será feita por meio de Acordos de Cooperação Técnica e protocolos de atuação que permitam regularizar e agilizar operações de comando e controle e compartilhamento de recursos; fortalecimento de capacidades e mobilização de apoios para a causa do desmatamento ilegal zero; realização de intercâmbios, treinamentos e capacitações, bom como de campanhas, materiais educativos e eventos.



O Consórcio Amazônia Legal foi criado em 2019 e tem como missão promover a integração e a cooperação entre os nove estados da região. A temática ambiental conta com a gestão financeira do FUNBIO. O freio ao desmatamento ilegal, o desenvolvimento produtivo sustentável, o emprego de tecnologias e infraestruturas verdes e a capacitação são os principais eixos de atuação.

Espera-se que a iniciativa se torne referência global em articulação, estratégia e governança para transformar, até 2030, a Amazônia Legal numa região competitiva, integrada e sustentável. As atividades desenvolvidas, apoiadas pelo FUNBIO, têm como base o Plano de Recuperação Verde (PRV), focado no desmatamento ilegal e na redução da emissão de CO2. A floresta em pé é o ponto chave para a geração de emprego e renda, com incorporação de tecnologias e soluções sustentáveis.

O Consórcio Amazônia Legal participa do 25º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, em Cuiabá (MT) (abaixo)



Membros do FUNBIO e do Consórcio se reuniram no *hub* montado na COP28



NDC ODS



GCF TASK FORCE

Os governadores dos nove estados da Amazônia Legal se reuniram, ao longo de 2023, para planejar ações de combate ao desmatamento e de enfrentamento às mudanças climáticas. Outros encontros também foram mobilizados com a participação de representantes estaduais, órgãos de controle, comunidades tradicionais e grupos da sociedade civil que respondem aos desafios socioambientais amazônicos. Todas essas atividades fazem parte da agenda da terceira fase da Força-tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force), iniciada em 2022.

Os encontros geraram diálogo sobre importantes temas que dizem respeito à conservação do bioma Amazônia. Entre eles estão a realização de parcerias estratégicas, o alinhamento de políticas subnacionais (referentes a uma região do país) e nacionais, o compromisso com o desenvolvimento de estratégias jurisdicionais de REDD+ (mecanismo que permite a remuneração daqueles que mantêm suas florestas em pé) e a elaboração de outras soluções financeiras.

O FUNBIO atua como mecanismo financeiro e operacional do projeto, viabilizando os encontros da força-tarefa no Brasil. O GCF Task Force é liderado por 43 governadores e 86 delegados, com apoio de um secretariado global na Universidade da Califórnia em parceria com a Universidade do Colorado, nos Estados Unidos. A colaboração, única no mundo, reúne 39 estados e províncias do Brasil, da Colômbia,

do Equador, da Indonésia, do México, da Nigéria, do Peru, da Espanha e dos Estados Unidos. O objetivo da iniciativa é dar andamento a programas de desenvolvimento rural com baixas emissões. O Secretariado da Força-Tarefa do GCF está sediado na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), juntamente com o apoio por meio de um subprêmio para a Universidade do Colorado em Boulder.

Para dar andamento às atividades da secretaria brasileira, o FUNBIO trabalha com o líder regional Carlos Aragon, responsável pela implementação da Estrutura de Resultados da Força-Tarefa do GCF no Brasil. As atividades da organização incluem o desenvolvimento de um roteiro anual para o Brasil, conforme previsto no Acordo de Doação da Força-Tarefa do GCF com a Agência Norueguesa para o Desenvolvimento Cooperação (Norad).



GCF

task force

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



ODS



AMAZÔNIA VIVA

Sustentabilidade financeira para comunidades e para a natureza. O Mecanismo de Financiamento Amazônia Viva é um projeto de *blended finance* que envolve Natura, FUNBIO e Vert Securitizadora e começou a operar em 2023, após um período de captação de recursos, com o objetivo de fortalecer as cadeias da sociobiodiversidade e seus territórios na Amazônia. Famílias e comunidades que trabalham com produtos da sociobiodiversidade são beneficiadas, por meio de um veículo de crédito (um Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA) que financia capital de giro para as safras anuais, e um Enabling Conditions Facility (ECF ou Fundo Facilitador) concebido para fazer investimentos em temas estruturantes e complementares ao CRA. O FUNBIO é o gestor operacional e financeiro do Fundo Facilitador. Uma das principais contribuições do Mecanismo Amazônia Viva é fortalecer institucional e financeiramente as cooperativas e associações da sociobiodiversidade e, por conseguinte, as famílias produtoras, que por sua vez exercem um papel central na economia da floresta em pé.



ANGELA PINHATI,
diretora de sustentabilidade da Natura &Co América Latina

O mecanismo de *blended finance* é inovador para fortalecer organizações, negócios e cadeias da sociobiodiversidade amazônica, porque promove um modelo de desenvolvimento na Amazônia que alia conservação, geração de renda e valorização do conhecimento tradicional das populações locais, os verdadeiros guardiões da floresta em pé.”

PARCEIROS



EMPRESAS

POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

RESTAURAÇÃO
FLORESTAL

AMAZÔNIA VIVA

Angela Pinhati, diretora de sustentabilidade da Natura &Co América Latina, explica a adoção do mecanismo de *blended finance*.

“É inovador para fortalecer organizações, negócios e cadeias da sociobiodiversidade amazônica porque promove um modelo de desenvolvimento na Amazônia que alia conservação, geração de renda e valorização do conhecimento tradicional das populações locais, os verdadeiros guardiões da floresta em pé”, explica.

A parceria vai beneficiar ao longo do projeto 40 cooperativas e associações agroextrativistas em 16 territórios na Amazônia. Mais de 10 mil famílias serão impactadas. Em 2023, foram 10 cooperativas contempladas e duas mil famílias envolvidas que receberam apoio na região. A fase piloto teve o aporte inicial de R\$ 6 milhões da empresa de cosméticos. Junto com os recursos da Good Energies Foundation e do Fundo Vale, o investimento totaliza R\$ 11,6 milhões para os próximos três anos.

O Amazônia Viva foi lançado em dezembro de 2023. As 10 organizações apoiadas estão localizadas em quatro estados do bioma amazônico — Pará, Amazonas, Mato Grosso e Amapá. O foco do investimento são produtos do agroextrativismo sustentável que atendem às demandas de insumos da sociobiodiversidade da Natura: murumuru, tucumã, patauá, cacau, castanha, andiroba, ucuúba e açaí.

“Mecanismos de blended finance como o Amazônia Viva têm o potencial de destravar recursos e proporcionar o acesso de produtores locais ao mercado global de produtos florestais, estimado em USD 175 bilhões. Gerar riqueza para essa população é tornar tangível o que são hoje apenas estimativas sobre o valor potencial dos recursos ecológicos da Amazônia”, diz Manoel Serrão, Superintendente de Programas do FUNBIO

Parte dos recursos (R\$ 3,2 milhões) foi destinada para um Certificado de Recebíveis do Agronegócio gerido pela VERT. O investimento, repassado às cooperativas e associações agroextrativistas da Amazônia, pode ser utilizado, principalmente, como capital de giro para safras anuais, tornando as operações mais eficientes e aumentando a produtividade.

A outra parte dos recursos corresponde a um fundo de doações não reembolsáveis, o chamado Fundo Facilitador. O mecanismo possibilita a oferta de assistência técnica de aspectos operacionais e institucionais das cadeias da sociobiodiversidade. O recurso se dedica a promover programas socioambientais que respondem a desafios estruturais nos territórios, orientados sobretudo a jovens e mulheres.

Martha de Sá, CEO da VERT, ressalta a inovação que o Amazônia Viva viabiliza.

“É um grande desafio conectar o mercado de capitais com cooperados que mal acessaram, na vida, o mercado de capitais. Um contrato de, geralmente, 20 páginas, por exemplo, tivemos que transformar em cinco”, diz ela.

Em junho, antes do lançamento oficial, o Amazônia Viva promoveu um seminário no Pará para dialogar com representantes das organizações beneficiárias. O objetivo do encontro foi colher contribuições para uma boa governança do projeto a longo prazo. A previsão é que o mecanismo seja desenvolvido no período de oito anos.

Segundo Manuela Muanis, gerente de Portfólio no FUNBIO, o projeto quer viabilizar independência para cooperativas e organizações na Amazônia, para que elas formem uma rede de fornecimento pronta para atuar no mercado consumidor brasileiro, gerando renda local aliada à conservação do bioma.



Ouriço de castanha-do-brasil, produto da sociobiodiversidade apoiado pelo projeto



MARTHA DE SÁ,
cofundadora da VERT

O mecanismo foi uma inovação financeira a muitas mãos, com muita dedicação. A forma como foi pensado empodera as cooperativas na Amazônia, para que tenham acesso a novas linhas e se tornem cada vez mais competitivas e sustentáveis. Sabemos que é só o começo e esperamos que o mecanismo sirva de inspiração para o mercado.”

ODS



POP ICMBio

Mais de 350 horas de voo de helicóptero foram contratadas, em 2023, para proteger as Unidades de Conservação (UCs) federais que ficam no entorno do trecho da BR-163 que percorre o estado do Pará. O investimento foi a primeira execução do programa Aprimorando Estratégias de Monitoramento e Ações para Redução do Desmatamento e das Queimadas em Unidades de Conservação Federais na Amazônia (POP ICMBio).

A iniciativa teve início em julho de 2023, quando foi celebrado o acordo com a Protecting Our Planet Challenge — maior fundo privado no planeta para conservação da biodiversidade. O objetivo do POP ICMBio é fortalecer a presença institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) numa região da Amazônia que compreende 12 UCs federais de difícil acesso e de alta incidência de crimes ambientais, como garimpo ilegal e roubo de madeira. Cerca de 70% de todo o desmatamento em UCs na Amazônia está concentrados nessa área.



O POP ICMBio tem um investimento total de USD 3 milhões e vai até 2025. Os financiadores são Re:wild e Fundação Gordon & Betty Moore. A gestão financeira e operacional é do FUNBIO. O projeto tem como premissa estruturar uma sala de situação em Brasília, na sede do ICMBio, onde será feito um monitoramento rigoroso dos crimes cometidos nas unidades protegidas. A partir do alerta, será possível dar respostas imediatas aos crimes ambientais.

Com helicópteros, veículos, acesso à internet facilitado e equipamentos adquiridos pelo projeto, os agentes do ICMBio e forças policiais conseguem chegar mais rapidamente a regiões de difícil acesso e desmontar, por exemplo, estruturas de garimpo. Além de providenciar as horas de sobrevoo, o POP ICMBio comprou 10 caminhonetes para deslocamento dos agentes públicos. O projeto prevê, ainda, a contratação de monitoramento por satélite e drones.

Entre as áreas protegidas estão quatro UCs na Unidade Especial Avançada (UNA) de Itaituba. Mesmo com o instrumento institucional de conservação, a região é alvo constante de mineração ilegal.

“As unidades próximas à BR-163 no Pará vivem uma realidade profunda e complexa. É a maior pressão vivida em UCs na Amazônia. Com o POP ICMBio, teremos um forte mecanismo para intensificar a resposta a esses crimes”, pontua Fábio Ribeiro, gerente do projeto no FUNBIO.





POP SÍTIOS RAMSAR

Os manguezais têm importância ambiental e social. São fundamentais para o enfrentamento das mudanças climáticas e também são fonte de recursos que sustentam atividades econômicas e o bem-estar das comunidades que vivem em seu entorno. Cerca de 70% dos manguezais brasileiros estão no bioma Amazônia e o projeto POP Sítios Ramsar – Manguezais Amazônicos estabelece um sistema de governança social para os manguezais e seus Ramsar por meio do engajamento de instituições locais e comunidades tradicionais, particularmente pescadores artesanais locais. A boa governança é a chave para evitar a pressão da exploração insustentável e desenvolver implementação efetiva de uma estratégia de conservação para a costa amazônica. Isso está completamente alinhado com a Meta 3 do Quadro Global de Biodiversidade (2020-2030) da Convenção sobre Diversidade Biológica e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Com prazo de execução de dois anos e recursos doados pela Bloomberg Philanthropies e Re:wild, tem o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) como principais parceiros executores. O FUNBIO é o gestor financeiro e operacional do projeto.

Ao todo, estão contempladas 23 Unidades de Conservação federais e estaduais (AM, AP e MA). Nesse projeto, o ICMBio será responsável por desenvolver um plano de comunicação, uma estratégia para coordenar *stakeholders* com foco no sistema de governança e um programa de capacitação baseado em experiências institucionais anteriores e adaptado para o projeto. O ICMBio organizará reuniões e treinamentos, proporá e distribuirá material de comunicação, coletará *feedback* e sistematizará lições aprendidas para melhorar a governança social em áreas protegidas e locais de Ramsar.

O Brasil possui na lista da Ramsar 27 sítios espalhadas pelo país. Essas áreas têm reconhecimento internacional como fundamentais para a conservação e o uso sustentável de áreas úmidas.

POP Sítios Ramsar – Manguezais Amazônicos é a fase 2 do projeto Manguezais Amazônicos, encerrado em 2019, uma iniciativa do FUNBIO em parceria com o ICMBio, executada com recursos da Embaixada da Noruega.



ODS



POP CLUA IBAMA

Órgão ambiental federal criado em 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) enfrenta desafios para cumprir sua missão de executar as políticas nacionais ligadas ao licenciamento ambiental, à fiscalização do uso sustentável dos recursos naturais e o monitoramento e controle da qualidade ambiental. Hoje o quadro reduzido de funcionários — dos quase seis mil cargos, apenas 2.900 estão preenchidos — é uma das maiores dificuldades.

O projeto POP CLUA IBAMA viabilizou a contratação de uma consultoria para realizar um diagnóstico que vai contribuir para a elaboração do planejamento estratégico do órgão ambiental federal. Esse documento vai definir objetivos e metas alinhados ao escopo das atividades exercidas pelo Ibama para os próximos quatro anos. Esses objetivos buscam a eficiência operacional e o crescimento da organização.

O FUNBIO é o gestor operacional e financeiro desse projeto, que tem como doadores CLUA e Gordon & Betty Moore Foundation.

- 
- AMAZÔNIA
 - CAATINGA
 - CERRADO
 - COSTEIRO-MARINHO
 - MATA ATLÂNTICA
 - PAMPA
 - PANTANAL

BIOMAS E ECOSISTEMA



ODS



CITINOVA II

Cidades sustentáveis no presente e no futuro são o foco de um novo projeto assinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo FUNBIO em março de 2023. O CITInova II — Promoção do planejamento metropolitano integrado e de investimentos em tecnologia urbana inovadora no Brasil — é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI) para acelerar o desenvolvimento sustentável em regiões metropolitanas brasileiras, com menos emissões de gases de efeito estufa e prioridade para a conservação da biodiversidade.

- AMAZÔNIA
- CERRADO
- COSTEIRO-MARINHO
- MATA ATLÂNTICA

BIOMAS E ECOSISTEMA

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



CITINOVA II

O CITInova II é financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), que reúne recursos doados pelos países signatários da convenção e faz repasses a partir de uma agenda programática de proteção aos ecossistemas em todo o planeta. O PNUMA assume o papel de agência implementadora desse investimento. Os projetos, ainda em fase de planejamento, serão executados numa parceria entre FUNBIO e MCTI, que são as agências coexecutoras.

Três concentrações urbanas de médio porte são alvo das ações do CITInova: a região metropolitana de Belém (PA), a região metropolitana de Florianópolis (SC) e a Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina (que abrange municípios do Piauí e do Maranhão). A iniciativa vem na esteira da primeira fase do CITInova, que viabilizou a criação de projetos modelo em Brasília (DF) e no Recife (PE).

Segundo Fernanda Marques, gerente de Portfólio de Doações no FUNBIO, essas três regiões são

representativas das cidades brasileiras, por serem de médio porte e enfrentarem um crescimento urbano significativo, requerendo soluções inovadoras para enfrentar os desafios que isso impõe.

O projeto se divide em quatro componentes de atuação. O primeiro se propõe a fortalecer a ação conjunta dos municípios de cada região apoiada, com a criação de arranjos governamentais para o enfrentamento de desafios comuns. O segundo visa a implementar projetos piloto que demonstrem a outras cidades brasileiras a viabilidade social, econômica e ambiental de soluções urbanas sustentáveis integradas. Já o terceiro componente de atuação busca facilitar parcerias com instituições financeiras com experiência em investimentos em âmbito municipal. Por último, o quarto eixo dará sequência à elaboração de um sistema de conhecimento de desenvolvimento urbano sustentável em nível nacional.

Visita técnica da equipe do projeto à Flona Palmares, na região metropolitana de Teresina (PI)



Projeto CITInova foi apresentado aos gestores dos municípios de Belém, Florianópolis e Teresina



PRIMEIROS PASSOS

Em novembro, o CITInova II promoveu, em parceria com o UrbanShift (iniciativa que congrega, globalmente, projetos focados em cidades), o primeiro Diálogo Nacional para o Brasil. A reunião foi um espaço para debates sobre soluções inovadoras para a integração urbano-ambiental. A partir desse encontro, foi realizado, também em Florianópolis, o laboratório UrbanShift Lab, de planejamento metropolitano e ação climática. O evento reuniu 60

participantes dos três pontos alvo do CITInova II, além de representantes do governo federal, do estado de Santa Catarina e do próprio município sede.

Em novembro, a equipe do projeto viajou para as regiões de Teresina e de Belém. Os técnicos estiveram em campo para dialogar com organizações locais parceiras, a fim de refinar o planejamento a ser implementado.

PROJETOS COM RECURSOS DE

OBRIGAÇÕES LEGAIS

93 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

95 PESQUISA MARINHA
E PESQUEIRA

97 APOIO A UCs

 99 BIODIVERSIDADE RIO DOCE

101 BIODIVERSIDADE LITORAL
DO PARANÁ

103 TAC ALSUB

105 TAC CORAL-SOL

107 TCSA PORTO SUL



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O projeto Educação Ambiental selecionou 12 iniciativas de instituições locais de comunidades pesqueiras dedicadas à estruturação de cadeias produtivas da pesca artesanal e negócios de impacto social no litoral do estado do Rio de Janeiro — na capital, em Niterói, em Cabo Frio e na região da Costa Verde. A chamada de projetos foi aberta exclusivamente para instituições que foram apoiadas pelo projeto em oportunidades anteriores.



PAULO CORDEIRO,
presidente da Lagos em Ação

O projeto está transformando não só a nossa comunidade, mas motivando outras famílias a serem também maricultoras.”



ABRAÃO NEY DE SOUZA,
presidente da Colônia Z-22 de Rio das Ostras, sobre a nova sede

É um divisor de águas. Não consigo nem descrever em palavras o tamanho da importância desse projeto, a magnitude que ele tem e o impacto que vai causar no dia a dia da nossa comunidade.”



1

CHAMADA
DE PROJETOS



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Antes da seleção, 22 instituições de comunidades pesqueiras participaram de uma ação inédita: as oficinas Gestão colaborativa e mediação de conflitos e Gestão financeira e plano de negócios, além de mentoria para elaboração das propostas. O objetivo foi ajudá-las a desenvolver estratégias financeiras, colaborativas e de mediação de conflitos para que, no longo prazo, alcancem autonomia e condições de manter suas organizações estruturadas de forma autossustentável. Foram cinco semanas de encontros presenciais e *on-line* nas cidades de Paraty, Rio de Janeiro, Niterói e Cabo Frio. Ao final do processo, a maioria das instituições participantes apresentou propostas para concorrer à chamada de projetos.

“Os encontros foram muito construtivos. Nosso grupo jamais teve a oportunidade de absorver técnicas de organização, de convivência e raciocínio. Sempre fizemos tudo na intuição”, diz Luciana Passos Rafael, presidente da Associação Bonecas Negras, que reúne mais de 20 mulheres costureiras, artesãs e quilombolas na Armação dos Búzios.

CICLO DE APOIO CUMPRIDO

Em setembro, o Educação Ambiental encerrou o ciclo de apoio a 12 iniciativas construídas e concretizadas por comunidades pesqueiras. Do município do Rio de Janeiro ao Norte Fluminense, os projetos apresentam uma ampla diversidade territorial, de objetivos e de ações.

Uma das organizações beneficiadas, a Colônia dos Pescadores Z-13, em Copacabana, na capital fluminense, sofre pressões para deixar a localidade que fica em área nobre da cidade do Rio de Janeiro. Eles conseguiram se manter no território por meio de uma condicionante que os proíbe de crescer em número de associados e de embarcações. Mas ainda assim, com a ajuda do projeto Educação Ambiental, elaboraram a iniciativa Formação de Jovens para a Pesca. Todos os sábados, por seis meses, 18 meninos e meninas compareceram às atividades de formação com os antigos pescadores e com professores de instituições parceiras — como o Museu Nacional e a Marinha do Brasil.

“Nós estamos envelhecendo e precisamos dos mais novos para continuar nossa história”, pontua o pescador José Manoel Pereira Rebouças, presidente da Colônia.

Pescadores da Colônia Z-13 dão aulas para formar jovens para o ofício da pesca



REUNIÃO NA SEDE DO FUNBIO

Representantes de outras iniciativas apoiadas pelo projeto Educação Ambiental, voltadas para o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) e da Construção Naval Artesanal, se reuniram, em dezembro, na sede do FUNBIO. Foram apresentados o desenvolvimento das iniciativas e os resultados preliminares dos projetos,

além de promoverem a integração entre as equipes das iniciativas contempladas com recursos do projeto Educação Ambiental. O primeiro dia de encontro reuniu na mesma sala representantes de sete ações ligadas ao TBC. E no segundo dia foi a vez de cinco iniciativas que atuam no apoio da Construção Naval Artesanal.



Iniciativas apoiadas pelo projeto se reuniram na sede da RESEX do Arraial do Cabo, em novembro



Educação
Ambiental
Rio de Janeiro

MPF
Ministério Público Federal



ANP
Associação Nacional de História e Arqueologia

PRIO

FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

ODS



PROJETO DE APOIO À PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

Novas oportunidades para a maricultura — o cultivo de organismos vivos no mar — estão a caminho no estado do Rio de Janeiro. O projeto Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira começou a apoiar, em junho de 2023, seis iniciativas de fomento à atividade em diferentes pontos: quatro na Ilha Grande, na região da Costa Verde, uma em Niterói, região metropolitana, e uma em Arraial do Cabo, na região dos Lagos.



1
CHAMADA
DE PROJETOS

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

As atividades contam com o apoio técnico da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ). O órgão público também recebeu recursos do Pesquisa Marinha e Pesqueira e celebrou, em 2022, um acordo de cooperação técnica com o FUNBIO. As ações de maricultura em andamento vão fomentar a regulação do setor, a diversificação das espécies cultivadas, o desenvolvimento de novas tecnologias e o monitoramento contínuo da qualidade ambiental e do pescado. Espera-se que o cultivo de moluscos bivalves — organismos com duas conchas complementares — seja retomado e fortalecido no estado.

O setor tem se beneficiado significativamente com a modernização da FIPERJ, graças à parceria com o FUNBIO. Uma das ações principais foi a revitalização da estação experimental de Guaratiba, para estudos voltados à maricultura. Outras ações incluem a pesquisa científica para identificação das possíveis causas da mortandade em cultivos de vieira — um molusco bivalve — na Baía da Ilha Grande. Este é, atualmente, o maior problema da maricultura no estado.

“Com o apoio, fizemos a aquisição de embarcação, equipamentos de análise de água, contratação de serviços, ou seja, um fortalecimento institucional de maneira geral. Conforme nos estruturamos, conseguimos beneficiar mais o setor”, afirmou Felipe Landuci, que coordena o subprojeto de cooperação técnica pela FIPERJ.

RENATA STOPIGLIA,
pesquisadora e coordenadora de Taxidermia
no Museu Nacional

O apoio do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira possibilitou o resgate obrigatório não só do laboratório de taxidermia, mas também da equipe. De pouco valorizados, os profissionais passaram a ter uma importância única.”

REDES DE TRABALHO

Tecer redes de trabalho e unir esforços. Assim, representantes de seis iniciativas apoiadas pela chamada Manguezais do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira se reuniram, em maio, para o 2º Seminário do Projeto Pesquisa Marinha, na sede do FUNBIO, no Rio de Janeiro. O encontro representou um intercâmbio de saberes sobre o uso sustentável dos manguezais do estado do Rio de Janeiro. Foi, também, uma oportunidade de criação de uma rede de trabalho para as 30 pessoas presentes, entre pesquisadores, lideranças da pesca artesanal e gestores de Unidades de Conservação em áreas de manguezais.

“O seminário possibilitou novas parcerias para trocas de metodologias e experiências sobre o tema do Plano de Ação Nacional para manguezais e sobre a realidade socioambiental fluminense”, opinou a geógrafa Catia Antonia da Silva, coordenadora da iniciativa Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba.

OBRAS NO MUSEU NACIONAL

Um espaço dedicado à ciência de volta à vida. O Pesquisa Marinha e Pesqueira iniciou, em 2023, a construção do laboratório de taxidermia no Museu Nacional, que fica na Quinta da Boa Vista, Zona Norte do Rio de Janeiro. O ambiente sairá de um espaço discreto e pouco acessível e ganhará uma área nobre, de 500 m² e dois andares. Em vez de uma pequena sala, serão vários espaços dedicados à técnica de processamento de animais marinhos, que farão parte do novo acervo do museu. O projeto também comprou uma câmara fria para armazenar animais de grande porte antes do processamento. E quando estiver concluída a reforma do Museu Nacional, que sofreu um incêndio em 2018, será possível expor esse acervo de grandes animais, suspensos por guindaste, esses mesmos trabalhos e estudados no novo laboratório de taxidermia.

O componente do Pesquisa Marinha e Pesqueira dedicado ao apoio e à reconstrução do acervo de animais marinhos do Museu Nacional foi criado em 2022. Diante desse objetivo, surgiu a demanda por um novo laboratório. O antigo espaço não tinha sido afetado pelo incêndio de 2018. No entanto, a destruição do acervo gerou uma forte demanda por peças de taxidermia para garantir alguns exemplares para as exposições do espaço, que tem previsão de abertura em abril de 2026.



Em maio um evento na sede da PRIO, no Rio de Janeiro, celebrou o lançamento do site tacfrade.org.br

A página virtual reúne informações, fotos, dados e notícias das mais de 80 iniciativas apoiadas pelos projetos Pesquisa Marinha e Pesqueira, Educação Ambiental, Apoio a UCs e pelo já encerrado Conservação da Toninha



BIOGÁS PARA COMUNIDADES

Às margens da Baía de Guanabara, os recursos chegaram a uma parte do cartão-postal do estado do Rio de Janeiro ainda pouco conhecida do grande público. Na maior área de remanescentes de manguezais da baía, o Quilombo do Feital, em Magé (RJ), foi inaugurado, em setembro, um biodigestor construído pela própria comunidade, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim. A ação foi uma entrega do subprojeto Guanamangue, da chamada Manguezais, mas foi feita a muitas mãos, inclusive de iniciativas apoiadas pelo projeto Educação Ambiental. A construção, além de auxiliar

no saneamento do território, ainda produz um biogás que pode ser usado numa cozinha comunitária e também nas casas dos moradores da região.

“A intenção inicial era promover um curso para capacitar a comunidade na instalação de biodigestores. Mas a instalação foi transformada em uma videoaula, que produzimos para ampliar o potencial de outras comunidades na construção de seus próprios biodigestores.”, conta Ricardo Farias, coordenador da Guanamangue.

NDC ODS



CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS COSTEIRAS E ESTUARINAS
DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO



APOIO A UCs

Após quase 30 anos de existência instalada em bases temporárias, a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Arraial do Cabo ganhou uma sede própria. As chaves do imóvel foram entregues em uma celebração em novembro. A aquisição foi possível graças aos investimentos do projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Apoio a UCs).



EM PAUTA

22/11/2023
O GLOBO – ANCELMO GOIS
Reserva Extrativista
Marinha de Arraial do Cabo
ganha sede própria após
30 anos

22/11/2023
O DIA
Única reserva extrativista
marinha federal do Estado
ganha sede após quase
30 anos

03/12/2023
INTERTV/RURAL
Reserva Marinha em Arraial
do Cabo ganha novo
espaço

9

UCs
APOIADAS

9

PROJETOS
APOIADOS

233

MIL
HECTARES

PARCEIROS



GOVERNO

POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSCRIAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO
DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO

APOIO A UCs

“Acredito que a sede vai definitivamente mudar a história da RESEX. Trabalharemos para que este espaço seja o mais participativo, pedagógico e inclusivo que a gente possa ter aqui na nossa Unidade de Conservação”, diz o gestor chefe da RESEX pelo ICMBio, Leandro do Nascimento Goulart.

A nova sede, com 575 m², ainda vai passar por uma reforma e só deve ser oficialmente inaugurada no segundo semestre de 2024. No entanto, já cumpre uma agenda. Um encontro reuniu integrantes de 15 iniciativas atuantes no território, que fazem parte dos projetos Educação Ambiental e Pesquisa Marinha e Pesqueira — ambos no âmbito do TAC Frade. Um dia depois, cientistas que atuam na área da Unidade se reuniram no espaço para apresentação dos resultados das pesquisas.

“Unir a classe pesqueira é sempre importante. Conseguimos conhecer os projetos uns dos outros e perceber que temos vários anseios em comum. Também ficou claro como as comunidades têm toda a capacidade e a responsabilidade para tocar seus próprios projetos”, comentou o coordenador da iniciativa Nosso peixe, nosso suor, nosso preço, Evanildo Azeredo Sena.

Outro espaço, a ser erguido com recursos do Apoio a UCs, está a caminho. No final de 2023 foi concluído o projeto executivo de implementação do Espaço Manguezal, no município de Guapimirim. O novo

local será construído no mesmo terreno onde está a sede administrativa da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim e a Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, pertencentes ao Núcleo de Gestão Integrada da Guanabara (NGI Guanabara). O anexo terá potencial de receber escolas para atividades de educação ambiental, exposições e outras ações dedicadas a visitantes.

Ao longo de 2023, o Apoio a UCs realizou, ainda, a reforma da sede do Monumento Natural (MONA) das Ilhas Cagarras — importante área de refúgio e reprodução de aves marinhas, visível da Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro. O espaço reformado, localizado no Parque Lage, no Jardim Botânico, foi criado em 2010 com o objetivo de abrigar a parte administrativa da UC, gerida pelo ICMBio. E a entrega está prevista para o início de 2024.

Para incrementar o uso público do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, em Macaé (RJ), no mês de julho o programa concluiu mais um projeto executivo, essencial para viabilizar a construção de uma trilha acessível e interativa. Essa trilha será instalada sobre a restinga e passará pelas principais áreas de visitação do parque. A unidade tem uma extensão de 44 km de praias e 18 lagoas e, segundo o ICMBio, é uma das mais estudadas do país. A nova trilha também ajudará pesquisadores em seus trabalhos e monitoramentos dessa área do bioma Mata Atlântica.

O projeto apoia comunidades indígenas e caiçaras de Paraty (RJ)



CONHECIMENTO PARA UM TURISMO SUSTENTÁVEL

Em Paraty, as comunidades tradicionais que vivem na Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu foram beneficiadas com ações do Projeto Apoio a UCs e conseguiram produzir, em 2023, um caderno em que sistematizam anos de experiência com o Turismo de Base Comunitário na região.

O novo material, que pontua as diretrizes para o uso sustentável da unidade, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), é resultado de intercâmbios e partilhas promovidos entre caiçaras, indígenas e quilombolas

que vivem no território — e que fazem dessa atividade uma fonte de renda e um modo de vida. Não é à toa que, alguns anos atrás, o ordenamento do turismo e o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) passaram a figurar como uma das quatro prioridades no plano de manejo da APA Cairuçu.

“A ideia é manter o fomento ao TBC, seja com infraestrutura, capacitação de pessoas, fortalecimento das organizações e associações. Vamos seguir dando condições para que as comunidades continuem

protagonizando esse processo” afirma Carlos Felipe de Andrade Abirached, ex-coordenador de Gestão Socioambiental do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio em Paraty.

O projeto Apoio a UCs atende nove Unidades de Conservação federais do litoral do Rio de Janeiro e do litoral norte de São Paulo. Os recursos são destinados à aquisição de bens e serviços como consultoria, obras, mobiliário, manutenção de equipamentos, embarcações, combustível e outros itens essenciais à logística da fiscalização em campo.



Inauguração da sede da RESEX do Arraial do Cabo, em novembro



LEANDRO DO NASCIMENTO GOULART,
gestor chefe da RESEX de Arraial do Cabo

A sede vai definitivamente mudar a história da RESEX de Arraial do Cabo. Trabalharemos para que este espaço seja o mais participativo, pedagógico e inclusivo que a gente possa ter aqui na nossa Unidade de Conservação.”



Conservação & Uso Sustentável

MPF
Ministério Público Federal



ANP
Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

PRIO

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
FUNBIO



BIODIVERSIDADE RIO DOCE

O projeto Biodiversidade Rio Doce teve início logo em janeiro. A parceria entre o FUNBIO e a Fundação Renova vai produzir conhecimento sobre espécies-alvo da bacia do Rio Doce (MG), descritas nos Planos de Ação para Conservação da Biodiversidade Terrestre e Aquática da Bacia do Rio Doce. O apoio à pesquisa científica é um meio efetivo para recuperar e conservar a biodiversidade na região, atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, em 2015. Já no primeiro ano, a iniciativa deu passos significativos. Três chamadas de projetos foram abertas para seleção de subprojetos com foco em pesquisa científica e, até o fim de 2023, 12 propostas foram contratadas.

**3**CHAMADAS
DE PROJETOS

BIODIVERSIDADE RIO DOCE

O Biodiversidade Rio Doce vai atuar em quatro frentes de trabalho. A primeira e a segunda, já com subprojetos em andamento, atendem à conservação de espécies-alvo na bacia do Rio Doce, sendo uma focada em biodiversidade terrestre e outra na biodiversidade aquática. A terceira, cuja seleção de iniciativas foi iniciada em 2023, com previsão de contratações para 2024, diz respeito à conservação *ex situ* de espécies-alvo. Trata-se de uma estratégia de conservação realizada fora do hábitat natural, em espaços como viveiros, criadouros, jardins botânicos ou zoológicos. Lá, são analisadas as espécies ou pequenas partes delas, como sementes, propágulos (estruturas que se desprendem das plantas para fins de reprodução) ou outros recursos genéticos.

A outra frente, que será implementada no futuro, corresponde à reintrodução de espécies ameaçadas de extinção ou extintas na área do Rio Doce.

Vista aérea do Parque Estadual do Rio Doce (MG)



CHAMADAS DE PROJETOS ABERTAS EM 2023

O primeiro edital, lançado em maio, foi dedicado a projetos de apoio à conservação de espécies-alvo da biodiversidade terrestre. As propostas deveriam identificar quais delas seriam foco de ações de recuperação e conservação. Elas se enquadram nos seguintes grupos temáticos: flora, invertebrados, herpetofauna (anfíbios e répteis), aves ou mastofauna (mamíferos). Foram selecionadas dez propostas, das quais nove foram iniciadas em 2023 — cada uma delas podia solicitar até R\$ 900 mil, a serem aplicados num prazo de execução de até 36 meses.

Lançado em junho, o edital de apoio às espécies-alvo da fauna aquática contemplou três subprojetos. Eles deveriam apresentar soluções para a conservação de peixes, crustáceos ou insetos aquáticos (os que vivem na lâmina d'água, como algumas libélulas). Para a execução, com prazo máximo de 24 meses, cada proponente poderia solicitar até R\$ 835 mil.

O terceiro edital lançado em 2023, de apoio a projetos de conservação *ex situ*, veio a público em setembro. A expectativa é que seis subprojetos sejam selecionados e que cada um

deles tenha acesso a uma verba de até R\$ 600 mil, com prazo de execução de até 24 meses. A chamada contempla 150 espécies-alvo da flora, 19 da herpetofauna, 95 da avifauna (aves), 61 da mastofauna (mamíferos).

Coordenadores das 12 instituições de pesquisa selecionadas e contratadas a partir das chamadas já receberam treinamento do FUNBIO e participaram de rodadas de apresentação, em novembro.

Estima-se que o tempo de implementação do Biodiversidade

Rio Doce seja de cinco anos. O investimento é feito pela Fundação Renova e será destinado ao trabalho de instituições sem fins lucrativos ligadas à pesquisa. Os estudos que serão produzidos estão de acordo com o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta — um acordo assinado em 2016, entre União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda., que tem por objetivo dar concretude a ações de reparação, mitigação, compensação e indenização.



Biodiversidade
RIO DOCE





BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ

Após uma jornada de preparação — com a formação de um conselho gestor e a elaboração do Plano Estratégico de Longo Prazo (PELP) —, o Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná lançou quatro editais ao longo de 2023. As convocatórias foram destinadas a instituições públicas e entidades do setor privado diretamente envolvidas com a conservação da biodiversidade no litoral do Paraná. A região, de alta complexidade ambiental, social e econômica, está conectada à maior área contínua de remanescentes da Mata Atlântica.



• COSTEIRO-MARINHO
• MATA ATLÂNTICA

BIOMAS E ECOSISTEMA

2

CHAMADAS
DE PROJETOS

2

MANIFESTAÇÕES
DE INTERESSE



BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ

Duas chamadas de projetos voltadas para o setor privado: uma para a consolidação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e a outra para projetos capitaneados por organizações da sociedade civil. As outras duas convocatórias de 2023 se voltaram diretamente a instituições públicas — secretarias municipais de meio ambiente e Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipais.

O principal objetivo do programa é subsidiar projetos ambientais e socioambientais que atendam comunidades tradicionais, Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais) e RPPNs. Todas as ações financiadas com recursos do Biodiversidade Litoral do Paraná seguem à risca o PELP. O documento é organizado em diferentes linhas temáticas, que abrangem a gestão socioambiental, o fortalecimento de cadeias produtivas, a capacitação em biodiversidade, entre outros pontos.

“O Plano Estratégico de Longo Prazo é fundamental para dar norte à alocação de recursos e para tornar todos os processos inquestionáveis. Seguimos rigorosamente o plano, que é um documento que teve seis meses de elaboração”, explica Daniela Leite, gerente do Biodiversidade Litoral do Paraná no FUNBIO.

CHAMADAS DE PROJETOS

A chamada de apoio às RPPNs divulgou, em agosto, a aprovação de uma proposta. A instituição proponente receberá um investimento de R\$ 250 mil para atividades de fortalecimento da gestão das reservas, com a elaboração (ou a atualização) de planos de manejo. Já a chamada voltada para as organizações de sociedade civil, lançada em novembro, buscou projetos que atendessem a quatro linhas temáticas do Biodiversidade Litoral do Paraná: gestão socioambiental, manejo e conservação de espécies e ecossistemas, uso sustentável e comunicação e formação. O prazo de execução é de 24 meses e o investimento total previsto é de R\$ 2,3 milhões.

APOIO A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

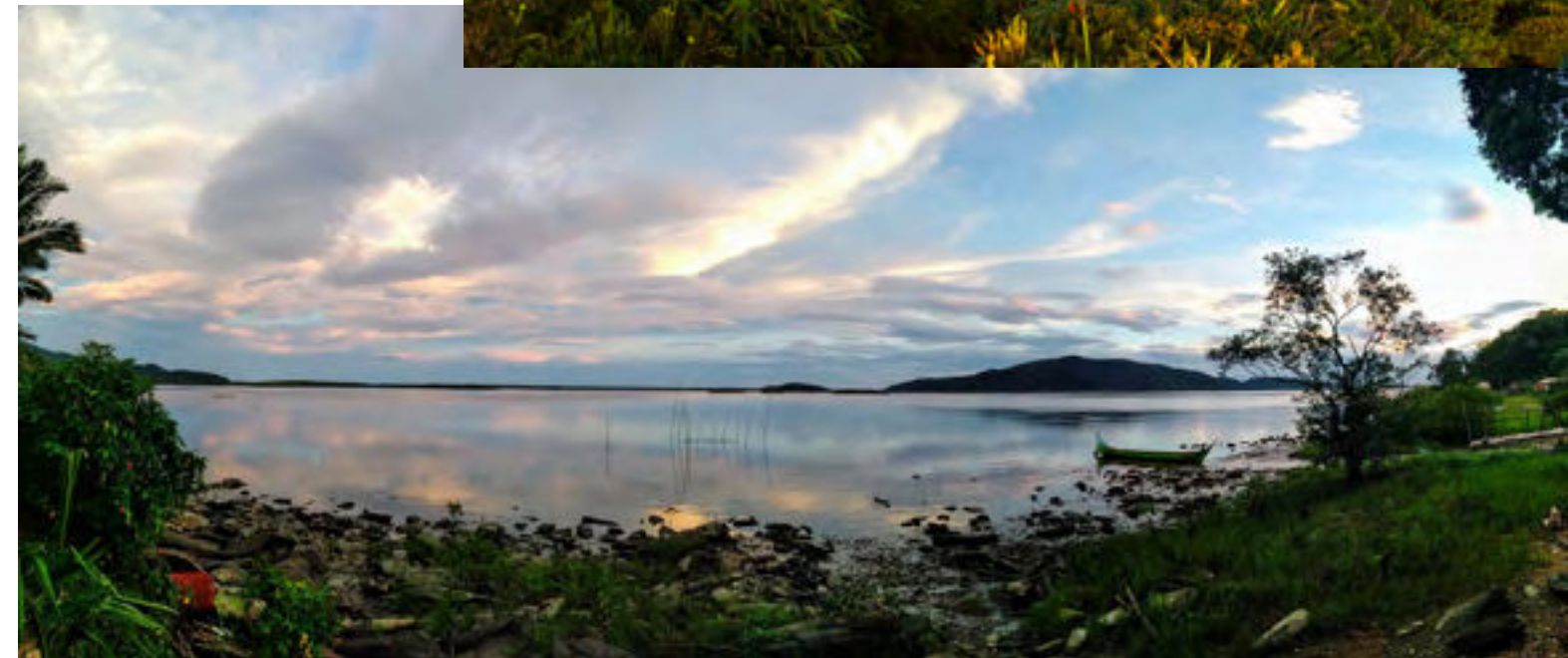
Foram selecionados nove projetos na chamada voltada para as UCs estaduais e municipais. Os proponentes deviam apresentar contribuições para a melhoria da gestão das unidades, em diversas etapas do trabalho: da estruturação e consolidação das unidades à articulação institucional. O recurso total a ser desembolsado é de R\$ 1,67 milhão. Já na convocatória às secretarias municipais de ambiente, o programa selecionou a proposição feita pela prefeitura de Guaratuba. O investimento na pasta ambiental será de R\$ 100 mil, para a compra de bens e apoio à estruturação e implementação de Planos de Fiscalização Ambiental no prazo de dois anos.

Além das duas chamadas voltadas a instituições públicas, o programa deu encaminhamento ao apoio direto ao Batalhão de Polícia Ambiental e ao Ibama. Após a assinatura dos acordos de cooperação (instrumento jurídico que especifica as contratações e compras), cada uma das instituições receberá um recurso de R\$ 1 milhão.

As UCs federais no território, geridas pelo ICMBio, também recebem recursos do Biodiversidade Litoral do Paraná. Em 2023, foram investidos R\$ 3 milhões para a estruturação institucional das unidades: Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, Parque Nacional do Superagui, Parque Nacional Guaricana e Reserva Biológica Bom Jesus.

O programa Biodiversidade Litoral do Paraná foi criado a partir de um Termo de Acordo Judicial (TAJ) firmado em 2012 entre Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, os ministérios públicos estadual e federal do Paraná, o estado do Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Na origem do acordo está o vazamento de mais de 52 mil litros de óleo diesel na região.

Torre de Prata, no Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais (PR)



ODS



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ALMOXARIFADOS SUBMARINOS

TAC ALSUB

Os recursos do projeto TAC Almojarifados Submarinos (TAC ALSUB) foram destinados a quatro Unidades de Conservação (UCs) federais na costa fluminense. Essas áreas protegidas se somam às 10 UCs estaduais que já em 2022 recebiam aportes da iniciativa. O investimento possibilitou a doação de barcos, reboques, computadores e drones, entre diversos outros bens que auxiliam na fiscalização e no monitoramento das áreas protegidas.



1
CHAMADA
DE PROJETOS

14
UCs

10
ESTADUAIS (RJ)

4
FEDERAIS

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



TAC ALSUB

A melhoria da gestão das unidades também foi o diferencial do projeto. Na Estação Ecológica de Tamoios, UC federal em Paraty, foi contratada a revisão do plano de manejo. O documento é o principal instrumento de uma área protegida. Já para o Parque Estadual da Lagoa do Açu, em São João da Barra, um estudo sobre os sistemas hidrológicos foi contratado para contribuir com as ações de conservação realizadas na unidade.

Os recursos do TAC ALSUB são direcionados para três componentes: fortalecimento das Unidades de Conservação (UCs) no estado do Rio de Janeiro; melhoria da qualidade de vida de comunidades pesqueiras e promoção da pesca sustentável; e apoio às pesquisas científicas voltadas para a conservação da biodiversidade e a poluição marinha.

Para fortalecer o componente correspondente à qualidade de vida de comunidades pesqueiras, o TAC ALSUB selecionou seis instituições que se inscreveram numa Manifestação de Interesse realizada em 2022. Cinco delas terminaram seus subprojetos até dezembro de 2023 e a sexta ainda está com seu subprojeto em andamento. A chegada de recursos do projeto beneficiou a Associação de Moradores e Pescadores da Ilha de Jaguanum (AMPIJ) com a compra de um barco. A sede da Associação de Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (ASSOPESCA), na Praia do Sahy, em Mangaratiba, foi totalmente reformada e equipada. Com projetores, computadores, impressoras, mesas e cadeiras, a instituição foi capaz de promover aulas de informática para moradores do entorno, além de ser uma referência para outras associações menores da região.

Com base na avaliação dos resultados, o conselho gestor do TAC ALSUB aprovou a segunda fase do projeto para que as mesmas instituições possam apresentar novas propostas.

Para o terceiro e último componente, de enfrentamento à poluição marinha, o TAC ALSUB selecionou cinco propostas de pesquisas científicas, iniciadas em janeiro de 2023, comandadas por organizações não governamentais e organizações ligadas a universidades. Os subprojetos das instituições apoiadas envolvem a avaliação do impacto dos resíduos sólidos no oceano. O Orla

Sede reformada da Associação de Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (ASSOPESCA) (RJ)



Equipe do FUNBIO em visita a Itacuruçá: monitoramento do subprojeto Construindo o Futuro, da Associação de Pescadores e Moradores da Ilha de Jaguanum (AMPIJ) (RJ)

sem Lixo, por exemplo, busca desenvolver uma solução integrada de gestão do lixo flutuante no mar, o que inclui testar barreiras e unidades de coleta que visam a evitar a presença do lixo nas faixas costeiras. Já o Instituto Mar Adentro tem o objetivo de diagnosticar a contaminação por microplástico nas águas e sedimentos no entorno de uma UC, o Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, que pode ser visto das areias da Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro.

Ainda no terceiro componente, em 2022 foi fundada a Rede Oceano Limpo (**ver p.61**), que promoveu dois *workshops* ao longo de 2023. Durante o 1º Congresso Internacional de Resíduos Sólidos, realizado em novembro, em Búzios, foi formalizado um grupo de trabalho com integrantes dos órgãos ambientais do estado do Rio de Janeiro. Alexander Turra, coordenador da Rede Oceano Limpo, explica a importância desse grupo para ações no ecossistema Costeiro Marinho, no estado:

“Essa discussão passou por uma internalização no âmbito do governo do estado do Rio de Janeiro que levou a uma sequência de interações, resultando na estruturação e no lançamento da estratégia estadual de combate ao lixo no mar”, explica ele.

Laura Petroni reforça a importância da atuação em conjunto para que o projeto continue, depois que o apoio do TAC ALSUB terminar.

“Para promover o enfrentamento à poluição marinha, precisamos de diretrizes sólidas que sejam construídas com o apoio de gestores públicos, cientistas, organizações comunitárias e a sociedade civil em geral. Nossa contratação acabará, mas a ideia é que a rede se perpetue e seja internalizada na agenda política”, avalia

O TAC ALSUB é executado com recursos do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e a Petrobras, com a interveniência do FUNBIO, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.30.001.000486/2019-08.





TAC CORAL-SOL

Três processos seletivos foram abertos pelo FUNBIO ao longo de 2023, com o apoio do Comitê Técnico-científico do TAC Coral-Sol. A iniciativa se debruça sobre a proliferação de espécies de coral-sol, que pode ser uma ameaça aos ecossistemas. A primeira seleção fez um diagnóstico de comunidades incrustantes (de organismos que vivem fixados em costões rochosos) e ictiofauna (conjunto de peixes que vivem numa mesma região), para monitorar como essas espécies se comportam, na Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios e na Baía da Ilha Grande, investigando as relações ecológicas desses organismos com o coral-sol.



TAC CORAL-SOL

Os outros dois processos seletivos ainda estão em curso. Um deles prevê a criação de uma modelagem científica para realizar simulações como o efeito das correntes marítimas que movimentam partículas na região da Baía de Ilha Grande — e que, consequentemente, se tornam decisivas para a propagação do coral-sol. Já o outro diz respeito aos protocolos que devem ser seguidos para que o coral-sol seja detectado precocemente e quais devem ser as respostas imediatas à presença das espécies invasoras, além de realizar a testagem da eficácia da técnica de remoção manual dessas espécies. Estima-se que as duas seleções sejam concluídas ao longo de 2024.

Segundo Laura Petroni, gerente do projeto no FUNBIO, a definição de estratégias de monitoramento de coral-sol tem um importante papel na conservação da biodiversidade do país e requer um trabalho de longo prazo, com a realização de pesquisas científicas para definir quais são as melhores estratégias para manejar essas espécies.

Ao mesmo tempo que atrai olhares por suas cores fortes e vibrantes, o coral-sol pode oferecer riscos ao meio ambiente. Duas espécies, *Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis*, foram registradas na costa brasileira. A primeira aparição, na década de 1980, ocorreu na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro, em plataforma de petróleo na região. Com sua presença maciça, o invasor, que veio do Oceano Indo-Pacífico, disputa o espaço disponível com as espécies nativas de corais. Para compreender os riscos a esses ecossistemas, foi celebrado, em 2021, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Coral-Sol (TAC Coral-Sol) entre o Ministério Público Federal e cinco empresas.

O FUNBIO atua como gestor financeiro e operacional da iniciativa, que prevê, ao longo de cinco anos, ações voltadas para o diagnóstico e o monitoramento das espécies em questão. Dessa forma, será possível nortear tomadas de decisão sobre o manejo do coral-sol em áreas protegidas. O programa é composto por dois projetos: o Projeto para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica e Manejo do Coral-Sol na ESEC de Tamoios e o Projeto Suplementar para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica do Coral-Sol na Baía da Ilha Grande.



Apesar de bonito e colorido, o coral-sol invasor pode oferecer riscos ao meio ambiente. Duas espécies, *Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis*, foram registradas na costa brasileira





TCSA PORTO SUL

Ao longo de 2023, o Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul (TCSA Porto Sul) realizou investimentos que possibilitaram a contratação de uma empresa para a realização de quatro planos de manejo e de uso público de Unidades de Conservação (UCs) estaduais. O FUNBIO, é o gestor financeiro do projeto e, em novembro, fez uma visita técnica a toda a área de gestão estadual que será beneficiada.



TCSA PORTO SUL

O objetivo geral do TCSA Porto Sul é assegurar o desenvolvimento sustentável da região do extremo Sul da Bahia, ao mesmo tempo que são prevenidos danos ambientais evitáveis e reduzidos os impactos não evitáveis causados pela instalação de um complexo portuário. Essas quatro UCs — Área de Preservação Ambiental Costa de Itacaré/Serra Grande, Parque Estadual Serra do Conduru, Área de Preservação Ambiental Lagoa Encantada e Rio Almada, e Parque Estadual da Ponta da Tulha — têm uma dimensão que corresponde a 157 mil hectares no litoral sul da Bahia.

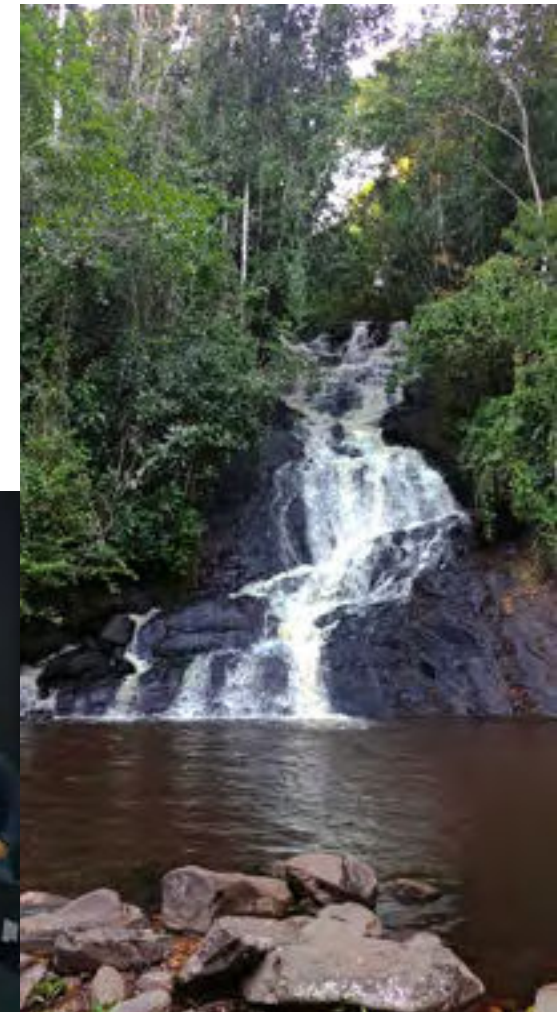
Com os investimentos, foi possível avançar significativamente nas obras da sede do Parque Estadual da Ponta da Tulha. A previsão é que a construção seja concluída em 2024. As unidades têm como premissa proteger a biodiversidade da região, regulamentando e controlando a ação humana de modo a proteger todos os recursos naturais ali presentes, como florestas e nascentes.

A partir das negociações feitas em 2023, serão executadas, também, ações de benefício a UCs federais. Um acordo de cooperação técnica assinado com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possibilitou a liberação de um investimento do TCSA Porto Sul de R\$ 6 milhões, que será revertido, pelos próximos dois anos e meio, para as iniciativas em unidades federais como o Parque Nacional da Serra das Lontras e a Reserva Extrativista Canavieiras.

Em março, foi inaugurado o espaço físico que irá abrigar o Observatório Social (OBS), um centro de inteligência onde serão analisados e divulgados os dados gerados pelo TCSA Porto Sul sobre supressão vegetal, qualidade da água e do ar e mitigação dos impactos ambientais gerados pela construção do complexo portuário. No futuro, o OBS pode vir a trabalhar, também, com dados provenientes de outras fontes.

O TCSA Porto Sul se originou de uma decisão jurídica decorrente do licenciamento ambiental solicitado pela empresa Bahia Mineração S.A. (BAMIN) para construção do complexo intermodal Porto Sul. O empreendimento será erguido a 14 quilômetros ao norte de Ilhéus. O termo, firmado pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual da Bahia, homologado em 17 de outubro de 2019, envolve o estado da Bahia, a mineradora BAMIN, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e o município de Ilhéus.

Observatório Social (OBS) foi inaugurado para analisar dados gerados pelo projeto a partir dos impactos da construção do complexo portuário



Famoso pela produção de cacau, litoral sul da Bahia recebe projeto de compensação ambiental



TCSA
Porto Sul



PROJETOS COM RECURSOS DE

DOAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

**110 FUNDO DA MATA ATLÂNTICA
(FMA-RJ)**

112 FUNDO AMAZÔNIA ORIENTAL

ODS

MECANISMO PARA A CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FUNDO DA MATA ATLÂNTICA (FMA-RJ)

Uma nova etapa se iniciou, em 2023, na relação entre o FUNBIO e o Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro — mais conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA-RJ). O mecanismo, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) do Rio de Janeiro, permite direcionar recursos de compensação ambiental de empresas para Unidades de Conservação no estado. É um modelo único no Brasil e foi criado pelo FUNBIO, em 2009, a pedido da própria secretaria.



1

CHAMADA
DE PROJETOS

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSCRIAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO
DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃOMECANISMOS
FINANCEIROSRESTAURAÇÃO
FLORESTAL

FMA-RJ

A organização faz a gestão operacional do FMA/RJ ao lado do Instituto de Desenvolvimento e Gestão e da Fundação São Francisco de Assis. Quem realiza a gestão financeira do fundo é a Caixa Econômica Federal. Entre as novas atribuições do FUNBIO está a execução dos recursos voltados para a restauração florestal.

Ainda em 2023, foi lançada uma chamada de projetos, o programa Florestas do Amanhã, com atuação na Região Hidrográfica V — que compreende os municípios de Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Cachoeiras de Macacu, Niterói, São Gonçalo, Maricá e Rio Bonito. Serão investidos mais de R\$ 13 milhões nas iniciativas selecionadas. Uma área de aproximadamente 600 hectares será apoiada.

Até 2023, foram contratados dois projetos — Ação Macacu e No Caminho da Mata Atlântica — que devem concluir o trabalho num prazo estimado de 48 meses. Cada um deles atuará na recuperação da vegetação nativa numa área de pelo menos 50 hectares de paisagens degradadas. É necessário envolver conselhos das Unidades de Conservação, prefeituras, comunidades locais e órgãos como Embrapa, Emater/Rio e Inea na elaboração do projeto executivo, que deve ser aprovado pela SEAS e pelo FUNBIO. Espera-se a construção de uma cadeia produtiva de restauração — atores locais devem ser ensinados a recuperar o solo, manejar sementes e viveiros e montar planos de negócios.

O FUNBIO se tornou também responsável por dar andamento aos recursos que passam pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA) do estado do Rio de Janeiro, órgão vinculado à SEAS. Foram encaminhadas contratações para uma demanda da CCA: a elaboração de planos de manejo para as Unidades de Conservação da região da Baía da Ilha Grande. Uma outra demanda, por meio de um Instrumento de Outras Fontes, foi a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional Municipal (PNM) Águas de Guapimirim.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL COM TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

O FMA/RJ é um modelo único no Brasil e foi criado com base na experiência prévia do FUNBIO com a gestão do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). É inovador por permitir o uso efetivo de recursos de compensações ambientais em Unidades de Conservação (UCs) do estado com transparência e governança.

A compensação ambiental é uma ferramenta estabelecida pela Lei Federal nº 9.985/2000, conhecida como Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Os valores devidos pelas empresas são calculados durante o processo de licenciamento ambiental, um instrumento de gestão pública que controla o impacto de atividades humanas

sobre o meio ambiente. No estado do Rio de Janeiro, as atividades empreendedoras fazem a solicitação ao Instituto Estadual do Ambiente, que conduz o estudo de impacto ambiental.



Ao menos 50 hectares de Mata Atlântica nativa serão restaurados pelo projeto

NDC ODS



FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL

O Fundo Amazônia Oriental (FAO) chega a seu segundo ano com importantes ações de apoio a comunidades quilombolas no estado do Pará. Um acordo de cooperação inovador na estrutura do governo do estado foi celebrado, no dia 30 de agosto, entre o mecanismo financeiro e o Instituto Estadual de Terras do Pará (ITERPA) — órgão público responsável pela regulação fundiária no estado. O documento vai possibilitar o georreferenciamento de 10 mil hectares de território quilombola — um avanço para que essas terras sejam reconhecidas pelo Estado e para que esse grupo social tenha seu direito de ocupação territorial protegido. Uma parceria que nunca havia ocorrido antes, mas que já vem tendo propostas de replicação.



MAURO O'DE ALMEIDA,
secretário de estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)

As equipes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e do FUNBIO vêm sendo valorosas, tanto na execução das ações quanto na transparência do que vem sendo alcançado. Isso é muito importante. O FAO é um instrumento do governo e das secretarias como um todo.”

**EM PAUTA**

05/09/2023
VALOR ECONÔMICO
Estados procuram mais
autonomia em captação

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Antes mesmo dessa assinatura, em maio, o FUNBIO, responsável pela gestão financeira do programa, participou da Mesa Quilombola, espaço formal de diálogo entre o movimento social, o Ministério Público do Pará, o ITERPA e outros representantes do poder público e da sociedade civil. Ainda em 2023, começaram-se a desenhar as estratégias para uma chamada de projetos, prevista para 2024, para apoiar essas comunidades tradicionais no Pará.

“O diálogo foi fundamental para que pudéssemos abordar todos os desafios que estão em volta das questões fundiárias ligadas aos quilombolas”, pontua Andréia Mello, gerente do FAO no FUNBIO.

Dos territórios tradicionais às florestas do estado, o FAO também começou a atuar em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), órgão público responsável pelas florestas estaduais paraenses. A partir do trabalho em conjunto, foram planejados estudos e elaborados documentos que devem levar à criação de até meio milhão de hectares de Unidades de Conservação (UCs) estaduais na região do Marajó.

“O município em que serão realizados os estudos sofre grande pressão por ainda possuir florestas conservadas. São altos os índices de desmatamento. Trazer presença e apoio financeiro é essencial para que se crie uma barreira às atividades ilegais e se promovam alternativas econômicas para a região”, acrescenta Andréia Mello.

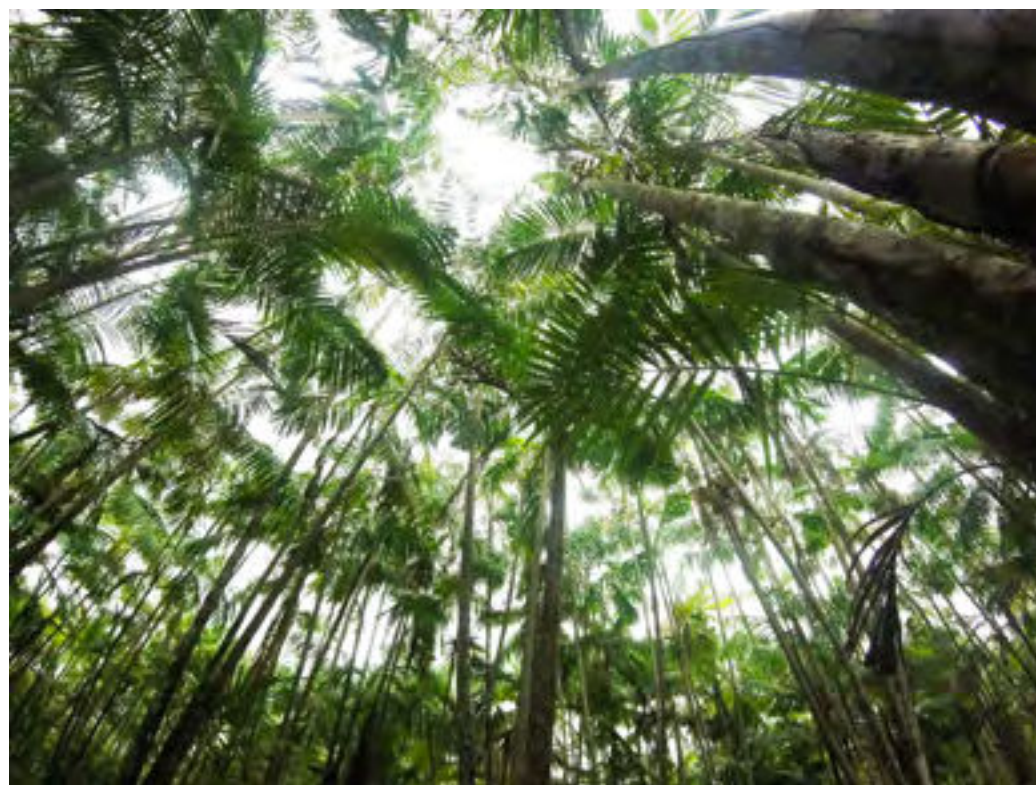
A parceria com o IDEFLOR-Bio também vai viabilizar a construção de uma estratégia para a criação de uma rede de coleta e comercialização de sementes nativas no estado, com foco em áreas de florestas públicas sob a coordenação do IDEFLOR-Bio. Por meio da rede deverão ser estabelecidas todas as normas e regulamentações necessárias para a coleta segura (física, biológica e economicamente) de sementes, a organização social de povos e comunidades, o programa de capacitação em coleta, o manejo e processamento das sementes, os estudos tecnológicos, a certificação e a comercialização.

O objetivo é valorizar comunidades no entorno de Unidades de Conservação, para que o trabalho da própria população seja incentivado e reconhecido como um dos elos propulsores da restauração florestal, essenciais à preservação dos ecossistemas.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A tecnologia a serviço da conservação foi o objetivo da contratação de um centro de dados modular que funcionará dentro do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá), polo tecnológico em Belém. Com o apoio do FAO, a expectativa é que a tecnologia forneça mais segurança e controle digital aos dados armazenados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), principalmente no acompanhamento de plataformas digitais que permitem uma visão geral sobre o território paraense e as ações em andamento.

O FAO é financiado com recursos de doações internacionais, obrigações legais e outras fontes. É uma iniciativa do estado do Pará para combater o desmatamento em prol da transição para uma economia de carbono neutro a partir de 2036. O mecanismo integra o Plano Estadual Amazônia Agora, firmado em 2020. Fiscalização e licenciamento, ordenamento territorial e desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono, com rastreabilidade de cadeias produtivas e ênfase na recuperação de áreas degradadas e bioeconomia, são os eixos que compõem o programa.



4

PROJETOS
EM ANDAMENTO

Em agosto, FAO assina acordo de cooperação com o Instituto Estadual de Terras do Pará (ITERPA)

A tecnologia a serviço da conservação com a contratação de um centro de dados para contribuir com os trabalhos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará



FUNDO DA
AMAZÔNIA ORIENTAL

AGÊNCIA GEF FUNBIO

115 PRÓ-ESPÉCIES



118 BARU DA CHAPADA

ODS

PROJETO ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A
CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

PRÓ-ESPÉCIES

Duas novas ferramentas lançadas em 2023 otimizaram a catalogação e a avaliação de espécies em risco de extinção. O Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (SALVE), plataforma disponibilizada *on-line* em agosto, sistematizou 15 mil espécies da fauna brasileira. Já o Conserva Flora facilitou o acesso público a dados sobre quase 7.500 tipos ameaçados de flora no Brasil.



BIOMAS E ECOSISTEMA



BRAULIO DIAS,
diretor de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Nem preciso dizer o quanto o projeto é importante. Estou extremamente preocupado com todos os estudos científicos recentes sobre os impactos das mudanças climáticas, inclusive sobre a biodiversidade.”*

*<https://prospecies.eco.br/comite-executivo-do-pro-especies-se-reune-em-brasil-e-traca-proximos-passos/>



EM PAUTA

01/08/2023
SBT NEWS
Salve: plataforma traz dados de quase 15 mil espécies da fauna brasileira quanto a risco de extinção

01/08/2023
ESTADÃO
Fauna brasileira tem 364 espécies criticamente em perigo de extinção; veja lista

02/08/2023
TV CULTURA
Quase 400 espécies estão em máximo risco de extinção no Brasil, aponta ICMBio

5**BIOMAS:**

AMAZÔNIA, CAATINGA,
CERRADO, MATA
ATLÂNTICA, PAMPA
E **1 ECOSISTEMA**
COSTEIRO-MARINHO

4

PLANOS DE AÇÃO
NACIONAIS PARA
CONSERVAÇÃO DE
ESPÉCIES AMEAÇADAS
DE EXTINÇÃO (PANS)
ELABORADOS

APOIO A

193

DAS 290 ESPÉCIES
CRITICAMENTE EM PERIGO
(CR) QUE NÃO CONTAM
COM INSTRUMENTO DE
CONSERVAÇÃO

PARCEIROS



ACADEMIA



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSEQUIDADE
DE GÊNEROFORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROSMANEJO
DE ESPÉCIES

PRÓ-ESPÉCIES

O SALVE é uma parceria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do projeto Pró-Espécies: Todos contra a Extinção. A avaliação do risco de extinção é conduzida pelos 13 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPC) do ICMBio. O trabalho segue as categorias e critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e os resultados são publicados somente após a validação das informações. A expectativa é tornar o conteúdo mais acessível para impulsionar a geração de conhecimento e a implementação de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade.

O Conserva Flora, lançado pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no âmbito do Pró-Espécies, possibilita a busca, por filtros, de espécies de flora ameaçadas de extinção. É possível, por exemplo, buscar por Terras Indígenas ou por alguma região, bioma ou até mesmo Unidade de Conservação (UC) em particular. Ou mesmo por espécie, gênero ou família botânica.

Gato-palheiro-dos-pampas (ao lado) e rivulídeos (à direita), conhecidos como peixes das nuvens



NOVO PLANO NACIONAL

Com o intuito de conservar 221 espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) decretou, em setembro, o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Árvores Ameaçadas de Extinção do Sul da Bahia (PAN Hileia Baiana). A ação, que conta com recursos do Pró-Espécies, tem duração prevista de cinco anos.

A elaboração do plano foi finalizada em março, após a realização de oficinas com mais de 60 participantes, entre representantes de empresas, instituições de pesquisa, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e o programa Arboretum de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal também participaram da formulação do PAN Hileia Baiana.

A primeira equipe em expedição coletou aproximadamente 650 amostras vegetais, além de ter identificado possíveis novas espécies, nunca antes descritas pela ciência. A atividade reuniu pesquisadores de diversas instituições na região do Extremo Sul da Bahia, que coletaram amostras de tecido para estudos de biologia molecular e espécimes para cultivo. O material representa uma diversidade ampla, de 75 famílias botânicas.

ESPÉCIES DESCOBERTAS

O Pró-Espécies segue em campo possibilitando descobertas de espécies nunca antes registradas. Um dos exemplos encontrados em 2023 é o *Troglobius brasiliensis*, um pseudoescorpião (aracnídeo bastante semelhante ao escorpião). Um grupo de densidade populacional expressiva foi encontrado vivendo naturalmente, como parte da cadeia alimentar no ecossistema.

A espécie foi encontrada graças às incursões de uma equipe do Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção em Território Xingu (PAT Xingu). A partir da descoberta, pesquisadores poderão desvendar todos os detalhes sobre a espécie e conhecer mais sobre a vida desse ambiente cavernícola.

Segundo Renata Emin, assessora técnica do PAT Xingu, muitas espécies classificadas como Criticamente em

Perigo (CR) ainda são pouco conhecidas. Ela destaca a importância dos recursos que chegam por meio do projeto para viabilizar estudos e uma melhor compreensão dessas espécies.

Uma expedição ao território do Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Território Meio Norte (PAT Meio Norte), entre setembro e outubro, possibilitou o encontro de seis indivíduos de uma das aves mais ameaçadas de extinção do planeta, o mutum-pinima.

A atividade ocorreu nos rios Jacundá e Mãe Maria, na Terra Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará. Antes disso, em 2013 e em 2017, dois indivíduos machos já haviam sido registrados no Rio Mãe Maria.

Os 11 PATs apoiados pelo Pró-Espécies no país se somam aos Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN). São instrumentos de política pública que diagnosticam ameaças e pressões e priorizam medidas contra a diminuição de populações de determinadas espécies ou a sua extinção. O PAN Rivulídeos realizou quatro expedições pelo Brasil em 2023 para proteger os peixes das nuvens — mais de 300 espécies de peixes com menos de 10 centímetros que vivem em poças formadas durante as épocas chuvosas.

Em abril, foi finalizada a quarta expedição de 2023, que visitou áreas na beira do Rio São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco. Os pesquisadores encontraram peixes que só tinham sido coletados em seus primeiros registros no século XIX, além de várias espécies novas, em áreas muito degradadas.

PRÓ-ESPÉCIES

WORKSHOPS DE CULINÁRIA PARA MULHERES

O projeto Pró-Espécies organizou *workshops* de culinária para mulheres da comunidade de Itaeté (BA), como parte da implementação do Plano de Ação Territorial (PAT) Chapada Diamantina-Serra da Jiboia. No território são encontradas 27 espécies ameaçadas, e a ideia e o objetivo do *workshop* foi capacitar as mulheres e encorajá-las a participarem de atividades econômicas relacionadas ao turismo sustentável. O fortalecimento do turismo de base comunitária é um meio efetivo de reduzir atividades como a mineração e a pecuária, que podem impactar negativamente o ambiente.

Trinta mulheres de três diferentes assentamentos participaram do *workshop*, que também contribuiu para assegurar a segurança alimentar para famílias locais. Nos encontros, as participantes foram apresentadas a diferentes receitas que utilizam

ingredientes como a jaca e o caju, comuns nos quintais, porém pouco consumidas na culinária do dia a dia. O desconhecimento sobre as propriedades nutricionais ou mesmo sobre modos de preparo foi identificado como um dos principais motivos do não uso de tais ingredientes.

Uma empresa será contratada para a construção de uma cozinha comunitária. Enquanto isso, as participantes continuam em contato umas com as outras, testando e trocando informações sobre novas receitas.

A principal lição aprendida ao longo da implementação das atividades do PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia foi a importância de incluir mulheres locais nos planejamentos. Elas enfatizaram a relevância de ações de longo prazo, diferentemente de outras iniciativas em que não houve participação feminina.



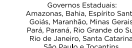
ENERGIA COM MENOS DANOS

No mês de fevereiro, o Pró-Espécies apoiou o lançamento do Plano de Redução de Impactos de Hidrelétricas sobre a Biodiversidade na Amazônia (PRIM-HA). O estudo se debruça sobre um mapeamento de imagens de satélite e de dados oficiais dos empreendimentos hidrelétricos, após constatar que essa produção de energia é a principal ameaça à biodiversidade amazônica.

O plano identifica espécies que podem sofrer com os diferentes impactos associados à atividade hidrelétrica. O objetivo é reduzir progressivamente os danos nas áreas mais vulneráveis e, por último, elaborar ações para compensar os problemas residuais não mitigáveis.

O projeto Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies) foi criado em 2014 pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A iniciativa conta com recursos de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). O FUNBIO é a agência implementadora e o WWF-Brasil a agência executora. Em 2022, a área de atuação do projeto passou de nove milhões para 62 milhões de hectares, nas ações que visam a minimizar riscos quanto à perda de fauna e flora brasileiras, abrangendo um total de 290 espécies categorizadas como criticamente em perigo.

Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO, participa do lançamento da plataforma SALVE, na sede do ICMBio, em Brasília



ODS



CERRADO EM PÉ COM GERAÇÃO DE RENDA:
A CADEIA PRODUTIVA DO BARU COMO ALIADA
DA BIODIVERSIDADE E DOS POVOS TRADICIONAIS



BARU DA CHAPADA

No horizonte de conservação do Cerrado, o baru (*Dipteryx alata*) acumula predicados: representa uma importante fonte de renda para as populações do bioma, é um alimento altamente nutritivo e carrega um significativo potencial para a recuperação de áreas degradadas. O Brasil é o principal produtor e exportador desse fruto, que contribui para a geração de renda e valorização da cultura que produz o baru.

PARCEIROS



POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES
PRODUTIVAS
SUSTENTÁVEIS

BARU DA CHAPADA

Símbolo do Cerrado e seus modos de vida, o baru é o protagonista de um investimento de mais de R\$ 9 milhões. Seu uso sustentável é essencial para garantir a segurança alimentar das comunidades e a conservação do bioma. O projeto Cerrado em pé com geração de renda: a cadeia produtiva do baru como aliada da biodiversidade e dos povos tradicionais, ou Baru da Chapada, pretende alavancar a cadeia produtiva do fruto em aproximadamente 374 mil hectares entre Goiás e Tocantins. A iniciativa foi oficializada em setembro de 2023, durante o 10º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, em Brasília, na presença de extrativistas quilombolas e assentados cerratenses e de representantes do governo e da sociedade civil.

O Baru da Chapada cumpriu uma agenda de visitas às comunidades e organizações parceiras para desenhar uma estratégia que atenda às necessidades e demandas das comunidades.

O projeto foi estruturado em três componentes. O primeiro tem por objetivo fomentar a atuação agroextrativista do baru em Goiás em suas várias etapas, desde a assistência técnica rural até a comercialização. Já o segundo será dedicado ao fortalecimento das organizações de base comunitária. O programa Formar Baru é inspirado na iniciativa com a castanha-da-amazônia, Formar Castanha, também implementado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). A ideia é colocar em prática um programa de formação com seis módulos para todos os envolvidos na cadeia produtiva do baru, além de criar um aplicativo para calcular o custo de produção do produto.

Por último, o terceiro componente estimula a governança da cadeia produtiva estabelecendo o Coletivo do Baru — também inspirado na experiência do Coletivo da Castanha com a castanha-da-amazônia. A meta é engajar numa rede extrativistas e organizações comunitárias e de apoio, para que possam trocar informações sobre a cadeia e outros temas pertinentes ao território. Serão mobilizados encontros entre coletivos que já atuam em várias cadeias de valor da sociobiodiversidade do Cerrado, como o GT Baru.

Os recursos do Baru da Chapada são do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). A ação é uma parceria do Instituto Internacional de

Educação do Brasil (IEB) com a Associação Quilombo Kalunga (AQK) e a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso de Goiás e Região (CooperFrutos do Paraíso). Espera-se que mais de três mil pessoas de comunidades tradicionais sejam beneficiadas durante toda a implementação, prevista para um período de quatro anos. A gestão financeira é do FUNBIO, por meio da Agência GEF. O FUNBIO é uma das 18 agências credenciadas pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) em todo o planeta e foi a primeira agência nacional na América Latina.



Visitas às comunidades e organizações parceiras que têm o baru como principal fonte de renda

Mais de três mil membros de comunidades tradicionais serão beneficiados durante os quatro anos de implementação do projeto



CRÉDITOS

ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO E MARKETING

Helio Hara
Larissa Noguchi
Mariana Leopoldo
Thiago Camara

EDIÇÃO

Helio Hara e Thiago Camara

REDAÇÃO

Catavento Comunicação —
Matheus Vieira

REVISÃO

No Reino das Palavras

PROJETO GRÁFICO

Luxdev — Giselle Macedo

Publicado em abril de 2024.

AGRADECIMENTO

À equipe do FUNBIO e a todos que
contribuíram com informações e
imagens para este relatório anual.



ACESSE O SITE
DO FUNBIO



CAPA

Parque Nacional Marinho das Ilhas
dos Currais (PR)
Foto: Rodrigo Torres

PÁGINA 14

JANEIRO — Foto: Rio Doce. Bruno Correa/
NITRO Histórias Visuais
FEVEREIRO — Foto: AMLD
MARÇO — Foto: Domingos Peixoto
ABRIL — Foto: Arquivo Pessoal
MAIO — Reprodução Portal de Chamadas
FUNBIO
JUNHO — Foto: Renner Carneiro
JULHO — Foto encontro bolsistas: David
Morais/FUNBIO; Foto Rosa e Raoni:
Arquivo Pessoal
AGOSTO — Foto acordo FAO:
Marco Santos/Agência Pará
SETEMBRO — Foto Floresta Viva: LED
Produções; Foto baru: Núcleo do Pequi
OUTUBRO — Foto: Lucas Landau/FUNBIO
NOVEMBRO — Foto: Joaquim Lima/
FUNBIO
DEZEMBRO — Foto: FUNBIO

PÁGINA 29

Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

PÁGINA 36

Foto: David Moraes/FUNBIO

PÁGINA 37

Foto: Helio Hara/FUNBIO

PÁGINA 38

Foto 1: FUNBIO
Foto 2: Heber Barros
Foto 3: Helio Hara/FUNBIO
Foto 4: Arquivo Pessoal

PÁGINA 39

Foto meramente ilustrativa
Fotos: Victor Moriyama/FUNBio

PÁGINA 40

Fotos: SOS Sertão

PÁGINA 41

Foto 1: Divulgação ITPA
Foto 2: Fundação Vovó do Mangue

PÁGINA 42

Foto 1: LED Produções
Foto 2: Helio Hara/FUNBIO

PÁGINA 43

Foto meramente ilustrativa
Foto: Victor Moryiama/FUNBIO

PÁGINA 44

Foto 1 e 2: Helio Hara/FUNBIO

PÁGINA 45

Fotos: Iranilson Valente

PÁGINA 46

Foto meramente ilustrativa
Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

PÁGINA 48

Foto 1 (Diálogos pelo Clima):
Michele Dantas/FUNBIO
Fotos 2 e 3 (esquerda para a direita):
Yuri Cruvinel/FUNBIO
Fotos 4 e 5 (esquerda para a direita):
Thiago S. Araújo/IIEB e Caio Cesar
Neves Sousa – SEMAD (GO)

PÁGINA 49

Foto: Lucas Landau/FUNBIO

PÁGINA 50

Foto 1 e 3: Dante Novaes/FUNBIO
Fotos 2: Luis Carlos/Instituto Kabu

PÁGINA 51

Reprodução YouTube Jornal *O Globo*

PÁGINA 52

Fotos: Gabriella Furtado/FUNBIO

PÁGINA 53

Foto: Lucas Landau/FUNBIO

PÁGINA 54

Foto: Dante Novaes/FUNBIO

PÁGINA 55

Foto: Dante Novaes/FUNBIO

PÁGINA 56

Foto: Fernanda Fidelis/REM MT

PÁGINA 57

Reprodução YouTube

PÁGINA 58

Foto 1 (indígena): Vitória Lopes/REM MT
Fotos 2, 3,4 e 5: Divulgação/REM MT

PÁGINA 59

RESEX do Batoque, município de
Aquiraz (CE)
Foto: Comunicação ICMBio

PÁGINA 60

Foto 1 (maior): Comunicação ICMBio
Foto 2 (menor): Mirian Magalhães

PÁGINA 61

Foto meramente ilustrativa
Foto: Divulgação/ICMBio

PÁGINA 62

Fotos: Lucas Ribeiro Cilento

PÁGINA 63

Foto: Guilherme Duarte

PÁGINA 64

Fotos: Guilherme Duarte

PÁGINA 65

Foto: Leo Francini

PÁGINA 66

Foto: Yuri Cruvinel/FUNBIO

PÁGINA 67

Fotos: ACOSPER/Divulgação

PÁGINA 68

Foto: Reprodução Youtube

PÁGINA 69

Foto: Reprodução Youtube

PÁGINA 70

Fotos Caatinga: Yuri Cruvinel/FUNBIO
e Thiago Camara/FUNBIO
Fotos Pampa: Yuri Cruvinel/FUNBIO
Fotos Seminário Pantanal: Yuri Cruvinel/
FUNBIO
Foto: RPPN Hugo Pereira/Divulgação

PÁGINA 71

Foto meramente ilustrativa
Fotos: Rodolfo Cabral/FUNBIO

PÁGINA 72

Fotos: Yuri Cruvinel/FUNBIO

PÁGINA 73

Foto: Andreia Martins

PÁGINA 74

Fotos: Luiz Thiago de Jesus

PÁGINA 75

Foto: Luiz Thiago de Jesus
Foto: Reprodução Instagram

PÁGINA 76

Foto: Alexandre Ferrazoli/FUNBIO

PÁGINA 77

Fotos: Alexandre Ferrazoli/FUNBIO

PÁGINA 78

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 79

Fotos 1 e 2: Ana Lira
Foto 3: Bruno Barros

PÁGINA 80

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 81

Fotos: ACOSPER/Divulgação

PÁGINA 82

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 83

Foto destaque: Victor Moriyama/FUNBIO
Foto 2: Heber Barros
Foto 3: Consórcio Amazônia Legal/
Divulgação

PÁGINA 84

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 85

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 86

Foto: Luciano Malanski

PÁGINA 87

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 88

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 89

Foto: Evandro Rodney

PÁGINA 90

Foto: CITInova II/Divulgação

PÁGINA 91

(Da esquerda para a direita)
Foto 1: Gisele Cahú
Foto 2: Flona Palmares/Divulgação
Foto 3: Helio Hara/FUNBIO

PÁGINA 92

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 93

Fotos: Lagos em Ação/Divulgação

PÁGINA 94

Foto 1 (abaixo, à esquerda):
Joaquim Lima/FUNBIO
Foto 2 (acima, à direita):
Colônia Z-13/Divulgação
Foto 3 (abaixo, à direita):
Matheus Ramos/FUNBIO

PÁGINA 95

Foto: Joaquim Lima/FUNBIO

PÁGINA 96

Fotos: FUNBIO

PÁGINA 97

Foto: ESEC Guanabara/Divulgação

PÁGINA 98

Foto 1 (acima à direita):
Oficina PGTA/Divulgação
Foto 2 (abaixo à esquerda):
Joaquim Lima/FUNBIO

PÁGINA 99

Foto: Rio Doce. Gustavo Baxter/
NITRO Histórias Visuais

PÁGINA 100

Foto: Rio Doce. Bruno Correa/
NITRO Histórias Visuais

PÁGINA 101

Foto: Leonardo Milano

PÁGINA 102

Ordem de cima para baixo
Foto 1: Rubens Matsushita
Fotos 2 e 3: Raphael Teixeira
Foto 4: Rodrigo Torres

PÁGINA 103

Foto: Pedro Bugim

PÁGINA 104

Foto 1: FUNBIO
Foto 2: Carolina Fernandes/FUNBIO

PÁGINA 105

Foto: Edson Faria Junior

PÁGINA 106

Fotos: Edson Faria Junior

PÁGINA 107

Costa de Serra Grande, sul da Bahia
Foto: Mayne Moreira/FUNBIO

PÁGINA 108

Foto 1: acima da esquerda para a
direita: Observatório Social – Ilhéus (BA)/
Divulgação
Fotos 2, 3 e 4 abaixo à esquerda e à
direita: Mayne Moreira/FUNBIO

PÁGINA 109

Foto meramente ilustrativa
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 110

Foto meramente ilustrativa
Foto: José Caldas

PÁGINA 111

Fazenda São Barnabé (RJ)
Foto: Alexander Coppelo

Página 112

Foto: Pedro Guerreiro/SECOM (PA)

PÁGINA 113

Fotos 1 e 2: Agência Pará/Divulgação
Foto 3: Ideflor-Bio/Divulgação

PÁGINA 114

Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

PÁGINA 115

Foto: Gustavo Heiden

PÁGINA 116

Gato-palheiro-dos-pampas (*Leopardus
munoai*). Foto: Felipe Peters
Rivulídeos. Foto: Gustavo Fonseca

PÁGINA 117

Foto 1 (à direita): Moisés Muálem
Foto 2 (à esquerda): Gustavo Arruda

PÁGINA 118

Foto: Aryanne Amaral

PÁGINA 119

Fotos: Aryanne Amaral